



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

GABRIEL SILVA BRAGA

**Ações Afirmativas para Indígenas Estudantes na Universidade Federal do
Pará, Região Norte, Amazônia, Brasil**

BELÉM-PA

2026

GABRIEL SILVA BRAGA

**Ações Afirmativas para Indígenas Estudantes na Universidade Federal do
Pará, Região Norte, Amazônia, Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Área de Concentração: Antropologia

Linha de Pesquisa: Gênero, Geração e Relações Étnico-Raciais

Orientadora: Prof.^a Dra. Denise Machado Cardoso

BELÉM-PA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B813a Braga, Gabriel Silva.
Ações Afirmativas para Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará, Região Norte, Amazônia, Brasil / Gabriel Silva Braga. — 2026.
XX, 132 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Denise Machado Cardoso Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2026.

1. Ações afirmativas. 2. Povos indígenas. 3. Ensino superior. 4. Políticas públicas. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 301

GABRIEL SILVA BRAGA

**Ações Afirmativas Para Indígenas Estudantes Na Universidade Federal Do
Pará, Região Norte, Amazônia, Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Área de Concentração: Antropologia

Linha de Pesquisa: Gênero, Geração e Relações Étnico-Raciais

Data de aprovação: 25.02.2026

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Solange Maria Gayoso da Costa

Examinadora Externa – PPGSS/ICSA/UFPA

Prof. Dr.^a Voyner Ravena Cañete

Examinadora Interna – PPGSA/IFCH/UFPA

Prof. Dr.^a Maria do Socorro Rayol Amoras

Examinadora Externa (Suplente) – PPGSS/ICSA/UFPA

Prof. Dr.^a Telma Amaral Gonçalves

Examinadora Interna (Suplente) – PPGSA/IFCH/UFPA

Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso

Orientadora – PPGSA/FACS/IFCH/UFPA

Mamãe, papai, Italo, vovó, dedico meus maiores sonhos a vocês. Obrigado por serem meu abrigo.

AGRADECIMENTOS

A trajetória até este momento não foi fácil. Minha família precisou abrir mão de muitas coisas para que eu pudesse chegar até aqui. Minha família materna veio da Vila Centenária do Apeú, bem pertinho de Castanhal. Tenho muitas memórias felizes às margens de igarapés neste vilarejo quando éramos crianças, com as primas da mamãe e meus primos. Era um momento de felicidade ao visitar a casa da minha bisavó Nazaré, que viveu até os últimos dias na casa de beira de estrada em que vivemos. Quando já adulta, vovó Tereza já veio pra Belém tentar a vida e, nesta cidade, criou dois filhos e uma filha. Foi uma vida dura. Trabalhava em casa de várias famílias, para conseguir sustentar as crias. Infelizmente, o meu avô a abandonou. Mas, com todo esse árduo esforço, ela conseguiu criar meus tios e minha mãe para terem melhores chances de vida. À dona Tereza, ao meu tio Erinaldo e Tio Erivaldo, muito obrigado por serem parte de quem eu sou, por terem sido parte do meu crescimento e por não terem desistido, mesmo que as nossas condições materiais fossem desfavorecidas. Estendo este trecho às primas da minha mãe (e minhas tias), Michele e Patrícia. Nas minhas recordações de infância, a presença de vocês nas nossas vidas é marcada pelo anseio de nos encontrarmos seja em Apeú, seja nos fins de semana na Cidade Nova. Já dizia Benito Antonio, devíamos ter tirado mais fotos desses momentos, principalmente do pôr do sol bonito em Apeú, aproveitando aquelas tardes que não voltam mais, que quem vai embora sente falta.

Quando penso em dedicações para minhas conquistas, a memória da minha mãe, Érica (*in memoriam*), sempre vem à tona. É difícil descrever como a partida precoce de uma pessoa jovem, de 32 anos, impacta o crescimento de uma criança. Fico imaginando tantos momentos bons que eu vivi, que ela poderia estar ao meu lado. Minha conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, primeiro vestibular aos 17 anos, minha primeira viagem para fora do estado (no movimento estudantil, já organizei muitas viagens com novas pessoas; sempre vejo responsáveis se despedindo de seus filhos e filhas, antes de o ônibus partir para a estrada), minha formatura nas Ciências Sociais, aprovação no mestrado e no doutorado. Acredito que cumpri um pouco das nossas promessas de cúmplices, de sempre me dedicar aos meus estudos. Mas, foi duro chegar até aqui sem minha parceira, sem a “Preta” – como era carinhosamente chamada pelas primas, no auge de Da Cor do Pecado, novela estrelada pela atriz Taís Araujo. Mamãe vendeu pacotes de televisão por assinatura, trabalhou com serviços gerais pouco tempo antes de partir. A você, dedico todas as minhas vitórias e a concretização de que é possível termos outras oportunidades de viver dignamente, sem passar por dificuldades diárias ou pelo fantasma dos percalços financeiros que eram recorrentes nas idades iniciais dos meus tios e da

minha mãe. Você sempre será o meu primeiro e único amor. Assim como você me dedicou a música mais linda que já ouvi (Quando A Chuva Passar), te dedico tudo que eu sou e o que me tornei. Talvez o nosso amor seja imensidão, que transcende nossas existências. Nada explicaria a saudade que eu sinto e as lágrimas que derramei escrevendo esse trecho, mesmo passados 18 anos da sua partida.

Que a futura geração da nossa família não precise passar pelas mesmas dores que nós. Nossa família se tornou completa com a chegada do Henrique, filho da Dayse e do Erinaldo. À Dayse e ao Henrique, agradeço por serem nossas alegrias na família. Certamente, Henrique, meu primo mais novo, será uma pessoa cheia de luz e vida.

Ao meu pai, agradeço imensamente por todo o esforço realizado para que nunca me faltasse nada. Eduardo sempre foi uma pessoa trabalhadora. Meu pai é um reflexo de como a responsabilidade é uma construção que nos é imputada, independentemente da idade. Desde criança, meu pai teve que trabalhar para sustentar a família de sete irmãos. Não foi uma vida nada fácil. Papai sempre me acompanhou nos meus passos mais simples, principalmente após a partida da minha mãe. A exaustiva jornada de trabalho foi uma realidade pro meu pai durante bons anos de sua vida. Pude retribuí-lo com bons desempenhos na escola e na universidade. Sou muito grato por tudo que você pavimentou para que eu conseguisse conquistar tantas coisas. Meu amor por você é incondicional, bem como minha gratidão.

Estendo estes cumprimentos à minha terceira família, de criação. Meu padrinho e minha madrinha, Cláudio e Sandra, foram meus pais de criação. Nos momentos que meus pais saíam pra trabalhar, eu ia até a casa deles. Morávamos na mesma rua. Além disso, nossas férias de julho eram tradição. Mosqueiro e Salinas são excelentes lembranças. À dona Irene e seu Ismael, pais do meu padrinho, e tia Tereza (irmã do padrinho), meus eternos agradecimentos.

Ao meu esposo, Italo Laredo, eu te agradeço pela vida que construímos e estamos construindo. Nosso companheirismo caminha para oito anos. Conheci você na minha primeira graduação e me apaixonei. Muitos momentos maravilhosos e conquistas pessoais só foram possíveis pelo seu incentivo. Você chegou na minha vida e me ensinou tanto. Obrigado por ser a pessoa que mais me incentiva a correr atrás do que é meu. Sou muito feliz em saber que você e sua família são meu porto seguro. Dona Silemar, seu Paulo, Paulina, Guilherme, Felipe e dona Maria Adriana, obrigado por me acolherem. Meu amor, sempre serei seu maior fã e torço pelo nosso sucesso. Sempre estarei aqui para ser seu acolhimento, seu amigo, ouvinte, companheiro, seu ombro, seu aconchego. Não consigo imaginar nada na minha vida que você não esteja ao meu lado. Nossos passos estão sendo trilhados sob nossas batalhas diárias, sob sonhos que

temos a realizar, sob ambições que queremos conquistar, sob muito companheirismo. Que nossos horizontes não encontrem limites.

À Denise Cardoso, minha orientadora, agradeço imensamente todas as oportunidades que você me proporcionou. Desde a graduação, você vem sendo minha parceira de pesquisa, na academia, que incentiva todas as minhas ideias e escritas. Minha trajetória acadêmica só foi possível sob o seu acompanhamento. Todas as dicas, conhecimentos transmitidos, reuniões de grupos de pesquisa, confraternizações na sua casa, cada momento foi importante. Até campanha para reitoria passamos juntos. Que nossa história ganhe muitos capítulos e que, no doutorado, possamos ampliar nossos horizontes. A caminhada ao teu lado é mais leve!

À Faculdade de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará, agradeço pelos anos de ensinamento, por terem sido minha casa e por estarem nos melhores momentos que vivi nesta instituição. Em especial, dedico esta dissertação pelo incentivo e excelentes aulas das professoras Michele, Telma, Denise, Izabela e Patrícia, além dos professores Pedro e Leonardo. Em momentos específicos, estes e estas docentes marcaram meu percurso. Obrigado por suas contribuições! À coordenação do meu programa, Tânia, Telma e Rosângela, agradeço a dedicação intensa e a força para fazer o nosso PPGSA acontecer.

À Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará, o meu carinho é imenso. Putira, Antônio, Elaine, Auriene, Sateré, Virginia, Eslla, Arlan, Joxanti, Ana Manoela e tantas outras pessoas que conheci durante minha trajetória, seja na pesquisa, seja no movimento estudantil, agradeço eternamente pelas nossas trocas, pelas nossas interlocuções e pela nossa amizade. Espero que essa dissertação seja um mecanismo para ajudar nas suas lutas.

Ao Movimento Esquerda Socialista e ao movimento de juventude Juntos, não tenho palavras para agradecer tudo que construímos até aqui. Há oito anos me dedico à construção de um projeto de vida e alternativa de futuro, que seja livre da exploração de outros seres humanos e da natureza, de todas as formas de opressão e desigualdade. O movimento estudantil foi minha porta de entrada para aprender diversos temas que me fizeram escolher qual tipo de vida seguir. Neste tempo, conheci muitas pessoas no Pará e no Brasil. Só consegui chegar até aqui porque o movimento estudantil me ensinou os caminhos a serem procurados e como encontrá-los. Sem dúvida alguma, afirmo que a minha desenvoltura só ocorreu com minha participação nos movimentos sociais. Nesse sentido, agradeço ao Adriano e à Tarsila, meus amigos e companheiros de organização, que me ganharam para esse projeto coletivo e que me inspiram. Ao Max, Vivi, Karol Ribeiro, Naíde, Rigler, Tati, Maike, Andrea, Alegário, Dione, Débora, Mariana, Rodrigo, Simone, Laís, companheiras e companheiros que são um exemplo para mim.

À Ferreira, Glauber e Renata, por serem minha equipe de militância, com quem dividi alegrias, choros, risadas, brigas, planos e ambições. Cada batalha ao lado de vocês me fez ser mais forte. É maravilhoso caminhar ao lado de vocês. A nossa relação foi construída à base de confiança, segurança, consensos, discordâncias, afetos, companheirismo... valores que prezo para a vida. Mais do que colegas, somos amigos com quem dividimos muitas das nossas angústias. Não conseguiria enfrentar metade dos desafios que a gente toma para nós sem a certeza de que vocês estão ao meu lado, assim como a recíproca é verdadeira. Torço sempre pela felicidade, pelo sucesso, pela alegria e pelas vitórias de vocês três. Eu os amo muito. Vocês são meu abrigo.

Especialmente à Renata, agradeço pela nossa cumplicidade, amor e carinho, choros e alegrias. Tão pouco tempo que nós convivemos juntos, mas parece que nos conhecemos há tanto tempo. Sou muito feliz que você entrou na minha vida e se tornou uma das pessoas que sou mais próximo. Amo muito você!

Ao Juntos!, em especial aos CP, estarei sempre aqui incentivando que alcem novos voos e se desafiem a conquistar o que é de vocês. Nara, Ronald(ete), Gaby, Adriel, André, Joyce, Bruno, Henrique, Gustavo, Maiza, Everson, Luiz Felipe, Dandara, Elem, Larissa, Jessica, Felype, Sofia, Bia Rose, Felipe, Anna, Laysa, Bruno e Iana, vocês também são parte da minha trajetória. Estarei sempre aqui para o que der e vier.

À minha amiga Érika, eu te amo muito. Você me ensinou tanto! Estiveste presente em todos os momentos da minha vida nestes últimos 11 anos. Que felicidade de poder dizer que somos amigos. Sou muito feliz por te ver feliz. Cada passo que eu dou tem um pouco de você. Estendo os cumprimentos a pessoas queridas que me aproximei a partir de você: Dandara, Leandro e Agacema. Sem dúvidas, vocês são muito importantes para mim.

Quero dedicar um parágrafo especial à Jéssica e ao Felype. Já aproximei muitas pessoas para o movimento estudantil, por muitos anos. No entanto, aproximá-los para a minha vida foi um ganho ainda maior. Vocês dois são minhas maiores preciosidades. Levo vocês no meu coração. Mesmo tendo pouco tempo que nos conhecemos, de cara, nos demos bem. Que bom que nos encontramos em uma viagem maravilhosa. Amo muito vocês dois. Ainda bem que vocês vivem comigo, porque, senão, como seria a vida? Espero nunca saber a resposta.

Também quero dedicar um parágrafo ao Rafa, um dos meus melhores amigos que conheci durante meu tempo na UFPA. É muito gratificante ter você como um grande parceiro para todos os momentos. Não consigo imaginar nenhum momento da minha vida que você não esteja presente, sempre com a sua empolgação – e teimosia. Te amo muito e tenho um carinho enorme pela sua família que pude conhecer ao final de 2025: dona Rônia, seu Zé, seu Cosme e

Rayra. Embora o curto tempo em que fomos apresentados, nossas conversas me ajudaram bastante. Obrigado por me acolherem.

Ao Arthur, quero agradecê-lo pelos nossos anos de amizade que perdura desde o nosso tempo de cursinho pré-vestibular. Você é uma pessoa muito importante para mim. Estendo os cumprimentos à família do meu amigo, onde frequento e me sinto como se, também, fosse um lugar para se chamar de casa. Dona Marilene, seu Otávio, Thalles, Carol, Daniel e Raul, vocês são incríveis. Cada encontro nosso é sempre uma diversão. Também menciono nossos amigos e amigas em comum deste ciclo, Wesley, Cupu, Raiana, Renata, Italo, Laís, Simone. Nossos encontros sempre rendem boas risadas.

À Yris, à Andreza e ao Marte, amigos valorosos que fiz durante a faculdade. Mesmo sendo de outro curso, nos aproximamos de forma não planejada, e nunca mais deixamos de nos encontrar. Mesmo com a vida corrida, estamos sempre em contato. Meus amigos comunicólogos são os melhores.

A minha turma do mestrado de 2024 foi um apoio essencial durante nossas disciplinas. Dentre nossas dinâmicas, pudemos compartilhar nossos textos uns com os outros. Isso, com toda certeza do mundo, foi necessário para avançar no desenvolvimento da minha escrita. Fernanda, Nayla, Marcelo, Rebeca, Gabrielle, Priscila, Emerson, Arielly, Ádria, Robson, Jéssica, que nossas pesquisas possam contribuir para a construção de uma Antropologia e Sociologia capazes de olhar a realidade da Amazônia, sob uma perspectiva crítica e coerente.

Quando iniciei este mestrado, topei uma loucura. Decidi cursar Direito na UFPA ao mesmo tempo que iniciava a pós-graduação. Isso só foi possível com o suporte incondicional da Eslla, Gean, João, Lorrán, Wanzerley e Felipe. Iniciar uma segunda graduação foi um completo pesadelo, não consigo possuir nenhuma romantização sobre esse duro processo. Estudar em uma faculdade que tem realidades completamente diferentes da minha foi um choque. No entanto, ao lado destes, pude apreciar esta jornada. Agradeço muito por tudo. Além dos meus colegas de curso, fiz bons amigos que aprecio a companhia: George, Arthur, Bruna. À minha recente orientadora no direito, Luanna Tomaz, quero ter sua perspicácia, altivez e determinação quando eu crescer.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo incentivo à esta pesquisa. Não seria possível sem o apoio da CAPES, por isso é necessário defender sempre a educação e a valorização da ciência no Brasil.

À Universidade Federal do Pará por último, a base de toda essa construção. Agradeço por ter sido meu ambiente de formação. Luto para que se torne um lugar cada vez mais com a cara da classe trabalhadora. Essa pesquisa é estimulada pelos meus anseios com qual

universidade eu quero deixar quando eu sair. Sempre questionei as pessoas para quem apresento o movimento estudantil: o que você quer deixar de herança para a UFPA quando sair? Não me conformo com a comodidade da nossa existência. Não aceito a mesmice e coisas estáticas, que não posso mudar. Por isso, as ações afirmativas e a democratização da universidade me movem a construir um futuro diferente. A UFPA não é um lugar perfeito, tão pouco não é um lugar inerte, sem capacidade de transformações. Ao contrário, nossa missão, principalmente aos filhos e filhas da classe trabalhadora, é mudar a nossa realidade, para que novos e novas estudantes possam encontrar um lugar melhor do que nós encontramos.

Por fim, a mim mesmo, foi duro chegar até aqui. Sair de casa aos 19 anos, trabalhar para conseguir me formar na primeira graduação (inclusive, durante uma pandemia), militar e estudar. Nada foi fácil, tudo só foi possível com muita abdicção, esforço e convencimento. Se eu cheguei até aqui, foi por muita perseverança e pela determinação de mudar a realidade ao meu redor.

“Nossos pais nos ensinavam a sonhar com aquilo que desejávamos. (...) Educar é fazer sonhar.”

(Daniel Munduruku)

RESUMO

As ações afirmativas, no contexto do ensino superior brasileiro, constituem-se como políticas fundamentais para a promoção da diversidade nas universidades públicas, bem como caminhos para que novos sonhos possam ingressar em cursos de graduação e pós-graduação. O acesso massivo de populações indígenas ao ensino superior ocorreu, sobretudo, a partir dos anos 2000, com a implementação de reserva de vagas nas instituições públicas, cujo caráter adveio da luta organizada dos movimentos indígenas brasileiros para garantia de direitos. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), no que se refere à graduação, esse acesso acontece por meio do Processo Seletivo Especial (PSE), método de ingresso diferenciado, aprovado em 2009 em conselho universitário (a primeira oferta foi em 2010), o qual assegura duas vagas para indígenas em todos os cursos de graduação – no entanto, o começo da presença desses povos na UFPA se iniciou em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Direito. Dessa maneira, esse estudo busca questionar como contextos de ações afirmativas, que estão presentes na UFPA, podem tensionar estudantes. Dessa maneira, possuo os seguintes focos: (a) analisar o Estado da Arte sobre as ações afirmativas para povos indígenas na UFPA e na Amazônia Legal; (b) discutir sobre como a relação entre identidade e homogeneização das diferenças entre os indígenas; (c) avaliar os dados institucionais sobre esses estudantes; (d) questionar como o acesso de indígenas acontece nos programas de pós-graduação da UFPA. Como estratégia de pesquisa, realizei conversas com quatro estudantes da UFPA – três da graduação, uma pessoa da pós-graduação. Para concretização desses objetivos, foi necessário levantamento bibliográfico para saber o que já foi produzido sobre a temática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os seguintes descritores: “indígenas”, “ensino superior”, “ações afirmativas”, “políticas afirmativas” e “cotas”, com recorte em instituições da Amazônia Legal. Outrossim, a literatura consolidada sobre educação indígena e ações afirmativas no contexto universitário foram essenciais para embasamento teórico-metodológico. A pesquisa indica alguns caminhos importantes para caracterizar as ações afirmativas no contexto da UFPA: os avanços se estenderam para além da graduação, com políticas de acesso a programas de pós-graduação da universidade, mas nem todos os programas cumprem determinação legal de ofertar vagas para cotistas, conforme estipula a lei n.º 14.723/2023; a quantidade de produções sobre essa política pública em níveis de dissertação e tese no programas de pós da UFPA é insuficiente; no contexto da Amazônia Legal, há pouca produção sobre ações afirmativas para povos indígenas nas pós-graduações, o que impacta negativamente para aprimoramentos – reflexo da região norte ser a última do país a implementar cotas; não se estimula a valorização das diferenças entre os vários grupos indígenas que estudam na UFPA, mas sim uma homogeneização em torno de uma única identidade.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Povos indígenas; Ensino superior; Políticas públicas; Amazônia.

ABSTRACT

Affirmative action policies in the context of Brazilian higher education are fundamental to promoting access for black and Indigenous people, quilombolas, transgender and foreign people to public universities, as well as providing pathways for new dreams to enter undergraduate and graduate programs. The massive access of Indigenous populations to higher education occurred primarily from the 2000s onwards, with the implementation of quotas in public institutions, a characteristic stemming from the organized struggle of Brazilian Indigenous movements to guarantee rights. At the Federal University of Pará (UFPA), regarding undergraduate studies, this access occurs through the Special Selection Process (PSE), a differentiated admission method approved in 2009 by the university council (the first offering was in 2010), which guarantees two places for Indigenous people in all undergraduate courses – however, the presence of these peoples at UFPA began in 2006 in the Postgraduate Program in Law. In this way, this study sought to contribute to the topic of affirmative action for indigenous peoples at UFPA (Federal University of Pará), focusing on the following: (a) analyzing the state of the art regarding affirmative action for indigenous peoples at UFPA and in the Legal Amazon; (b) discussing the relationship between identity and the homogenization of differences among indigenous peoples; (c) evaluating institutional data on these students; (d) questioning how indigenous people access graduate programs at UFPA. As a research strategy, I conducted conversations with four UFPA students – three undergraduates and one graduate student. To achieve these objectives, a bibliographic survey was necessary to determine what has already been produced on the topic in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), using the following descriptors: "indigenous people," "higher education," "affirmative action," "affirmative action policies," and "quotas," focusing on institutions in the Legal Amazon. Furthermore, the consolidated literature on indigenous education and affirmative action in the university context was essential for theoretical and methodological grounding. The research indicates some important paths to characterize affirmative action in the context of UFPA (Federal University of Pará): advances have extended beyond undergraduate studies, with policies for access to the university's postgraduate programs, but not all programs comply with the legal requirement to offer places for quota students, as stipulated by Law No. 14.723/2023; the amount of research on this public policy at the dissertation and thesis levels in UFPA's postgraduate programs is insufficient; in the context of the Legal Amazon, there is little research on affirmative action for indigenous peoples in postgraduate studies, which negatively impacts improvements – a reflection of the northern region being the last in the country to implement quotas; the appreciation of the differences between the various indigenous groups studying at UFPA is not encouraged, but rather a homogenization around a single identity.

Keywords: Affirmative action; Indigenous peoples; Higher education; Public policies; Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Defesa de TCC de Gabriel Silva Braga	24
Figura 2 - Ingresso de Indígenas Estudantes na Graduação na UFPA entre 2010 e 2020	35
Figura 3 - Média de Idade de Indígenas Estudantes entre 2010 a 2020	36
Figura 4 - Etnias dos Estudantes da Graduação entre 2010 a 2020.....	37
Figura 5 - Campus e Polos Escolhidos pelos Indígenas entre 2010 a 2020	38
Figura 6 - Cursos Mais Demandados por Indígenas entre 2010 a 2020.....	38
Figura 7 - Teses e Dissertações sobre Ações Afirmativas para Povos Indígenas nas Universidades da Amazônia Legal	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Obras que Abordam Ações Afirmativas para Indígenas no Ensino Superior no Contexto Amazônico	56
Quadro 2 - Dissertações e Teses sobre Ações Afirmativas Produzidas na UFPA	65
Quadro 3 - Dissertações defendidas no PPGSA por estudantes oriundos do PSIQ	85
Quadro 4 - Divisão de orientação dos estudantes oriundos do PSIQ entre 2020 e 2024	86
Quadro 5 - Quantidade de estudantes amparados com bolsa de incentivo à pesquisa	87
Quadro 6 - Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ingressos no PPGSA, área de concentração e nível de ensino entre 2020 e 2024 ..	84
Tabela 2 - Situação dos estudantes referente aos cursos entre os anos 2020 e 2024.....	84
Tabela 3 - Grupos Beneficiados com Cotas para Ingresso em Programas de Pós-Graduação	131
Tabela 4 - PPGs com Cotas Aprovadas A Partir de Legislações	133
Tabela 5 - Disposição de Vagas nas Pós-Graduações da UFPA	136

LISTA DE SIGLAS

ADIS	Assessoria da Diversidade e Inclusão Social
ADD	Associação dos Discentes com Deficiência
ADISTTRAIVE	Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA
ADQ	Associação dos Discentes Quilombolas
AEE	Associação dos Estudantes Estrangeiros
APYEUFPA	Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESUPA	Centro Universitário do Estado do Pará
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
GEAM	Grupo de Estudos Afro-Amazônicos
GEPI	Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas Eneida Correa de Assis
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFP	International Fellowship Program
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas
ITEC	Instituto de Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBAF	Mobilidade Afirmativa
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPGCITI	Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura
PPGD	Programa de Pós-Graduação em Direito
PPGGP	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PPGSA	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPLSA	Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia
PROAES	Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil
PROPESP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSE	Processo Seletivo Especial
PSIQ	Processo Seletivo para Indígenas e Quilombolas
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Terra Indígena
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEMS	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Trajetória de Pesquisa e Implicações Particulares	21
Contextualizando o Início das Ações Afirmativas no Ensino Superior	26
Motivações, Achados de Pesquisa e Novas Inquietações	28
Caminhos Metodológicos e Onde Pretendo Chegar	40
1 LUTAS SECULARES, DEFESA DE DIREITOS E BREVE HISTÓRICO DO	
INGRESSO DOS POVOS INDÍGENAS NA universidade federal do pará.....	48
1.1 Mudanças de Paradigmas entre o Estado e os Povos Indígenas	49
1.2 Panorama das Ações Afirmativas como Enfrentamento a Desigualdades	51
1.3 Estado da Arte sobre Ações Afirmativas para Indígenas na Amazônia Legal.....	53
1.3.1 Considerações sobre a ausência de produções na Amazônia.....	60
1.4 O que a UFPA produziu sobre ações afirmativas na pós-graduação	61
1.4.1 Lições sobre o panorama das cotas na UFPA.....	74
2 AVANÇOS E PERSPECTIVAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO	78
2.1 As lutas para acessar a universidade e para concluir	79
2.2 Pós-graduação em debate: continuidade nos estudos para indígenas e quilombolas	82
2.2.1 Percepções sobre essa iniciativa no PPGSA	88
2.3 Panorama das Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação da UFPA.....	91
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
4 REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

Trajatória de Pesquisa e Implicações Particulares

Meu percurso na Universidade Federal do Pará (UFPA) é marcado pelas relações construídas com diversos movimentos sociais, os quais são um dos responsáveis pela formação acadêmica e militante que reivindico, desde o começo da graduação em Licenciatura em Ciências Sociais em 2018. Um momento notável desta influência se construiu com amplo envolvimento na organização coletiva de campanha no segundo turno, em que havia uma ameaça aos direitos sociais duramente conquistados, discursos de ódio e intolerância – representados na figura do candidato a presidente, Jair Bolsonaro, antes de sua vitória eleitoral.

Essa organização perpassou pelo protagonismo de estudantes do curso de Ciências Sociais que decidiram, em assembleia geral estudantil, paralisar as aulas por uma semana inteira para ir às ruas com o objetivo de conversar com diversos eleitores sobre a importância de exercer o voto de forma consciente sobre qual projeto político escolher para o futuro do país. A maneira como meus colegas veteranos construíram essa forma de intervenção política tornou-se exemplar e um verdadeiro divisor de águas sobre qual tipo de estudante eu me tornaria a partir deste momento singular na nossa história recente.

Após esse momento de mobilização em defesa da democracia, decidi participar das atividades e ações do movimento estudantil. Soube que seria necessário me envolver nos enfrentamentos necessários em um momento difícil de ascensão da extrema-direita no Brasil, e fortalecer os movimentos sociais atuantes foi um passo fundamental para meu amadurecimento pessoal, político e acadêmico. Dessa forma, iniciei minha trajetória no movimento de juventude Juntos!¹, uma organização política do movimento estudantil fundada em 2011, cujas discussões realizadas à época versavam sobre como a educação e as universidades seriam as primeiras a sofrerem corte de verbas e, conseqüentemente, sucateamento a ponto de fechar as portas.

Essa breve contextualização política justifica interesses subjetivos, os quais se afunilaram em 2019 com a necessidade de construir pesquisa que pudesse, de alguma maneira, colaborar com o avanço das políticas de permanência estudantil na UFPA. Ao mesmo tempo em que as universidades recebiam ameaças constantes para fechamento das suas atribuições, uma vez que o governo Bolsonaro realizava tentativas de reduzir autonomia e ameaçava retirar

¹ O Juntos! é um coletivo de juventude que se organiza do norte ao sul do Brasil, nas escolas, universidades, bairros, locais de trabalho e onde quer que esteja a juventude indignada que busca transformação. Nossa missão é intervir na realidade, lutar pelas necessidades do nosso povo e construir uma sociedade radicalmente diferente. Leia mais em juntos.org.br.

recursos para atividades essenciais das Instituições de Ensino Superior (IES), o movimento indígena denunciava constantes declarações e medidas de retiradas de direitos históricos conquistados pela gestão de Bolsonaro. Ao aliar essas duas discussões, surgiu a possibilidade de trabalhar, na iniciação científica, o tema dos desafios enfrentados na graduação pelos povos indígenas estudantes da UFPA para concluir o ensino superior com qualidade. Sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso, iniciamos um projeto de pesquisa² em colaboração com indígenas estudantes de Belém, o qual ganhou renovação para mais um ano de estudo, e foi responsável por gerar diversas apresentações acadêmicas, artigos, trabalhos completos e, o mais importante de todos, a motivação para a existência desta pesquisa.

Nesse contexto, nada dessa construção coletiva poderia acontecer sem a colaboração direta da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA), iniciada pelo contato com Elaine Baré, colega da graduação em Ciências Sociais e uma amiga que acompanhei durante sua estadia em Belém – Elaine foi uma das muitas calouras que veio do Amazonas, especialmente da região do Alto Rio Negro.

Com grande protagonismo na nossa universidade, a APYEUFPA é uma representação estudantil dos indígenas na UFPA, tanto de graduandos, quanto de pós-graduandos, fundada em 2011, da qual Elaine foi uma das membras da diretoria durante meu tempo de graduação em Ciências Sociais. Edimar Fernandes Kaingang (2018) destaca como essencial a organização desta coletividade para gerar sentimento de pertença, pois reforça que os estudantes não se conheciam e não houve qualquer acolhimento específico para este público no primeiro ingresso de indígenas graduandos em 2010, a partir da oferta de vagas pelo Processo Seletivo Especial (PSE) – método de ingresso diferenciado, inicialmente para indígenas, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFPA em 2009.

Outrossim, houve um elemento particular que influenciou minhas escolhas de pesquisa para chegar ao tema das ações afirmativas: eu passei no vestibular sob o sistema de cotas (escola pública, cor e renda). Essa era uma característica que me aproximava do objeto de estudo, uma vez os desafios enfrentados por indígenas estudantes para conclusão do ensino superior, a cada vez que eu me aprofundava no tema, apresentavam semelhanças com a minha própria realidade. Então, constatei que esses estudos também tinham impacto sobre a noção de identidade – ao mesmo tempo sobre mim, mas também percebi que era um dos fatores que moviam os indígenas

² O projeto de pesquisa “políticas públicas de ações afirmativas na UFPA: desafios e estratégias de estudantes indígenas para permanência em cursos de graduação” possibilitou a execução de dois planos de trabalhos, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), cujos resultados foram publicados em artigos científicos, trabalhos completos em anais, capítulos de livro, dentre outros.

estudantes – e como essa percepção era fundamental para que houvesse sentido para esses discentes em prol das motivações coletivas para auto-organização.

Imerso aos estudos sobre identidade ao final do século XX, Roberto Cardoso de Oliveira (1976) apresenta a noção de identidade contrastiva. Inspirado no antropólogo norueguês Frederik Barth, Oliveira (1976) cunhou este conceito como mecanismo de afirmação de determinado grupo para se diferenciar de outro, como meio de contraste, ou seja, trata-se de gerar identidade por oposição. Embora o autor trate das relações estabelecidas entre distintas etnias em confronto no contexto da década de 70 e 80, com o objetivo de criar quem é a referência de uma etnia sobre outra, o ambiente universitário exige a formação da identidade étnica entre os indígenas ingressos do PSE em contraste à comunidade acadêmica. Essa interação pressupõe duas questões fundamentais na trajetória dos indígenas estudantes durante a universidade: as relações estabelecidas entre calouros e calouras do PSE e a universidade fomentam a homogeneização de todas as etnias, histórias e saberes dos diversos povos indígenas em torno de uma única identidade – estes passam a ser, unicamente, indígenas; assim, a partir desse contraste, inicia-se a diferenciação premeditada por Oliveira (1976) dessa identidade étnica em oposição à identidade acadêmica, concebida como ideal para a norma pré-estabelecida de quem seriam discentes exemplares.

A partir dessa correlação entre os apontamentos de Roberto Cardoso de Oliveira e os dilemas enfrentados pelos estudantes, pude perceber que durante a trajetória de pesquisa imergi em questionamentos sobre minha própria identidade dentro da universidade e dentro da pesquisa, particularmente sobre meu autorreconhecimento como pessoa negra, que produz pesquisa imerso a um dos muitos temas de interesse das relações étnico-raciais. Ressalto essa questão suscitada pelo campo e pela revisão bibliográfica, por entender que ser afetado pelos estudos produzidos pelos autores e pelas autoras durante o processo de construção da pesquisa se torna inevitável.

Em consonância com as perspectivas de Jeanne Favret-Saada (2005), reforço não a ideia de exercício de meu narcisismo, como a autora chama a atenção frequentemente, mas como o campo realizado com interlocutores e interlocutoras motivou o desmoronamento do meu projeto de conhecimento, e foi além: causou-me questionamentos sobre a concepção do ser. Favret-Saada (2005), no entanto, convida à reflexão sobre como o processo de construção no campo pode não ser nem observação participante nem empatia para com quem está realizando pesquisa. Essas questões são guias para que a produção de dados no campo não perca o foco, o que motiva que o “projeto de conhecimento não se perca em meio a uma aventura” (Favret-Saada, p. 160, 2005).

Ao avançar nos principais debates suscitados pela bibliografia escolhida e os relatos, foi possível construir uma gama de estudos voltados para aspectos diversos dos povos indígenas estudantes da UFPA. Inicialmente, a pesquisa focou apenas nos desafios enfrentados durante a graduação, no entanto, ampliei meu horizonte para observar mudanças de gerações e o ingresso de públicos mais jovens pelo PSE, a participação ampla de mulheres na construção das decisões sobre temas que envolvem indígenas da universidade e, um dos eixos centrais desta dissertação, o acesso aos programas de pós-graduação da instituição.

Durante minha trajetória acadêmica, destaco a coroação de quatro anos de pesquisa na iniciação científica em parceria com a APYEUFPA: a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)³. A figura 1 apresenta uma fotografia capturada no dia em que apresentei TCC como último ato antes da colação de grau em Ciências Sociais com parte da diretoria da APYEUFPA. O trabalho intitulado "Políticas Públicas de Ações Afirmativas: desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará" foi avaliado por uma banca composta por 03 avaliadoras, dentre elas, duas indígenas estudantes da pós-graduação, Ana Manoela Karipuna e Eliene Putira, membras da APYEUFPA.

Figura 1 - Defesa de TCC de Gabriel Silva Braga⁴



Fonte: Acervo particular da APYEUFPA, disponível no Facebook da associação.

Essas pessoas colaboraram para que esta pesquisa pudesse sair do papel, não apenas no processo de idealização, mas também ao final da trajetória da graduação no momento da defesa

³ Para ter acesso, leia Braga e Cardoso (2022). Foi publicado na Revista Educação e Políticas em Debate.

⁴ Da esquerda para a direita: Virginia Arapasso (formou-se em Administração), Ana Manoela Karipuna (atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA e foi membra da banca), Eliene Putira (doutora em Antropologia e foi membra da banca), Elaine Baré (formou-se em Ciências Sociais, colega interlocutora, mãe da Maria Luz, parceira de pesquisa; facilitou a relação com a APYEUFPA), Maria Luz (está no colo de Elaine; à época, tinha pouco mais de um ano de idade) e Antônio Marinho (formou-se em Comunicação Social, parceiro de pesquisa, colega interlocutor, pai da Maria Luz).

de TCC. Embora as normas da instituição não permitam a nomeação de terceira autoria, o meu TCC na graduação também levou o nome de Eliene e Antônio, interlocutores fundamentais para a pesquisa acontecer. Ademais, Ana Manoela e Eliene contribuíram para o projeto de pesquisa concorrente à seleção do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA (PPGSA/UFPA) com as considerações feitas na avaliação supracitada e com revisões e sugestões antes da submissão, ou seja, as ideias desenvolvidas na dissertação alinham-se às demandas da APYEUFPA. No entanto, ao longo de toda a trajetória durante a iniciação científica, novas demandas foram apontadas ao término de cada relatório submetido para avaliação; isto é, novos apontamentos serão apresentados ao final dos capítulos nesta dissertação.

Dessa maneira, trilhando os passos mencionados, cheguei à próxima etapa para aprofundar esta pesquisa no mestrado acadêmico no PPGSA/UFPA, em colaboração com a Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso, minha mentora e parceira nesse longo caminho. Embora estejamos há sete anos neste tema de estudo, percebemos que, a cada nova investigação, este tema se tornou inesgotável de novas buscas e de grande relevância para nós e para o Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas Eneida Corrêa de Assis (GEPI). Inclusive, os artigos produzidos durante minha trajetória (os quais são mencionados no decorrer da dissertação) são utilizados em ementas de disciplinas da instituição e pelos próprios estudiosos das ações afirmativas.

Esse breve ensaio tem como finalidade estimular reflexões em contextos de indígenas estudantes, mas sem aprofundá-las, não é o foco central desta dissertação. O caminho trilhado neste primeiro tópico é um meio para apresentar minhas preocupações com os tensionamentos necessários na temática das ações afirmativas e, como este diálogo é, também, um exercício de alteridade, enfatizo a necessidade de me localizar na pesquisa junto aos percalços enfrentados por meus colegas dentro da universidade. Dessa forma, minhas análises se debruçarão na produção de dados que estimulem a avaliação do panorama da produção de estudos sobre as políticas públicas de ações afirmativas e como estas se desdobram nas pós-graduações, pois são aspectos relevantes para contribuir com este campo de estudo que possui um grande potencial para novas abordagens e questionamentos.

Por fim, estimo que esta produção contribua para os estudos das políticas públicas no contexto da universidade e que, sobretudo, seja um retorno aos povos indígenas que são a espinha dorsal e a razão desta pesquisa, além de apresentar novos campos de investigação no contexto da UFPA e da região amazônica, a qual necessita de constantes trabalhos de avaliação acerca da efetividade, avanços e falhas.

Contextualizando o Início das Ações Afirmativas no Ensino Superior

A universidade mostra-se como um símbolo de possibilidades para melhores condições de vida, sob a perspectiva de grupos que nunca acessaram o ensino superior. No século XXI, as IES se postulam com um novo caráter de funcionalidade, não mais como manutenção de privilégios ou reduzidas às elites econômicas, mas, sim, como alvo de universalização do conhecimento e do ingresso, o que foi fundamental para que os movimentos sociais pressionassem as instituições públicas para iniciar discussões sobre reserva de vagas no contexto da educação brasileira.

Boaventura de Sousa Santos (2005) reforça que a universidade enfrentou um momento de crises acerca da própria concepção de existência, as quais versam sobre três quesitos: (a) funções tradicionais que à universidade foram atribuídas; (b) formação erudita de cultura, conhecimento e perpetuação do conhecimento científico aos moldes das elites econômicas pelas quais existiu uma preocupação relevante desde o período da Idade Média; (c) e, por fim, a geração de mão de obra para o produtivismo capitalista no que se refere aos conhecimentos instrumentais. Esses momentos enfrentados colocaram uma crise de hegemonia, pela qual a universidade necessitou rever o papel que cumpria, uma vez que: deixou de ser a única detentora da produção científica; foi questionada quanto à legitimidade dos saberes especializados, visto que deixou de ser um espaço hegemônico de restrições do conhecimento, uma vez que perspectivas sociais (democratização do acesso e inclusão dos filhos e filhas de classes populares) entraram nessa disputa sobre quais rumos tomar em diante; ademais, reforçam-se quais valores e objetivos se adotaria para a concepção de uma universidade moderna, uma vez que se tem a produtividade de cunho capitalista e, ao mesmo tempo, a carência de responsabilidade e retorno do que é feito dentro dos muros das IES para a população (Santos, 2005).

É significativo que, dentre esses aspectos relativos às crises enfrentadas, a função social das IES e o público que a acessa estejam em xeque, pois se trata de um eixo que abre um leque de discussões, seja sobre quais epistemologias estão ausentes, seja para quem exige retorno do que se produz dentro da universidade e de quem a produz. Não há como fugir do questionamento sobre quem é o público que, historicamente, está nas salas de aula das faculdades (tanto como estudantes, quanto como docentes), produzindo pesquisa e quem é o objeto dessas pesquisas.

Essa contextualização, que resultou em mudanças significativas, também se insere nos enfrentamentos travados sobre a política de acesso à educação no Brasil. Nesse contexto, os

movimentos negros foram essenciais para tensionar essas estruturas, os quais introduziram o debate sobre políticas de ações afirmativas para a população negra, que, de acordo com Lélia Gonzalez (2020), estava longe das escolas e das faculdades. Até a segunda metade do século XX, o Brasil possuía uma discrepância gritante no perfil de quem conseguia estudar: a população branca era a grande maioria em todos os níveis de ensino, enquanto a população negra se restringia apenas ao ensino fundamental – havia pouca participação no ensino médio e nas universidades éramos quase inexistentes. “Os brancos tinham 1,6 vez mais oportunidades de completarem de cinco a oito anos de estudos, 2,5 vezes mais de completarem de nove a onze anos de estudos e seis vezes mais de completarem doze anos ou mais de estudos” (Gonzalez, 2020, p. 87). Ademais, a partir desse breve histórico, percebe-se a centralidade da educação nos debates dos movimentos negros e nas reivindicações apresentadas.

O educador e pesquisador indígena, Gersem Baniwa (2019), apresenta discussões fundamentais acerca da educação escolar indígena e da importância do acesso como mecanismo estratégico para as lutas a serem travadas por essas populações ao longo da trajetória do movimento indígena. No que se refere ao ensino superior, Baniwa (2019, p. 66) enfatiza que adentrar nas universidades é um ganho real, cujos benefícios perpassam pelo “campo da cidadania, da consciência histórica, do protagonismo e do empoderamento técnico, científico, político, econômico, cultural e autoestima cognitiva e moral”. O autor reforça que a negação do ensino superior aos povos indígenas é uma demonstração de racismo, “exclusão e de condenação humana e sociopolítica” (Baniwa, 2019, p. 66), uma vez que marcaria incertezas no futuro dos povos indígenas – o que demonstra a centralidade desse espaço na disputa por direitos. Além disso, o ingresso desses povos levanta um questionamento fundamental sobre quais epistemologias são escolhidas para serem lecionadas em salas de aula, pois os povos indígenas possuem diversas contribuições históricas para a academia.

A formação superior de indígenas reveste-se de importância estratégica também para a construção de espaços e experiências de convivência multicultural entre os povos indígenas e a sociedade nacional, capazes de garantir harmonia sociopolítica, levando-se em consideração a conformação recente do Brasil como um Estado pluriétnico e multicultural. Além disso, a presença indígena nas universidades pode e deve abrir possibilidades concretas para o diálogo intercultural ou interesistemológico entre sistemas complexos de conhecimentos indígenas e científicos (Baniwa, 2019, p. 67).

Nesse sentido, Daniel Munduruku (2010) discorre acerca da importância do movimento indígena como educador, uma vez que a atuação conjunta do movimento indígena em diversos territórios do país foi responsável por aproximar os mais diversos povos existentes, a fim de articular atuações em prol de direitos. Esse formato de atuação possibilitou o contato com outros movimentos sociais, inclusive possibilitou a atuação com não indígenas e estabeleceu relações

de trocas e aprendizados entre diferentes concepções. Munduruku (2010) aponta esta movimentação, ocorrida no período da redemocratização, como essencial para colocar diversas lideranças e o próprio movimento indígena conhecidos nacionalmente, de maneira autônoma, como formador de novas figuras que assumiriam, futuramente, responsabilidades a partir dessas articulações.

Dessa maneira, é possível observar como as disputas pelo sentido do que deve ser a universidade são uma continuidade, uma disputa que está em andamento, uma vez que, quando se trata sobre essas políticas de reparação para grupos excluídos da educação, o tempo de implementação de ações discriminatórias positivas de inclusão é extremamente recente. As primeiras universidades são datadas do século XII, durante o período da Idade Média, e com finalidades que mudaram ao longo do tempo. As ações afirmativas começam a aparecer apenas no século XX, tendo a Índia como o primeiro país a adotar tais medidas em 1947, onde foram adotadas políticas de garantia de reserva de posições em concursos públicos, porém foram as discussões nos Estados Unidos que mais influenciaram o Brasil (Feres Júnior *et al.*, 2018).

Em 1960, os norte-americanos adotaram políticas de “ação afirmativa”, em que este termo aparece pela primeira vez, embora não com o objetivo de discriminação positiva, porém com papel decisivo dos movimentos sociais estadunidenses ao exigir direitos civis, sobretudo os afro-americanos, pois as medidas adotadas visavam a contratação igualitária entre trabalhadores brancos e negros por empresas – e esse parâmetro se espalhou para outras relações de trabalho por empresas para realizar contratações (Feres Júnior *et al.*, 2018).

Vale ressaltar Feres Júnior *et al.* (2018, p. 13) acerca do que se considera ação afirmativa, cujos autores e autoras compreendem como “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas”. Em consonância com os exemplos dos Estados Unidos e Índia, as ações afirmativas podem assumir distintas faces, que podem incluir educação ou trabalho. Importante lembrar que, no que se refere à educação, as ações afirmativas incluem reserva de vagas para grupos específicos ou adoção de política de caráter de permanência estudantil, dentre outras possibilidades.

Motivações, Achados de Pesquisa e Novas Inquietações

As ações afirmativas para as IES públicas constituem medidas para garantia da democratização do ensino superior, as quais podem compreender aspectos de ingresso ou de

permanência do público-alvo. No começo do século XXI, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição do país a adotar cotas como método de ingresso para estudantes de escola pública, com reserva de 50% para esse público por lei estadual n.º 3.524/2000, no entanto, o estado do Paraná foi pioneiro a reservar vagas sob critérios étnico-raciais – em que, em caráter suplementar, destinou três vagas exclusivas para indígenas por lei estadual n.º 13.134/2001 (Paulino, 2008).

Marcos Paulino (2008) reforça a importância de diferenciar a compreensão sobre o termo “ação afirmativa”, visto que se trata de um método para garantia de uma política discriminatória positiva, seja em cargos públicos, seja para concorrer a vagas em IES, porém, possui distintos caracteres: suplementar – quando se acrescentam novas vagas às existentes, as quais só são preenchidas pelos candidatos que preenchem os requisitos e, caso não haja lotação, deixam de existir; cota – quando há um percentual de vagas reservadas do total disponibilizado. O autor enfatiza, também, o método de bonificação por pontos extras para contabilizar na somatória geral a determinado grupo concorrente em processos seletivos. Por fim, considero essas análises de Paulino (2008) exclusivas ao processo de ingresso em IES, no entanto, para a realização desta pesquisa, compreendo ações afirmativas, para além destas considerações, como mecanismos adotados para garantia da permanência dos indígenas estudantes na UFPA.

No mesmo ano de 2001 houve a determinação de cotas para estudantes negros na UERJ, a partir da lei estadual n.º 3.708/2001; em 2002, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) aprova cotas para negros e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) aprova cotas par indígenas; em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) tornou-se a primeira Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) a aprovar cotas para pessoas negras e acrescentar vagas suplementares para indígenas (Paulino, 2008). No entanto, as três instituições estaduais mencionadas anteriormente aprovaram tais políticas de ações afirmativas a partir de leis estaduais, ou seja, foram aplicadas a partir de movimentos externos para dentro dessas universidades. A UnB é exceção, pois aprovou essas medidas por meio de resolução interna do conselho universitário (Paulino, 2008).

Essas quatro IES apresentaram debates provocados pelos movimentos negros, os quais elencaram as lutas pela efetivação das ações afirmativas nas universidades como mecanismo para combater o racismo, sobretudo após pressões públicas realizadas por esses movimentos. Zélia Amador de Deus (2008) enfatiza quão desigual era o Brasil até o final do século XX, em que os mais diversos dados e estudos realizados por intelectuais apontavam para a discrepância existente e, para corrigi-la, necessitava pensar as relações de maneira intrínseca aos debates étnico-raciais. A partir de considerações sobre a pesquisa de Marcelo Paixão, Deus (2008)

aponta que o Brasil ocupava a 79ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 1997; contudo, se considerar apenas a população negra deste período, o Brasil cairia para a 108ª posição; e, se o recorte for da população branca, o país subiria para a 49ª posição.

Para medir o nível de IDH de determinado país, pondera-se os aspectos sobre saúde, educação e padrão de vida. O estudo analisado por Deus (2008) aponta a extrema desigualdade entre pessoas negras e brancas no Brasil. Para reduzir esse cenário de discriminações latentes, não bastava apenas políticas públicas universalistas, mas que se considerasse as relações raciais, acompanhadas de ações afirmativas (Deus, 2008). Nesse contexto, o Estado brasileiro passou a atuar sobre o tema do combate ao racismo e discriminação racial, como preparação para participar da III Conferência Mundial Contra O Racismo, A Discriminação Racial e Intolerância Correlata na cidade de Durban (África do Sul) em 2003 com elaboração de relatório, embasados em estudos e consultas em boa parte das unidades da federação⁵, cujo foco foi realizar acúmulos necessários para contribuir com formulações sobre a temática no país, mas o resultado foi o esperado e apontado pelos movimentos negros: à época, a pobreza era negra (Deus, 2008).

Nesse cenário, a autora apresenta dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas (IPEA) no ano de 2000, os quais apontam extensa desigualdade racial no Brasil em diversas fases da vida, que impactam diretamente todos os aspectos que contribuem para elevação do IDH do Brasil.

No desdobramento, verificou que na faixa de zero a seis anos a pobreza atinge 51% das crianças brasileiras; desse total, 38% são de crianças brancas e 65% são de crianças negras, demonstrando que a desvantagem dos negros em relação aos brancos começa muito cedo, desde a infância. O que implica dizer que para cada 100 crianças pobres de cor branca, existem 170 crianças negras pobres. Na faixa entre 7 e 14 anos, o percentual de brancos pobres é de 31%, enquanto o de negros pobres é de 61%. Na faixa entre 15 e 24 anos o percentual de brancos pobres é de 22%, enquanto o de negros pobres é de 47%. Como se pode observar, a desvantagem dos negros começa na infância, segue na adolescência e permanece na vida adulta. É uma desvantagem crônica (Deus, 2008, p. 157).

Esses dados potencializam o argumento apresentado à época acerca da insuficiência de políticas de redução das desigualdades a partir da perspectiva universalista: eram necessárias políticas focais para grupos cujas condições socioeconômicas fossem desfavoráveis, a fim de alcançar patamares de iguais oportunidades, acesso a direitos e tratamento. De nenhuma

⁵ Conferir Deus (2008) para compreender esse processo longo de construção em torno da preparação para a conferência mencionada no corpo da dissertação, além de mencionar outros dados alarmantes deste período.

maneira, essas medidas anulam a existência de políticas universalistas, mas que as duas visões eram essenciais para superar esse cenário do começo do século XXI (Deus, 2008).

No que tange à educação neste período, o panorama era de discrepância entre pessoas brancas e negras, uma vez que tanto Deus (2008), quanto Gonzalez (2020) reforçam o baixo percentual de conclusão de pessoas negras no ensino básico: apenas 30% conclui o ensino fundamental I (equivalente do primeiro ao quinto ano); a presença da população negra no ensino médio era irrisória e inexpressiva no ensino superior.

Em consonância com esse breve histórico do pano de fundo dos movimentos negros para elencar as ações afirmativas como tática para combater o racismo no Brasil, os movimentos indígenas, inicialmente, não elencaram o acesso à universidade como a centralidade das suas lutas políticas, de acordo com Paulino (2008), pois a principal batalha foi e continua sendo pela demarcação das Terras Indígenas (TI), as quais sofrem constantes tentativas de violações.

No entanto, essa observação não significa que os povos indígenas não realizaram lutas políticas para acessar a educação formal, semelhante ao que foi realizado pelos movimentos negros. Essas populações demarcaram a importância das políticas diferenciadas para si como base para refletir sobre como o Estado tratava as medidas indigenistas, tais como a educação escolar diferenciada, pois:

no âmbito das organizações e dos povos indígenas, a luta por uma educação escolar indígena diferenciada representava a possibilidade de retomada do controle sobre a vida de suas comunidades, que a escola e a igreja lhes haviam roubado, e aos professores, a oportunidade de conquistarem espaço social e político na luta maior de suas comunidades e de seus povos (Baniwa, 2004, p. 158).

Percebe-se que o aspecto educacional abarca outros temas de importância para os povos indígenas, pois o processo de aprendizagem elenca-se aos modos de vida, necessidades e à realidade de cada povo, o que mostra a necessidade de haver professores e professoras indígenas no esquema dessa educação diferenciada. Dessa maneira, a partir do que Baniwa (2004) apresenta dos entrelaçamentos de demandas, compreendo imperioso tratar (mesmo que de forma breve) sobre a forma como o Estado enxergava esses povos.

Vale ressaltar, para além desses aspectos gerais sobre como se constituíram os meios de inclusão de outros perfis no ensino superior, a negação da capacidade dos povos indígenas pelo Estado brasileiro, pois o Código Civil considerava essas pessoas como “relativamente incapazes”. O Estado brasileiro possuía visão assimilacionista sobre a figura do “índio” (termo utilizado em documentos oficiais) cuja finalidade era integrá-los à “civilização”, a fim de superar a identidade indígena da história do país, e transformá-los em pequenos produtores

rurais (Paulino, 2008). Perguntei a um dos interlocutores sobre esse tema, como pode se confundir não apenas no contexto universitário, mas também em outros ambientes.

Somos questionados de costumes mais vistos na mídia, mas sempre lembramos de dizer, mas isso não pertence ao meu povo, mas pertence a tal povo, mas como dito devido ao aumento de estudantes indígenas isso acontece, mas isso também nos serve para mostrar que cada região, cada povo tem seus próprios costumes e temos o dever de mostrar (Scolny, 2026).

A Constituição de 1988 rompe com essa lógica de tutela e tentativa de integração ao território nacional como se fossem estrangeiros à identidade brasileira, e passa a garantir o direito ao reconhecimento como povos etnicamente diferenciados (Paulino, 2008), com um capítulo inteiro na Carta Magna de direitos reconhecidos pelo Estado. Nesse sentido, alinhado às garantias constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – lei n.º 9.394/1996 – elencou a forma como a educação seria organizada, inclusive com garantias para os povos indígenas, em que “um outro tipo de educação escolar indígena passou a ser exigida, e estava regida, em linhas gerais, por quatro eixos básicos: bilíngue, específica, diferenciada e intercultural” (Paulino, 2008, p. 26), ou seja, a partir dessa lei, nada mais justo do que a exigência para que os próprios indígenas sejam os professores e as professoras responsáveis pela formação da própria comunidade a qual pertencem.

Sob essas prerrogativas, as demandas por licenciaturas interculturais foram fortalecidas, cursos próprios e específicos para indígenas, com o objetivo de assegurar o que consta na LDB e no capítulo VIII referente a esses povos. De acordo com Paulino (2008), as ofertas desses cursos foram as primeiras medidas de inclusão das populações indígenas nas IES públicas, cujas primeiras disponibilizações aconteceram na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em 2001 e na Universidade Federal de Roraima (UFRR) em 2003.

Embora as licenciaturas interculturais sejam as primeiras iniciativas para acesso ao ensino superior público, havia iniciativas para acesso de povos indígenas às instituições privadas de ensino no final da década de 90. O avanço na inclusão no ensino fundamental e no ensino médio foi responsável pelo crescimento da demanda para acessar universidades. De acordo com Baniwa (2004), as primeiras oportunidades para povos indígenas ingressarem em faculdades foi no começo da década de 90 por meio de convênio entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e iniciativas privadas, tal como ocorreu com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) em que um pequeno grupo iniciou estudos.

Baniwa (2004) ressalta que o crescimento massivo sucedeu ao começo do século XXI em que houve atuação conjunta de absorção desses estudantes tanto nas IES com ações

afirmativas conquistadas, quanto nas instituições privadas cujas bolsas oficiais, como as do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em conformidade com essas iniciativas, a Fundação Ford possuiu um papel importante no começo da década de 2000 ao oferecer oportunidades para indígenas em nível de pós-graduação, conforme Baniwa (2004), pois, mediante a concessão da International Fellowship Program (IFP) desde 2001, foram disponibilizadas 42 bolsas para garantia do ingresso e permanência estudantil.

A partir desse amplo panorama, compreendo o acesso e a permanência de indígenas estudantes como um movimento nacionalizado construído por muitas mãos e um direito que não se renuncia sob nenhuma hipótese. O acesso à educação para povos indígenas é um aspecto inserido em uma série de reivindicações dessas populações que se articulam de maneira congruente. No entanto, como toda política pública, necessita de constantes estudos para avaliar a eficácia, os avanços e onde estão as debilidades durante a execução.

Esta dissertação é um desdobramento do projeto de pesquisa realizado na graduação, nomeado “políticas públicas de ações afirmativas na UFPA: desafios e estratégias de estudantes indígenas para permanência em cursos de graduação”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso, cujo desdobramento ocorreu em dois anos de iniciação científica em que, no primeiro ano, foram trabalhados os desafios enfrentados por indígenas e os avanços na primeira década do PSE no segundo ano⁶.

Outrossim, meu foco é aprimorar as discussões obtidas especificamente a partir do segundo plano de trabalho do PIBIC, cujo título foi “10 anos do Processo Seletivo Especial: Conquistas do movimento indígena e desafios para o futuro da inserção em espaços na UFPA”. Esta produção obteve resultados cujas discussões abordam a primeira década das ações afirmativas do PSE, as quais possuem contribuições importantes publicadas em revistas, apresentações de trabalhos e anais de eventos.

Importante ressaltar também a construção coletiva da pesquisa realizada na graduação em parceria com a APYEUFPA desde o primeiro plano de trabalho até a defesa do TCC, em que representantes da associação acompanharam a escrita do texto e estiveram na banca de defesa. Nesse contexto, esta pesquisa segue uma construção conjunta para um estudo que

⁶ Embora a menção aos quatro anos de iniciação científica, os outros dois anos foram realizadas pesquisas sobre as plantas ancestrais e o sentido para povos indígenas e populações tradicionais. Em síntese, minhas pesquisas se relacionam a temas de interesses dos povos indígenas.

beneficia a permanência de indígenas na universidade e coloca os resultados da pesquisa a serviço da melhoria das políticas públicas de ações afirmativas na UFPA. Necessita-se, a partir do que se produziu coletivamente, fortalecer a parceria entre os povos indígenas e as pesquisas voltadas a estes também na pós-graduação.

As experiências em IES brasileiras são pontes necessárias para a luta desses povos em outras diversas esferas que caminham articuladamente, tais como a saúde, a demarcação dos territórios indígenas, o aldeamento da política e a própria educação básica. O ingresso na universidade fortalece uma articulação nacionalizada entre diferentes povos. Na UFPA, o PSE configurou-se como uma das principais políticas de assistência estudantil da universidade, cujo foco é o acesso de estudantes quilombolas e indígenas – mas, por delimitação e trajetória pessoal na pesquisa, trabalharei apenas com indígenas.

O PSE teve início com a resolução interna n.º 3.869/2009, a qual propôs a reserva de duas vagas suplementares para estudantes indígenas em todas as graduações da UFPA. A primeira realização do edital ocorreu em 2010 com a primeira turma a ingressar em uma instituição sem pensar quais medidas seriam tomadas para a permanência desse público durante o decorrer dos anos na graduação (Fernandes, 2018).

Os primeiros e as primeiras indígenas estudantes da graduação enfrentaram diversos empecilhos. Por esse motivo, Fernandes (2018) ressalta frequentemente a importância de criar uma associação para que pudessem se organizar na instituição. Em termos de informação, embora o ingresso de indígenas estudantes na graduação nos cursos da UFPA ter iniciado em 2010, a primeira entrada na instituição ocorreu na pós-graduação a partir do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) em 2008 por reserva de vagas na linha de Direitos Humanos, conforme reforça o autor. Edimar Fernandes (Kaingang) é a principal referência desta dissertação para compreender a trajetória do PSE na UFPA, uma vez que o autor foi um dos beneficiados no PPGD, contribuiu para formulação do PSE e participou ativamente para fundação da APYEUFPA, sendo presidente da entidade por três anos consecutivos (Fernandes, 2018).

Na figura 2 é possível visualizar como foi o cenário de ingressantes na primeira década de PSE.⁷ Durante o campo na graduação, participação em atividades comuns com o movimento

⁷ Apresento dados coletados entre 2010 a 2020, com o compromisso de atualizá-los no doutorado, com o recorte que incluía o intervalo entre 2010 a 2015 para responder aos 15 anos desta política de ação afirmativa. Tive acesso a estes dados ainda no mestrado, porém, devido à falta de tempo e a algumas lacunas que percebi no mapeamento da universidade no que se refere a estes estudantes, não foi possível apresentar este recorte no mestrado. Percebi que a UFPA não possui as etnias dos indígenas estudantes até 2025, e este é um dado essencial para apresentar qual o perfil de indígenas que ingressam pelo PSE, pois, a partir da etnia, é possível perceber as localidades de onde estão vindo este público-alvo.

indígenas da UFPA e conversas com amigos e amigas da associação percebi uma mudança geracional, ingressos de novas etnias ao longo dos primeiros 10 anos, de diferentes regiões – inclusive de outros estados além do Pará (Braga e Cardoso, 2022).

Figura 2 - Ingresso de Indígenas Estudantes na Graduação na UFPA entre 2010 e 2020



Fonte: Braga e Cardoso (2022).

Os interlocutores e as interlocutoras são permeados por desafios que se apresentam desde a entrada na instituição até o fim de suas graduações. De 2010 a 2014, praticamente, não existiam políticas para permanência estudantil que pudesse abarcar a totalidade do público-alvo do PSE, o que causou a queda de ingressantes nos processos seletivos seguintes a 2010. A partir do fortalecimento e da auto-organização, foi possível superar esse entrave.

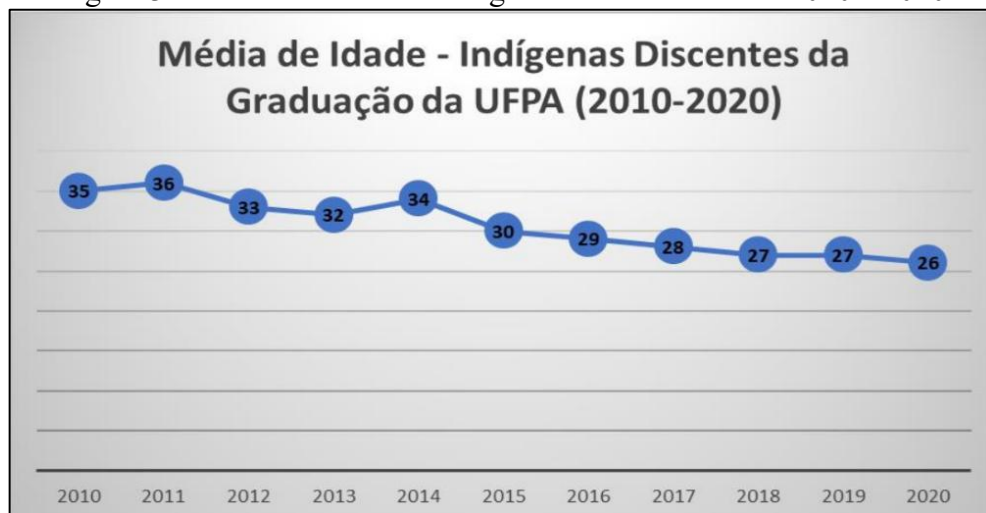
Outrossim, durante o campo, percebi que as principais problemáticas enfrentadas pelos estudantes são a permanência e assistência estudantil, a adaptação a um novo lugar – principalmente por quem procura o campus Belém para iniciar a graduação – a própria língua materna (muitos não dominam o português), o racismo e a burocracia institucional (Braga e Cardoso, 2022).

Fernandes (2018) corrobora com minha pesquisa ao escrever sobre os acontecimentos e experiências na UFPA desde a graduação até a pós-graduação, em que contribui com as análises sobre o ingresso da universidade e dos percalços vivenciados sob a perspectiva de um indígena estudante. Porém, com os avanços das pesquisas sobre a participação de indígenas no ensino superior, surgem questionamentos sobre as condições para permanência e conclusão dos cursos e quais bases são oferecidas aos estudantes para seguir com os estudos na pós-graduação. Este é um debate fundamental que se pretende abordar durante o processo de construção desta dissertação.

A partir das buscas realizadas durante a iniciação científica, encontrei algumas problemáticas que merecem o aprofundamento nesta pesquisa. Um dos questionamentos realizados refere-se ao acesso desses estudantes após a graduação. Quantos conseguem continuar os estudos para a pós-graduação? Em artigo publicado na Revista Zabelê, suscitamos reflexões sobre o ingresso de indígenas intelectuais dentro dos programas de pós-graduação, bem como o quanto é importante ampliar as políticas de ações afirmativas por tais programas (Braga; Aguiar Neto; Cardoso, 2022), como acontece no PPGSA na UFPA.

Por fim, o ingresso desses estudantes é permeado por desafios que ocorrem desde a entrada até o fim do curso, pois muitos são de municípios ou até estados distantes do campus escolhido para a graduação. Esse processo é importante para compreender qual o perfil destes e destas ingressantes. Existe uma mudança etária de discentes que ingressam ao longo dos 10 anos, pois se inicia com um público acima dos 30 anos, porém até 2020 a média de idade cai para 26 anos, conforme se visualiza na figura 3.

Figura 3 - Média de Idade de Indígenas Estudantes entre 2010 a 2020

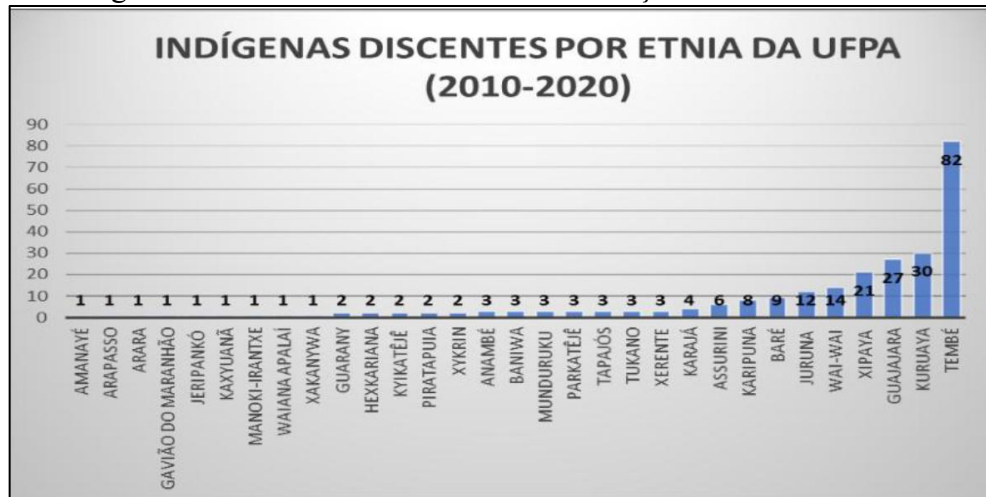


Fonte: Braga, Ferreira e Cardoso (2022).

Uma das minhas ambições durante minha trajetória acadêmica é atualizar os dados obtidos durante a iniciação científica, a fim de saber o andamento e as novas perspectivas apresentadas a partir de apontamentos realizados anteriormente. Durante os estudos realizados, naquele momento, foi possível fazer levantamento acerca da situação das matrículas de indígenas na instituição: quais foram os cursos mais procurados para iniciar a primeira graduação; quais os campi que concentram o maior número de indígenas estudantes; quais são as etnias que acessam as graduações da UFPA. Nesta etapa, conforme explicado anteriormente, não será possível, mas no doutorado pretendo apresentar tais dados de forma sistematizada, pois

observo que novos grupos acessaram a UFPA nestes últimos anos. Inclusive, alguns amigos e amigas da região do Baixo Tapajós, da cidade de Santarém, estão ingressando na nossa universidade. Como a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) possui sede em cidades do oeste do Pará, a presença de indígenas nesta instituição é muito viva, mas a presença do povo Arapiun (que estão no Baixo Tapajós), por exemplo, tem aumentado na UFPA.

Figura 4 - Etnias dos Estudantes da Graduação entre 2010 a 2020



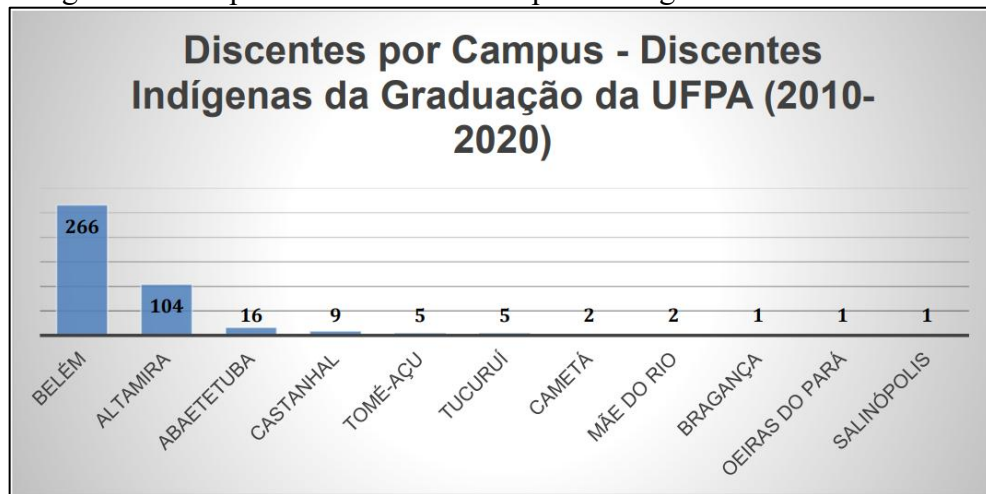
Fonte: Braga e Cardoso (2021a).

Em um dos muitos trabalhos apresentados em congressos na área das ciências sociais, destaco o perfil dos indígenas estudantes que acessaram a nossa universidade pelo PSE, em que, ao longo dos 10 anos, 412 pessoas beneficiadas por essa seleção diferenciada. Conforme Fernandes (2018) comenta sobre o processo de fundação da APYEUFPA, os Tembés tiveram mais facilidade de organização entre si, por serem mais numerosos e se conhecerem ao adentrar na UFPA. São o povo que mais acessou os cursos de graduação.

Das amostras da figura 4, os Kuruaya e os Xipaya possuem presença relevante na instituição, sobretudo por serem povos que vivem na região de Altamira, conforme é possível observar nos campi procurados na figura 5. Os Guajajara, povo do estado do Maranhão, também escolhem a UFPA como local para cursar o ensino superior. Além do Pará e Maranhão, é bastante comum a presença de colegas do estado do Amazonas, tais como o povo Baré, que são da região do Alto Rio Negro.

Esta é uma característica curiosa no público que acessa o PSE da UFPA, pois é procurado por colegas não são do Pará. Por ter sido uma das primeiras instituições da região norte a oferecer políticas de cotas, a UFPA se tornou um espelho às demais universidades da Amazônia. Ressalto que o Norte foi a última região a implementar estas políticas públicas.

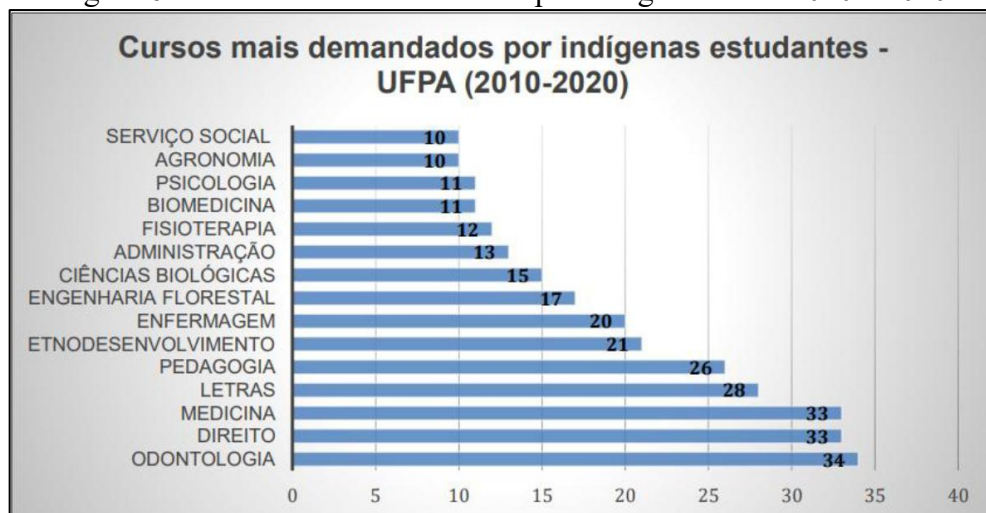
Figura 5 - Campus e Polos Escolhidos pelos Indígenas entre 2010 a 2020



Fonte: Braga e Cardoso (2021).

Dos 12 campi da UFPA e dos mais diversos polos da instituição, os campi Belém (capital do Pará) e Altamira (região do Xingu, mais de 800 quilômetros de distância da capital) são os mais requisitados, conforme se observa a diferença absurda pros demais locais na figura 05, uma vez que são os lugares que oferecem maior diversidade de graduação. A UFPA possui campus nas cidades de Belém, Ananindeua, Abaetetuba, Castanhal, Capanema, Bragança, Salinas, Soure, Breves, Tucuruí, Cametá e Altamira, além de polos em cidades menores próximas a esses campi que ofertam cursos de graduação. Na figura 5, Mãe do Rio, Oeiras do Pará e Tomé-Açu são polos da instituição.

Figura 6 - Cursos Mais Demandados por Indígenas entre 2010 a 2020



Fonte: Braga e Cardoso (2021a).

A figura 06 apresenta os cursos mais procurados da UFPA pelos povos indígenas. Destaque para Odontologia, Direito e Medicina como a tríade mais buscada. Vale ressaltar que tanto Odontologia, quanto Direito só possuem oferta no campus Belém, enquanto Medicina é

ofertada em Belém e em Altamira. Na figura 6, resalto a criação do curso de etnodesenvolvimento como política de ação afirmativa, ofertado na cidade de Altamira, pois se trata de um curso próprio para populações tradicionais e é bastante procurado por indígenas.

Após o levantamento dos dados institucionais sobre os discentes e o campo realizado na graduação, pretendo aprofundar temas relevantes para compreender alguns debates vivenciados pelo público-alvo da pesquisa. Nesse contexto, as questões conceituais indispensáveis nas ciências sociais referentes a essas populações darão suporte para as discussões acerca dos dados trazidos pela pesquisa. Dentre os principais conceitos a serem utilizados nesta dissertação, indico os apontamentos sobre identidade, a qual é frequentemente questionada dentro das instituições e demais espaços de poder a partir do que apontei anteriormente em Oliveira (1976).

Tal como pontua Alcida Ramos (2007), o fenômeno dos indígenas urbanos projeta uma negação da própria identidade em prol do imaginário de cidadão brasileiro, como se os indígenas fossem não pertencentes a esse país. Isto é, cabe ao indígena quando integrado ao contexto urbano escolher uma suposta mudança para a cidadania brasileira ou se continuará forasteiro, como a imagem do indígena é colocada.

La conquista de los pueblos indígenas ha creado un problema más complejo, pues si los indios son exóticos no lo son en el sentido de ser extranjeros. ¿Son ciudadanos? Y si se los considera ciudadanos, ¿qué clase de ciudadanos serían, dado que no comparten el idioma nacional, historia, símbolos y similares, excepto en el contexto específico de las relaciones interétnicas? El estatus especial conferido a los indios, como resultado de su conquista política y colonización cultural, contiene una gran dosis de ambigüedad que se manifiesta, por ejemplo, en una falta de consenso respecto a si los indígenas son o no brasileños. En este sentido, se formula una pregunta aún más drástica: ¿ser brasileño implica necesariamente ser ciudadano de Brasil? (Ramos, 2007, p. 247)

Essa relação construída sobre identidade e a relação com o contexto urbano é de extremo interesse dessa pesquisa, uma vez que diversos colegas saem de suas comunidades para as grandes capitais para estudar, ou seja, são inseridos em uma realidade completamente adversa a que estão acostumados⁸. Outrossim, questionamentos referentes à identidade e à capacidade de aprendizado desses estudantes são embasamento para o racismo vivenciado pelos povos indígenas na universidade.

Além disso, trabalharei as políticas públicas como um direito fundamental desses povos, pois, de acordo com Gersem Baniwa (2006), os povos indígenas possuem batalhas históricas em defesa de seus direitos e carregam uma identidade própria que envolve seus ancestrais e, por reivindicarem novos caminhos para a construção dessas políticas públicas, as universidades

⁸ Esse recorte não será aprofundado nesta dissertação, mas em futuros trabalhos acadêmicos.

se constituem também como uma ferramenta estratégica para conquistar direitos historicamente negados.

Ademais, trabalharei em um outro momento os processos de resistência e enfrentamentos construídos pelos grupos beneficiados com as políticas de ações afirmativas dentro da UFPA. Devido ao pouco tempo e à profundidade que essa proposta exige, aprofundarei no doutorado. Entendo que tais políticas não foram dadas, mas sim conquistadas a partir de muita articulação, fortalecimento dos movimentos sociais e participação coletiva em torno do objetivo de assegurar indígenas, quilombolas, pessoas negras, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência nas salas de aula das universidades.

Caminhos Metodológicos e Onde Pretendo Chegar

O processo de construção da pesquisa envolve diversas etapas para chegar a novos questionamentos a partir das indagações supracitadas. Inicialmente, realizei levantamento bibliográfico acerca do tema para embasamento sobre o que foi produzido. Entendo a necessidade de localizar essa discussão sobre os povos indígenas na UFPA interligada a uma série de outras políticas públicas de ações afirmativas, sem desconsiderar que a nossa instituição foi a primeira na região norte a adotar a política de cotas.

O estado da arte foi organizado em decorrência de buscas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sobre duas perspectivas, com as seguintes palavras-chave: “indígenas”, “ensino superior”, “ações afirmativas” e “políticas afirmativas” para saber o que há de dissertações e teses produzidas nos estados da Amazônia Legal para povos indígenas; “ações afirmativas”, “ação afirmativa”, “cotas” e “políticas afirmativas” para encontrar o que os programas de pós-graduação da UFPA realizaram sobre as ações afirmativas na própria instituição.

Essas escolhas se justificam pela relevância que as universidades da Amazônia Legal possuem não apenas por receberem indígenas estudantes anualmente, mas também por haver exemplos de políticas afirmativas pioneiras para esses povos. A própria UFPA foi a primeira universidade da Amazônia Legal a iniciar o processo de implementação de cotas entre as IES públicas da região em 2005, conforme reforça Marcineuza de Jesus (2020). Em função desse marco histórico, em 2025, completarão 20 anos desde a aprovação de cotas para estudantes de escola pública e negros e negras na UFPA.

Recorrentemente, a maior universidade do norte orgulha-se publicamente de ser uma instituição inclusiva e exemplar para agregar a diversidade. Especialmente na última década,

houve avanços significativos em ofertas de processos seletivos diferenciados não apenas para indígenas, mas também para quilombolas, estrangeiros e, atualmente, há discussões para editais exclusivos para pessoas trans e travestis. Por esse motivo, é urgente saber quais incentivos existem para estudos apropriados para avaliação dessas políticas institucionais: eficácia, o que os protagonistas dizem sobre as próprias experiências, quais debilidades existem, quais foram os avanços, dentre outras indagações.

Ressalto que privilegiei o uso das dissertações e teses para construção de meus argumentos, no entanto, há uma vasta produção de artigos e trabalhos completos sobre a temática elaborado por discentes (seja da graduação, seja da pós-graduação) e docentes, assim como livros e capítulos de livros que serão utilizados de acordo com a necessidade em cada capítulo. Ademais, será utilizada a pesquisa documental para coleta de dados, sobretudo leitura das atas das sessões do CONSEPE da UFPA em que se discutem e aprovam quaisquer medidas institucionais.

Essas delimitações bibliográficas em concordância com os aspectos teóricos delimitados ao longo desta introdução caminharam junto aos dados produzidos no campo com os indígenas estudantes. Temporalmente, demarco os passos iniciados durante a graduação para construir relações com distintas gerações do público-alvo da pesquisa desde 2019. Diversos colegas que contribuíram ativamente nas pesquisas de graduação já se formaram e seguiram suas vidas após a conclusão dos cursos, principalmente os que não são oriundos do Pará. Poucos continuaram na pós-graduação e na capital paraense.

Nesse sentido, o campo realizado abrange as conversas com colegas interlocutores e interlocutoras (alguns são membros da diretoria da APYEUFPA), amigos de sala de aula⁹, vivências do movimento estudantil em parcerias e lutas comuns com os povos indígenas da UFPA, projetos comuns dos quais participei (Projeto de Extensão IQ – Conhecimento e Resistência, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Amoras; GEPI) e contribuo de alguma maneira. Nesta etapa da minha trajetória acadêmica, optei por valorizar dados bibliográficos, por compreender que outras produções que participei, também, contribuem com dados empíricos no campo, relatos e conversas. Por este motivo, nesta dissertação, coloquei quatro falas de colegas: Eslla Melgueiro, Scolny Catarini e Joxanti Kokaproti são da graduação; Ana Manoela Karipuna da pós-graduação.

⁹ Ressalto meu duplo vínculo com a UFPA: ao mesmo tempo que realizo este mestrado no PPGSA, também curso Direito na mesma instituição, o que privilegia meu contato com indígenas estudantes, que não estavam nas primeiras colaborações de pesquisa, e percebo novos aspectos nas relações construídas entre estudantes (seja os oriundos do PSE, seja os ingressos do processo seletivo de ampla concorrência) para análises dos desafios vivenciados.

Devido às dinâmicas das interlocutoras e dos interlocutores, optei por utilizar redes sociais para que pudesse responder às perguntas que lhes mandei pelo WhatsApp. Foram questionamentos que orientam respostas abertas, mas com o objetivo de direcionar a refletir sobre questões que intercalam o acolhimento na UFPA; desafios vivenciados no trajeto acadêmico; se as suas particularidades são apagadas em torno da figura universal de indígena, na tentativa de debater sobre identidade e diferença; e, por fim, especialmente à Ana Manoela, direcionei as respostas para o tema da pós-graduação.

Relembro os inevitáveis discursos sobre o digital e como essa abordagem se insere na Antropologia. Em entrevista realizada com o antropólogo Daniel Miller, docente da University College London, Catarina Vianna e Magda Ribeiro (2009) apresentam as considerações deste professor cujas contribuições embasam a Antropologia Digital. O meio virtual facilitou a produção de dados, o acesso a pessoas distantes e a facilidade do contato, mesmo em tempos de dificuldades rotineiras, como foi o caso das pessoas que busquei nesta pesquisa.

Não temos medo destas mudanças, não as vemos como algo perturbador, mas simplesmente como uma nova oportunidade para compreender pessoas. Há uma dinâmica na qual as pessoas interagem com estas novas tecnologias e sobre a qual pode-se tirar reflexões. Este programa de antropologia digital aproveita essas mudanças e enfrenta o desafio de trabalhar com a velocidade da mudança, o que não significa que você não possa desenvolver idéias [*sic*] teóricas que são profundas e duradouras (Morawsca Vianna e Ribeiro, 2009, p. 430).

Durante meu trajeto na pesquisa científica, o digital foi um caminho encontrado para superar percalços do presencial. Como Daniel Miller e Heather Horst colocam, “o digital, assim como toda a cultura material, é mais do que um substrato; está constituindo-se como parte do que nos faz humanos. Este é o primeiro ponto do emergir de uma Antropologia Digital” (Miller e Horst, 2015, p. 92). O digital é um caminho que ajuda as pesquisas científicas, bem como o alcance em pessoas que não estão próximas fisicamente, mas que são necessárias para a pesquisa. Embora não seja meu modo de pesquisa em Antropologia, nesta etapa, foi um meio que encontrei para realizar as conversas com as interlocuções.

Os dados bibliográficos são caminhos que achei importante enfatizar, em função de haver muitas pesquisas realizadas junto com colegas indígenas que privilegiam a oralidade, as narrativas vividas na graduação, mas a UFPA carece de pesquisas que expressem o detalhe de como as temáticas voltadas para ações afirmativas para indígenas são abordadas – e até em que grau há produções. Essa etapa, no entanto, não se encerrará no mestrado, pois aprofundarei durante o doutorado.

Destaco ainda a minha participação ativa no movimento estudantil como essencial para construção dos dados do campo, uma vez que acompanho pautas de interesse do movimento indígena, seja no CONSEPE¹⁰, seja nas atividades gerais construídas pelos movimentos sociais em que colegas da APYEUFPA participam, tais como ato, campanhas de conscientização, palestras, dentre outras atividades.

A partir desse contexto, é essencial questionar sob quais parâmetros a pesquisa se realizou, principalmente inspirada nas provocações de Linda Smith (2018), em que a autora fomenta preocupações com o caráter colonial que a ciência possui. Smith (2018, p. 11) recorda o colonialismo por trás das motivações em estudos acadêmicos em momentos recentes da história, em que o termo “pesquisa” pode retomar péssimos sentimentos, pois “quando mencionada em diversos contextos, provoca silêncio, evoca memórias ruins, desperta um sorriso de conhecimento e de desconfiança”. Trata-se de uma delicadeza e atenção indispensáveis para a elaboração desta dissertação, por considerar tais apontamentos intrínsecos ao processo de privilegiar os e as protagonistas neste texto, uma vez que:

é extremamente difícil discutir metodologia de pesquisa e povos indígenas de maneira simultânea, sem que se faça uma análise do imperialismo, sem compreender as complexas maneiras pelas quais a busca de conhecimento está profundamente incrustada nas múltiplas camadas do imperialismo e das práticas coloniais (Smith, 2018, p. 12).

Recordo as ricas discussões da minha turma de mestrado nas aulas de Teoria Antropológica, sobretudo em Teoria Antropológica II (a qual discutiu o momento da “virada antropológica”), em que cânones da nossa área se comportavam como autoridades. Durante boa parte da história da Antropologia, até surgirem as críticas a partir da década de 1970, houve estritas relações de poder dos antropólogos e das antropólogas para com os interlocutores, na feitura das etnografias e nas descrições realizadas durante as viagens de campo realizadas.

Nesse contexto, “*A Escrita da Cultura: poética e política da etnografia*” (1986), escrito por James Clifford e George Marcus, tornou-se um marco para esta “virada textual”. Esta obra foi fruto de um evento interdisciplinar de “Seminários Avançados”, ocorrido em Santa Fé, nos Estados Unidos, em 1984. Munido de uma coletânea de artigos sobre desafios da Antropologia, este livro apresenta reflexões sobre os desafios da nossa área e o discurso de que haveria uma universalidade sobre a forma de pensar as relações construídas entre os seres humanos nos mais diversos grupos. Essa ruptura, também, marca uma criticidade à valorização do gabinete, em

¹⁰ Fui membro deste conselho entre 2024 e 2025.

detrimento do campo – agora a lógica passa ser a inversa: valoriza-se o campo para produção de dados, que serão redigidos na etnografia.

Essas movimentações foram conhecidas por estabelecer uma Antropologia da Antropologia, um movimento de crise que foi responsável por quase fechar os portões dos departamentos da área em diversos locais. Inserido na coletânea organizada por Clifford e Marcus (2016), Renato Rosaldo discutirá a lógica de inquisição nas etnografias escritas pelos cânones, tais como Malinowski, Evans-Pritchard, no sentido de questionar as produções ao ponto de se autointitular “autoridades etnográfica”, uma vez que, por realizarem campo com determinado grupo, seriam autoridades para determinarem como cada grupo é, como cada grupo se comporta.

Rosaldo (2016) reforça que não existe menção alguma do contexto de dominação que existia durante a realização do campo nos locais, o que reforça a falta de compromisso por uma construção de ciência crítica e que tente, ao máximo, não reproduzir relações de poder e violência – uma vez que as etnografias do século XIX e até parte de trabalhos realizados ainda no começo do século XX foram financiados ou facilitados pela intermediação do Estado e operações bélicas que envolvem, também, os contextos de colonização, de guerra e conflitos geopolíticos.

Além dos aspectos de produção de autoridade etnográfica da escrita (onde há o reforço de que o antropólogo é o dono do saber e domina o conhecimento de quem ele pesquisa) e da relação de colonização que imperava no campo durante o processo de construção das etnografias do século XIX, vale destacar também outro problema que se refere ao afastamento da antropologia associada à perspectiva histórica. De acordo com Sherry Ortner (2011), a antropologia acabou se debruçando sobre a forma funcionalista de Durkheim para redigir a escrita e a maneira de atuar, o que decorreu na ausência dessa perspectiva situada. A autora reforça que há a necessidade de aproximação da história com a antropologia, uma vez que a perspectiva diacrônica considera visões que podem ser dadas em diferentes noções do tempo e do espaço, compreendendo que as análises podem variar de acordo com o período que se realiza o campo. Por fim, vale ressaltar que esse apontamento realizado por Ortner (2011) é um contraponto à maneira de realizar etnografias do século XIX, a qual apostou em uma perspectiva acrônica, que não considera a história como fundamental para as análises, o que acaba por considerar as relações como imutáveis, estáticas, sem qualquer possibilidade de mudanças ao longo do tempo.

Dessa maneira, os efeitos dessas críticas foram responsáveis por abrir um campo da antropologia responsável por questionar as estruturas das disciplinas, os conceitos considerados

essenciais para entender as relações humanas, tais como “cultura” e “sociedade”, além de colocar em xeque as relações de poder estimuladas pela escrita da etnografia e de se perguntar “para quem se estava fazendo ciência?”, “para que a antropologia realmente serve?”. A partir do encontro de Santa Fé, novas questões serão elaboradas dentro da Antropologia e inspiram toda geração de antropólogos e antropólogas do século XXI, bem como as próprias pesquisas.

Como forma de contribuir para produção de pesquisas que não reproduzam esta lógica colonial, inspiro-me na produção de etnografias do particular, proposta por Lila Abu-Lughod (2018). Abu-Lughod (2018) aponta essa maneira de se produzir etnografias como complementares a outros projetos antropológicos, os quais reforçam aspectos da teoria e novos temas a serem explorados. Essa técnica de pesquisa apresentada pela antropóloga palestina-americana precaveu as recorrentes generalizações, características da antropologia estruturalista, sobre distintos grupos humanos ao longo da história, em que antropólogos e antropólogas se preocuparam em explicar sistemas de determinados grupos a partir das estruturas internas, o que se torna um solo fértil para surgimento de dogmas.

Além do mais, Mariza Peirano (2014, p. 384) nos lembra dos ofícios da antropologia, sobre a produção de boas etnografias e da formação para o exercício da profissão: “não há uma história da antropologia”. A autora estabelece essa afirmativa em função de defender a necessidade de ler os antecessores e poder aprender com suas questões no campo e na produção das etnografias sobre caminhos a serem trilhado (e também por onde é espinhoso), ou seja, as novas produções podem e devem seguir reflexões anteriormente suscitadas, uma vez que “aprendemos pelos bons e pelos maus exemplos” (Peirano, 2014, p. 384). Ao reforçar que etnografia não é método, Peirano (2014) nos convida a refletir acerca das produções da antropologia comportarem formulações teórico-etnográficas, em função das etnografias conterem teorias a serem trabalhadas, questionadas e melhoradas pelos colegas de profissão. Assim, o aporte teórico de produções anteriores e etnografias com indígenas estudantes serão essenciais para pensar essas questões na UFPA.

Outrossim, lembremos o que diz Oliveira (1996) acerca do trabalho do antropólogo, o qual deve exercitar o olhar, ouvir e escrever. O autor argumenta a impossibilidade de dissociar os atos de “escrever” e “pensar”, pois não é possível chegar a conclusões sobre os dados produzidos no campo antes do próprio início da escrita; é como se as duas ações fossem simultâneas. Assim, o pensamento flui para chegar às soluções que possam surgir.

Entendo que ocorra na elaboração de uma boa narrativa que o pesquisador, de posse de suas observações devidamente organizadas, já inicie o processo de textualização, uma vez que esta não é apenas uma forma escrita de simples exposição (uma vez que

há também a forma oral), porém é a produção do texto também produção de conhecimento (Oliveira, 1996, p. 29).

O autor nos convida a repensar as articulações entre esses três passos, do olhar e ouvir no escrever, pois são os mecanismos encontrados para interpretar a realidade do Outro inserido dentro do contexto; e essa observação participante “estando lá”, participando da rotina, estando em uma forma de vida estranha (no sentido de diferente) a do antropólogo é o que surgirá das memórias e dará luz ao texto etnográfico ao final do processo (Oliveira, 1996).

Destaco, no entanto, que esta introdução possui os seguintes objetivos: contextualizar minha trajetória, algumas reflexividades sobre como estabeleci relação com a pesquisa que realizei (e continuarei no doutorado), com interlocutoras e interlocutores (a partir da construção com o movimento estudantil), localizar a leitura e condução pela dissertação e onde pretendo chegar. Uma questão fundamental que é necessário pontuar refere-se à compreensão dos fundamentos antropológicos, sobretudo ao que se trata das positivities das ferramentas proporcionadas pela etnografia. O exercício de compreensão das potencialidades diversas da etnografia é um mecanismo importante para mim, pois quero deixar evidente que pretendo encontrar os caminhos desta ferramenta na Antropologia como suporte para meus projetos no doutorado. No entanto, apenas dois anos de mestrado não foram suficientes para explorar as possibilidades que esta pesquisa possui.

Apesar de recorrer às considerações antropológicas que permeiam a minha trajetória e envolvimento com questões acadêmicas, militantes e pessoais, não me debruçarei à produção de etnografia. Interessa-me apresentar a quem lê esta dissertação que compreendo os principais debates na Antropologia e as potencialidades para futuras produções no tema das ações afirmativas, porém, devido ao curto tempo de mestrado, aprofundarei temas que envolvem as tensões vivenciadas por este público-alvo (ao qual eu pertenço enquanto estudante negro e cotista) em determinados contextos no doutorado.

Dessa maneira, como problema de pesquisa, busco compreender como contextos de ações afirmativas, que estão presentes na UFPA, podem tensionar estudantes? Enquanto antropólogo, esse questionamento me tensionou desde o momento em que ingressei na UFPA, e, a cada produção acadêmica, avaliação de trabalhos e etapa de formação, direcionei meu olhar sobre a produção dos dados quantitativos neste momento. As seções subsequentes serão focadas na construção de dados sobre qual o panorama destas políticas públicas, com foco em povos indígenas, mas com apontamentos que possam sistematizar pesquisas na temática que estou trabalhando, além de ter como horizonte a produção de um diagnóstico com vários recortes que estimule o aprimoramento das ações afirmativas.

Destarte, a partir dessa construção teórico-metodológica para compreender os avanços dessa política de ação afirmativa, na segunda seção será tratado o estado da arte acerca das produções já realizadas em relação a Amazônia Legal sobre essas políticas públicas para povos indígenas, bem como o que a UFPA também produziu sobre a temática para o público beneficiado por ações afirmativas: pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, pessoas estrangeiras, dentre outros grupos. Reforço que, nesta primeira etapa, recapitularei, brevemente, temas sensíveis à educação no contexto brasileiro que influenciaram as lutas por políticas públicas de reparação, as inspirações em experiências na Índia e nos Estados Unidos, bem como a essencial organização dos movimentos sociais (com foco nos movimentos negros e indígenas), paradigmas da política do Estado brasileiro a respeito dos povos indígenas.

Na terceira seção, apresento a expansão desse debate de acesso de indígenas para os Programas de Pós-Graduação (PPG) da UFPA, a partir do exemplo do PPGSA, o qual adota Processo Seletivo – Indígenas e Quilombolas (PSIQ) para ingresso diferenciado desde 2020. De acordo com a coordenação do PPGSA, o programa é diferenciado nacionalmente por adotar esse tipo de seleção específica. Existem iniciativas de alguns programas da UFPA para garantir inclusão por cotas, com embasamento de resoluções internas do CONSEPE, embora a nova lei de cotas sancionada em 2023 exija que todos os PPGs devem ofertar reserva de vagas. De forma tímida, essa discussão ganha projeções nacionais, apesar de não haver movimentações semelhantes às lutas para regulamentação de cotas nas universidades públicas, seja por leis estaduais ou federais, seja por resoluções em conselhos. Nesse contexto, interesse-me em apresentar como os programas da UFPA refletem estas políticas públicas de ações afirmativas. Para chegar a esse panorama, levantei dados acerca de todos os PPGs ofertados pela UFPA a partir da leitura de editais e consultas aos sites destes. Todos os programas estão disponibilizados no site da Pró-Reitoria de Pesquisa de Pós-Graduação (PROPESP).

1 LUTAS SECULARES, DEFESA DE DIREITOS E BREVE HISTÓRICO DO INGRESSO DOS POVOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Nesta seção, busco apresentar questões que entrelaçam o entendimento sobre a própria humanização dos povos indígenas e como, em determinado momento da história brasileira, houve um entendimento da pacificação, domesticação e perspectiva de esses grupos tornarem-se civilizados. A noção de cidadania para povos indígenas foi cercada por noções etnocêntricas e equivocadas, mesmo após a promulgação da Constituição Federal.

Entrelaçado a essa perspectiva baseada nos movimentos sociais, pretendo discutir sobre como as ações afirmativas encontraram solo fértil como mecanismo para enfrentar as desigualdades existentes na população brasileira. Iniciado em exemplos na Índia e nos Estados Unidos, houve forte apropriação dos movimentos negros quanto à adoção de ações afirmativas como meio de reparação a tantas disparidades, sobretudo na educação superior. Conforme mostrarei, já houve um ensaio de política de cotas no Brasil anterior à defendida pelos movimentos sociais, o que expressa o caráter adotado pelo Estado sobre a temática.

Outrossim, compreender as políticas públicas de ações afirmativas na Amazônia Legal é imperioso, para saber em que cenário a UFPA está localizada, sobretudo termos noção de quais instituições produzem dissertações e teses sobre a temática das ações afirmativas para indígenas. A partir do estado da arte realizado, será possível compreender a localização da nossa região em um contexto de pensar sobre tais políticas nacionalmente.

Conforme apresentado anteriormente, a UFPA é pioneira neste debate na região, o que nos fomentou questionamentos sobre a maneira que os PPGs se preocupam em refletir sobre o tema de ações afirmativas, uma vez que investe frequentemente (não apenas no sentido financeiro) em medidas para inclusão. Dessa forma, interessa-me saber como essa universidade concede atenção e se sensibiliza para elaborar estudos aprofundados para os temas que versam sobre essas políticas não apenas para indígenas, mas outros grupos beneficiados com essas iniciativas.

Por fim, certamente pelo foco desta pesquisa, é importante situar esta dissertação diante de alguns caminhos trilhados pelos povos indígenas para acessar a UFPA. Consoante o cenário ilustrado na introdução, esse acesso não ocorreu inicialmente pela graduação, mas sim pela pós-graduação – especialmente o PPGD/UFPA, pioneiro em ações afirmativas. Os primeiros estudantes beneficiados com políticas de cotas para acessarem PPGs da UFPA foram, também, personagens protagonistas para a construção do PSE aprovado em 2009.

1.1 Mudanças de Paradigmas entre o Estado e os Povos Indígenas

Neste tópico, pretendo debruçar-me, de maneira breve, sobre o processo de conquista de direitos que culminou no capítulo oitavo da Constituição brasileira. Conforme a literatura apresentada nesta dissertação, sobretudo as autorias indígenas, as lutas dos povos indígenas são conectadas em todas as pautas, como saúde e educação diferenciadas, pela demarcação dos territórios, dentre outras.

No entanto, apenas com a consolidação de artigos próprios na Carta Magna e o avançar da organização desses povos que se afirmou direitos negados. Ressalto o termo “relativamente incapazes” que existia até pouco tempo no Código Civil. Minha ideia para esse tópico é retratar como o Estado brasileiro considerava os povos indígenas e mantinha relação de conflitos históricos, sobretudo com criação de órgãos direcionados para essas populações com o intuito de integrá-los à ideia de “sociedade civil”, a qual possui a lógica do progresso.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1992) ressalta a política indigenista brasileira no século XIX como conflituosa em relação aos interesses dos próprios povos indígenas, uma vez que o debate sobre direito às terras era latente e não existiam garantias por leis estatais. Nesse sentido, a autora reforça que, na transição do século XVIII para o século XIX, há uma mudança na perspectiva sobre “o que fazer” com estes povos, já que os mesmos já não serviam como mão de obra.

Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se devem exterminar os índios “bravos”, “desinfestando” os sertões — solução em geral propícia aos colonos — ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política — solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência. Este debate, cujas conseqüências *[sic]* práticas não deixam dúvidas, trava-se frequentemente de forma toda teórica, em termos da humanidade ou animalidade dos índios (Carneiro da Cunha, 1992, p. 134).

Essa temática ressalta a compreensão estatal sobre os povos indígenas acerca da própria humanidade, em que não há a mínima consideração dessas populações como sujeitos de direito. Em relatos de naturalistas e viajantes, Carneiro da Cunha (1992) relembra que, no início do Império, o cientificismo do século XIX classificava indígenas em comparação com outras espécies de animais, sem considerá-los homens ou mulheres – a autora reforça que, no século XVI, não houvesse essa dúvida. Nesse sentido, “até por uma questão de orgulho nacional, a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas privadamente ou para uso interno no país, no entanto, a idéia *[sic]* da bestialidade, da fereza, em suma da animalidade dos índios, era comumente expressa” (Carneiro da Cunha, 1992, p. 134). A partir desses apontamentos da

antropóloga brasileira, é possível observar que o desprezo pela figura dos povos indígenas não perpassou por níveis de igualdade de direitos ou sequer expectativas de respeito à diversidade de saberes, respeito a tradições ou territórios. A relação de desrespeito era política do próprio Estado brasileiro.

Outrossim, ainda neste recorte temporal, vale destacar a divisão em “índios bravos” e “índios domésticos ou mansos” para categorizar quais grupos eram possíveis de aplicar a lógica da domesticação, em que se trata de um “emblema da nova nação em todos os monumentos” (Carneiro da Cunha, 1992, p. 136), por se tratar de um verdadeiro entrave à imagem do Brasil. No entanto, de acordo com Carneiro da Cunha (1992), há uma mudança importante sobre como tratar esta temática e José Bonifácio, conhecido como “patriarca da Independência”, deteve um papel essencial nesse cenário: estes “índios”, entre os “bravos” e “domésticos e mansos”, foram incluídos em um projeto político maior; estes foram chamados à inclusão para o “grupo dos civilizados”, a sociedade civil. Esse projeto foi apresentado à Constituinte de 1823 e nas cortes portuguesas, com o propósito de reconhecer violências causadas, mas o objetivo real era a compra de terras desses povos ao invés de apenas roubá-las (Carneiro da Cunha, 1992).

Alcida Ramos (1990) recorda um interessante debate entre identidades no Brasil, em que a pessoa é considerada estrangeira, brasileira ou “índio”. No primeiro caso, é possível conseguir direitos de cidadãos brasileiros por atos jurídicos, mas, em relação aos povos indígenas, existe outra relação: embora sejam “naturais da terra”, cabe a estes libertarem-se do status ambíguo de “relativamente incapazes”, como estava redigida na letra morta do Código Civil de 1916 (Ramos, 1990, p. 138), e corrigida em 2002 – após 14 anos da promulgação da Carta Magna brasileira.

Sobre o tema de identidades no Brasil, resalto uma fala importante de uma interlocutora a respeito do tema de considerar a diversidade de histórias e modos de vida, mesmo estando dentro do recorte geográfico desta pesquisa (universidade). A tentativa constante de apagamento é um reflexo de uma política de desrespeito à histórica de cada colega que chega à UFPA para estudar.

Isso implica e contribui muito com a impressão de que somos todos iguais, que todos falamos a mesma língua e praticamos a mesma cultura, quando na verdade não é. Somos mais de 300 povos indígenas no Brasil, todos com suas especificidades e culturas ainda que similares, são distintas; tem povos que não se pintam de jenipapo ou que já não falam mais a língua materna e nem por isso deixam de ser indígena, mas ao olhos da sociedade é como se deixasse de ser menos indígena, aí temos que lembrar que a colonização e catequização existiu dentro de nossos territórios, e pra aprender a ler e a escrever em português alguns povos tiveram que optar e alguns optaram por não repassar a língua materna, e outros ainda resistem até os dias de hoje (Eslila, 2026).

Importante situar esta discussão em um período recente: trata-se de uma mudança há 24 anos. Ramos (1990) corrobora com as percepções sobre a contradição expressa nos direitos dessas populações, pois, até 1988, os indígenas não possuíam esta identidade enquanto sujeitos, mas estavam nesta condição; portanto, ser “índio” poderia ser superado e absorvido à ideia de “brasileiro”, sujeito pleno de direitos. Nesse sentido, essa noção de cidadania implica um embate direto com a lógica para os povos indígenas, conforme demonstrado tanto por Carneiro da Cunha (1992) e Ramos (1990). Um exemplo contundente deste conflito é a demarcação e segurança de territórios demarcados para os diversos grupos indígenas no Brasil.

O Estado brasileiro nega aos povos indígenas a propriedade de seu território, já que não existe no país a figura jurídica da propriedade comunitária. Embora a posse seja dos índios, a propriedade é da União. Na lei, o usufruto exclusivo dos índios aos recursos naturais de suas terras está perfeitamente assegurado. Na prática, os territórios indígenas são tomados como bens públicos e notoriamente objeto de invasões, usurpações e outros tipos de abuso (Ramos, 1990, p. 140).

Apesar da transformação desse ideário no campo jurídico, os desafios de garantir direitos aos povos indígenas são constantemente autoafirmados. Discussões recentes, como o Marco Temporal, são exemplos que demonstram a necessidade de atenção a quaisquer possibilidades de retrocessos em leis asseguradas constitucionalmente. O tema supracitado se trata de uma tese jurídica que circunscreve a demarcação dos territórios indígenas que estes ocupavam no dia 05 de outubro de 1988, em que se promulgou a Constituição Federal (Paulo Netto, 2025).

1.2 Panorama das Ações Afirmativas como Enfrentamento a Desigualdades

Ao compreender as ações afirmativas como partes integradoras de políticas de reparação, alguns países destacam-se como iniciantes em implantações dessas medidas, tais como os Estados Unidos, a África do Sul e a Índia. Esses países compartilham o comum processo de colonização a partir da Europa, onde o Brasil também se encaixa nessa mesma perspectiva. Como Feres Júnior *et. al* (2018) reforça, houve um crescimento de reivindicações em torno de pautas democráticas por igualdade de direitos civis nesses lugares, em que a perspectiva universalista não foi capaz de suprir as demandas nesses países.

No tópico anterior, debrucei-me sobre aspectos relevantes que marcam a necessidade da democratização da universidade e de como determinados grupos iniciaram discussões sobre exigir o cumprimento de direitos para acessar esse espaço, a partir da pressão exercida pela

auto-organização por meio de movimentos sociais que provocaram, publicamente, as instituições brasileiras para que outras possibilidades pudessem ser construídas. Destacar a atuação do movimento negro na conquista das cotas é essencial, porém, outros grupos foram encorajados no seio dessas mobilizações, tais como os povos indígenas. As lutas desses protagonistas para adentrar na universidade são o centro da discussão desta dissertação.

Considero necessário partir das garantias que existem pela legislação brasileira para compreender a urgência de políticas públicas para avaliar as medidas adotadas pelo Estado para cumprir o que está previsto em lei. Em consonância com esses apontamentos, o debate sobre ensino superior para povos indígenas segue a mesma lógica de urgências: os cursos pleiteados pelos indígenas estudantes são respostas ao que a comunidade necessita e, para que possa ser realizada da maneira mais adequada, deve seguir as especificidades de cada povo, a partir da perspectiva de uma educação que não seja apenas com os conhecimentos da ciência tradicional, mas que considere os saberes dessas populações durante o processo formativo no ensino superior.

A partir dessa garantia de leis para indígenas, foi possível ampliar as discussões específicas desses povos em leis estaduais e em cada contexto regional que fosse possível, a exemplo do caso do Paraná, o estado pioneiro na formulação de ações afirmativas para indígenas em 2001, com a lei 13.134 – a qual criou três vagas para curso de graduação em universidades estaduais (Paulino, 2016). O autor elenca, ainda, a importância de um acesso diferenciado (no caso do Paraná, por lei estadual como alternativa a essa especificidade), de maneira a considerar outras possibilidades de ingresso no ensino superior, pois apenas o vestibular, que coloca concorrência entre estudantes da educação indígena e não indígena para as mesmas vagas, marca uma séria disparidade.

A partir do contexto de cada local do país, também se considera a implementação da lei n.º 12.711/2012 para a discussão sobre as ações afirmativas, a qual instituiu vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas. Em 2023, houve atualização para a lei n.º 14.723/2023, de 13 de novembro, em que, agora, pessoas quilombolas são consideradas para reserva de vagas. Tanto a primeira lei, quanto a atualização, são marcos para o implemento de cotas nas instituições federais de ensino superior, como concretização de discussões que se iniciaram ainda no século XX e que ainda precisam de discussões permanentes sobre o acesso, permanência, conclusão e o perfil de quem está na universidade – sejam estudantes, sejam servidores.

No entanto, é necessário salientar que a lei de cotas 12.711/2012 não foi a primeira a garantir reserva de vagas no ensino superior brasileiro, mas sim a lei n.º 5.465, de 03 de julho de 1968, conhecida como “lei do boi”. Sancionada durante o governo de Costa e Silva, essa

legislação garantia 50% das vagas ofertadas, seja de ensino médio agrícola, seja de ensino superior em Agricultura e Veterinária, para agricultores e filhos destes¹¹, com propriedade de terra ou não (Brasil, 1968).

Em artigo publicado pelo professor Antônio Nunes e colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Investigações Pedagógicas Afrobrasileiras, da Universidade Federal do Maranhão, o tema das perspectivas históricas sobre as ações afirmativas no Brasil é abordado para refletir como se desenvolveram no nosso contexto, principalmente para a população negra. Nunes *et al.* (2021) ratifica a idealização da “lei do boi” como produto influenciado pelas conquistas de direitos civis dos Estados Unidos, à luz das políticas públicas de reparação destinadas para pessoas negras, ou seja, refere-se a um oportunismo orquestrado pelas elites.

1.3 Estado da Arte sobre Ações Afirmativas para Indígenas na Amazônia Legal

Respaldado por essas percepções, este estudo se propõe a analisar um aspecto fundamental sobre as ações afirmativas: o que se tem produzido sobre essas políticas para povos indígenas na Amazônia Legal, a nível de pós-graduação. As dissertações e teses compõem estudos aprofundados de suma importância à ciência brasileira, mas, antes de tudo, devem representar um retorno para os grupos com quem se colabora para a produção de pesquisa e para as melhorias das políticas públicas as quais se pretende estudar. Por isso, procuro saber o que se discute nessas produções que versam sobre as ações afirmativas na região amazônica, quais os focos de estudo e abordagens propostas pelas autorias.

Dessa maneira, os discursos dos povos indígenas que se debruçam, criticamente, sobre as universidades apontam a necessidade de refletir sobre a democratização desses espaços de poder, os quais ainda concentram determinado tipo de perfil acadêmico, o que se refere ao público que frequenta o ensino superior no Brasil. Historicamente, os povos indígenas demonstram resistências às ações de colonizadores que minam os saberes tradicionais e territórios, não apenas no âmbito do processo de formação socioeconômica do país, mas, também, na atualidade, de políticas de exclusão de direitos dessas populações.

Nesse sentido, Xakriabá (2020) coloca em discussão a necessidade de amansar o giz, como recurso utilizado por professores indígenas, no que se refere ao controle dos indígenas sobre a escola enquanto instituição, não o contrário. Célia Xakriabá (2020) reforça que os povos indígenas e os meios de partilha de conhecimento são anteriores à escola e à educação formal,

¹¹ Tratam-se de termos escritos apenas no masculino. Não mencionam “agricultoras” ou “filhos ou filhas destas”.

semelhante a como a universidade se caracteriza. Dessa maneira, é estratégico para os povos indígenas o espaço que a universidade proporciona, não como apagamento aos próprios saberes, mas de afirmação das teorias dos povos indígenas, bem como de reconhecimento de quem são os detentores desses saberes ancestrais (Xakriabá, 2020).

Os entraves enfrentados por essas populações abarcam uma grande área de reivindicações fundamentais, as quais são garantidas por uma série de legislações que deveriam ser cumpridas para a promoção do bem-estar. No que se refere aos povos indígenas, enquanto portadores de direitos diferenciados em função das cosmologias particulares e das lutas travadas pelo movimento indígena organizado, que foi protagonista no processo de redemocratização do país, a Constituição brasileira garante a aplicação do ensino básico para os povos indígenas, respeitando a língua materna e os mecanismos particulares de aprendizagem de cada comunidade, de acordo com o artigo 210 (Brasil, 1988).

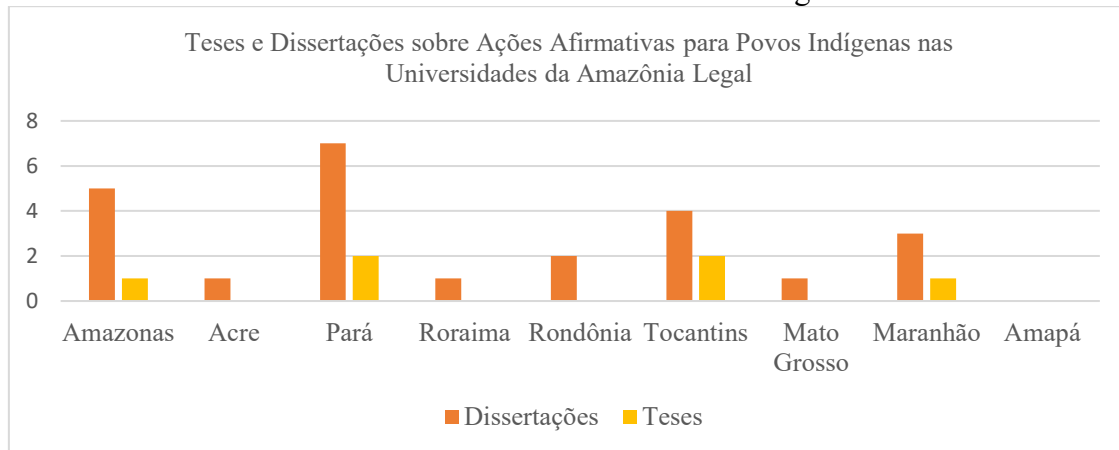
No contexto da região amazônica, Jesus (2020) enfatiza que a movimentação nacional de luta dos movimentos sociais, com destaque para os movimentos negros, ganhou influência por meio da UFPA, que foi pioneira na Amazônia em 2005, seguida da Universidade Federal do Maranhão em 2006 e da Universidade Federal do Mato Grosso em 2008. Essas instituições mencionadas foram as únicas federais a adotar reserva de vagas de maneira sistematizada antes da lei federal de 2012. Vale levar em consideração que o apontamento de Jesus (2020) revela que as nossas IES foram as últimas a terem cotas aprovadas.

Nesse breve contexto, ao tratar dos produtos dos PPGs, destaco dissertações e teses com abordagem sobre ações afirmativas nas instituições de ensino superior localizadas na Amazônia Legal, a saber os estados: Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. Para encontrar os achados de pesquisa, utilizei a plataforma BDTD, com as seguintes palavras-chave: “indígenas”, “ensino superior”, “ações afirmativas” e “políticas afirmativas”. Tendo em vista que as ciências humanas possuem diversidade de abordagens, em que nem sempre há literalidade na maneira de abordar determinados assuntos, também utilizei cada estado mencionado como palavra-chave junto às outras, de maneira a conferir se não houve quaisquer perdas entre as seleções.

Meu interesse de pesquisa versa na compreensão das ações afirmativas na região amazônica, o que justifica o privilégio da análise para obras que buscam, também, este olhar diferenciado sobre a temática destinada, exclusivamente, para povos indígenas neste primeiro momento. A priori, a seleção pretendida encontrou 30 produtos de pós-graduações que retratam a discussão sobre ações afirmativas para indígenas em alguma universidade da Amazônia Legal, dos quais constam 24 dissertações e 06 teses.

Ressalto um elemento que me chamou atenção durante a coleta deste dado, que pode influenciar futuras buscas: é recorrente a procura por PPGs que não são do estado de origem da pessoa pesquisadora. Como exemplo, destaco uma dissertação sobre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) produzida em um PPG do estado do Ceará sobre a temática apresentada.

Figura 7 - Teses e Dissertações sobre Ações Afirmativas para Povos Indígenas nas Universidades da Amazônia Legal



Fonte: Gráfico construído pelo autor, de acordo com dados da BDTD.

De acordo com a figura 7, para o acúmulo de tempo sobre as ações afirmativas nas universidades, a quantidade de produções ainda é baixa. Apenas seis teses foram produzidas sobre ações afirmativas para povos indígenas na região. O gráfico acima também revela a demora que a região norte teve de se apresentar para a efetivação de cotas antes da lei federal em 2012, conforme mencionamos, o que acarreta também em certa demora na produção de literatura em programas de pós-graduação.

Os dados da BDTD revelam que Acre, Roraima e Mato Grosso possuem apenas uma dissertação que aborda o tema proposto, enquanto o Amapá não possui uma produção sequer sobre o tema. Por outro lado, o Pará confirma o protagonismo de ter sido o primeiro estado a tomar frente das discussões sobre cotas a partir da UFPA, embora sete dissertações e duas teses sejam quantidades irrisórias pela diversidade que há de povos indígenas nas instituições do estado. Tocantins, Amazonas, Rondônia e Maranhão possuem um destaque relevante pela quantidade de produções já realizadas.

No entanto, em um contexto geral, as produções que versam sobre ações afirmativas para povos indígenas na região são insuficientes, as quais estão detalhadas no quadro a seguir. Destaco as obras que versam sobre a UFOPA, Universidade Federal do Acre (UFAC), UFPA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do

Amazonas (UFAM) e uma dissertação produzida sobre a UFT, no mestrado profissional em avaliação de políticas públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Quadro 1 - Obras que Abordam Ações Afirmativas para Indígenas no Ensino Superior no Contexto Amazônico

Nome	Título	Programa de Pós/IES	Ano	Tipo de Produção
Maria Edinalva Sousa De Lima	Formação Básica Indígena: O Impacto no Desempenho Acadêmico de Estudantes Ingressantes pelo Processo Seletivo Especial Indígena da UFOPA de 2014 a 2018	Mestrado em Ciências da Sociedade Instituição/UFOPA	2022	Dissertação
Terezinha do Socorro Lira Pereira	Os Indígenas e o Ensino Superior na Amazônia: Realidade e Perspectivas da Política de Ação Afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010 – 2015)	Mestrado em Educação/UFOPA	2017	Dissertação
Fillipe Ferreira Da Costa	Pretos, Pardos e Indígenas nos Cursos de Graduação da UFAC: O Acesso a Partir da Vigência da Comissão de Heteroidentificação	Mestrado em Educação/UFAC	2024	Dissertação
Flavia Marinho Lisbôa	Língua como Linha de Força do Dispositivo Colonial: Os Gavião entre a Aldeia e a Universidade	Doutorado em Letras/UFPA	2019	Tese
Jhemerson da Silva e Neto	Fraturando Fissuras: Entre as Ações Afirmativas e a Presença de Estudantes Indígenas no Curso de Licenciatura em Matemática da UNIFESSPA/Marabá	Mestrado em Educação em Ciências e Matemática/UNIFESSPA	2022	Dissertação
Rita Floramar dos Santos Melo	A Universidade Federal do Amazonas e o Acesso dos Povos Indígenas ao Ensino Superior: Desafios da Construção de uma Política Institucional	Mestrado em Educação/UFAM	2008	Dissertação
Cícero Valdiêr Pereira	Política de Acesso e Permanência para Estudantes Indígenas na Universidade: Avaliação da Política de Cotas da Universidade Federal de Tocantins (UFT)	Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas/UFC	2011	Dissertação
Derick Luan Ferro da Silva	Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará (Belém-PA): Uma Interface entre Territórios	Mestrado em Serviço Social/UFPA	2023	Dissertação
Marcineuza Santos de Jesus	Política de Cotas e Democratização do Ensino Superior: Desdobramentos na Universidade Federal do Amazonas	Mestrado em Educação/UFAM	2020	Dissertação

Fonte: Quadro construído pelo autor a partir de dados da BDTD.

O quadro acima mostra oito dissertações e uma tese com o recorte para esta pesquisa, a qual foca em obras que privilegiam um olhar sobre o contexto amazônico para abordar as ações afirmativas. Acima, há 30 dissertações e teses que discutem sobre este tema para povos indígenas, entretanto nem todas focam em universidades localizadas em estados da Amazônia Legal ou apenas na região Norte do Brasil.

Vale afirmar que muitas destas obras discutem o histórico geral das cotas no país e toda a influência do debate internacional para se pensar nas iniciativas tomadas pelos movimentos sociais, com o objetivo de pressionar as instituições. Também há produções que versam sobre as ações afirmativas nas universidades dos estados em que estão escrevendo. Ademais, as selecionadas acima destacam em algum capítulo dos trabalhos de conclusão sobre o contexto amazônico ou da região Norte.

Nesse sentido, Maria de Lima (2022) apresenta um recorte semelhante à pesquisa proposta sobre universidades federais do Norte, em que a autora, metodologicamente, realiza levantamento bibliográfico sobre o que se tem produzido nestas instituições a respeito da temática de ações afirmativas para indígenas estudantes e políticas de ações afirmativas. A autora reforça, a partir da metodologia proposta, que existem poucos trabalhos (até o momento da escrita) sobre o ingresso desses estudantes em IES, através de ações afirmativas.

Outrossim, Terezinha Pereira (2017) apresenta uma importante discussão sobre o contexto educacional e os desafios na Amazônia, ao elencar aspectos econômicos e interesses internacionais sobre a região. A autora aponta projetos de degradação e exploração dos recursos naturais que ocorreram em diversos períodos distintos como exemplo da maneira como a região Norte é visualizada por agentes exteriores. Pereira (2017) aborda essa contextualização inserida com discussões sobre a educação indígena, para chegar ao objetivo da pesquisa.

Já em Fillipe Costa (2024), nos é apresentada uma fundamental discussão a respeito das bancas de heteroidentificação nas universidades, cuja função é evitar fraudes em processos seletivos em vagas para estudantes cotistas. Dentre as muitas contribuições, o autor ressalta que as universidades do Norte foram as últimas a implementar essa metodologia complementar para ajudar na seleção de concorrentes. O autor realiza levantamento sobre as IES da região Norte que possuem bancas e como ocorreu a implementação.

Da mesma maneira, Flávia Lisbôa (2019) sintetiza o processo de criação das universidades na Amazônia, onde a autora considera não apenas os estados da região Norte, mas também Mato Grosso e Maranhão, porém realiza um retrospecto de como se deram as ações afirmativas nas universidades federais do Pará, a saber: UNIFESSPA, UFOPA, UFPA e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Por fim, a autora apresenta uma comparação

interessante com o estado de Minas Gerais, o qual possui 11 universidades federais apenas em seu território, quase o mesmo número da região Norte.

Similarmente, Jhemerson Silva e Neto (2022) apresenta importantes dados estatísticos sobre os povos indígenas em todas as regiões do Brasil, tanto quantitativo populacional quanto número de estudantes. A pesquisa do autor ressalta as matrículas deste público divididas majoritariamente em instituições privadas de ensino (62%), federais (31%) e estaduais (7%). Os apontamentos de Silva e Neto (2022) revelam dados essenciais para nossa pesquisa, que também tratará, especificamente, sobre o estado do Pará: é o estado da região norte que concentra mais matrículas de indígenas em faculdades particulares.

Com as mesmas características, Rita Melo (2008) contribui para o debate proposto ao introduzir o Conselho de Professores Indígenas da Amazônia, em que se articulavam diversos docentes dos estados de Roraima, Amazonas e Acre, em consonância com o Movimento de Estudantes Indígenas do Amazonas. A autora reforça que esses movimentos foram essenciais para a articulação dos indígenas na região Norte e contribuíram para a formulação dos debates sobre o acesso ao ensino superior no começo do século XX.

Do mesmo modo, Cícero Pereira (2011) organiza um sistema semelhante ao que Lisboa (2019) também propõe sobre o histórico das ações afirmativas. A diferença é que o autor seleciona, de maneira bem elucidativa, o histórico de quando começaram as cotas em todas as universidades do Brasil, até o momento da pesquisa. O autor levanta dados de instituições estaduais e federais para considerar no estudo realizado. O quadro elaborado é de grande valia para quem pesquisa sobre o debate e precisa da contextualização nacional.

Privilegiando um olhar sobre a Universidade Federal do Pará, Derick Silva (2023) desenvolve aspectos referentes aos indígenas no contexto urbano das cidades da Amazônia e à maneira pela qual os indígenas estudantes se adaptam nas grandes cidades. Essa abordagem é relevante em função de muitos colegas optarem por estudar nas capitais, por demanda de mais cursos, principalmente. No entanto, a partir do momento dessa escolha, inicia-se uma trajetória que intercala a vida na aldeia e a vida na cidade.

Ademais, conforme mencionada acima, Mercineuza de Jesus (2020) aborda os pioneirismos das universidades federais na construção das políticas de ações afirmativas na região amazônica, como a UFPA, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Passo a passo, a autora avalia o histórico de como cada uma dessas instituições desenvolveu a discussão sobre as cotas antes da instituição da Lei Federal 12.711/2012. Contudo, Jesus (2020) não se limita a tratar apenas destas três IES, mas também

aborda como as demais federais da região amazônica se portaram frente à aplicação da lei de cotas.

As dissertações e a tese citadas no levantamento bibliográfico foram essenciais para compreender o contexto amazônico no que se refere ao debate sobre as ações afirmativas para os povos indígenas. De alguma maneira, tratam sobre o histórico de como se deu o processo em instituições importantes, como a UFAM, UFT, UFPA e UFOPA (as que possuem mais trabalhos produzidos). É importante ressaltar que todas as obras se encontram no contexto das políticas públicas como eixo central da formação dos cursos de mestrado e doutorado das autoras e dos autores, em que existe uma tendência para os programas de pós-graduação em educação – não apenas nos selecionados neste texto, mas também nas outras produções que serão analisadas posteriormente.

A partir da leitura atenta das obras selecionadas, vale ressaltar alguns impactos causados pela ausência de estudos. Como se trata de uma política pública com necessidade de avaliações constantes, a falta de dissertações e teses nessa temática colabora para a falta de aprimoramento em possíveis lacunas. Temas como o racismo estrutural enfrentado por indígenas estudantes, as dificuldades de acesso a auxílios disponibilizados pelas IES em função da burocracia institucional, a saudade de casa e dos amigos são temas de estudos que devem ser realizados para tentar chegar a caminhos para superação desta problemática.

As consequências desse apagamento epistêmico e da baixa produtividade acadêmica resultam em escassez de elementos para análise sobre o porquê de esta política pública não atingir todos os objetivos propostos ou evitar a evasão de indígenas estudantes. No que se refere a esse assunto dos percalços pelo caminho, perguntei aos meus colegas interlocutores e interlocutoras sobre esses possíveis obstáculos.

É comum que cada estudante enfrente dificuldades, principalmente os que vêm de outros municípios e como, no meu caso de outro estado, o período na UFPA tem sido bastante gratificante, pois é o local que passa a ser uma nova casa para a gente, já que é onde iremos passar a maior parte do nosso tempo. Para nós estudantes indígenas, enfrentamos a primeira (e principal) dificuldade que é a financeira, por mais que a UFPA tem as políticas de assistência estudantil, no início é bem difícil de conseguir. Então, durante meses, e até alguns anos, não conseguimos alguma bolsa ou auxílio, como no meu caso. Consegui a bolsa permanência apenas quando estava no 4º semestre (Scolny, 2026).

Também vale observar que, conforme apontado por Jesus (2020), as ações afirmativas na Amazônia Legal são recentes, ou seja, necessitam de maior tempo para análises bem fundamentadas, o que pode ser uma das justificativas para a baixa produção de dissertações e teses. Outrossim, a baixa produtividade, inclusive de indígenas que escrevem sobre as próprias

vivências, é um apontamento importante, pois os protagonistas ainda possuem acesso limitado aos programas de pós-graduação, o que é um diferencial para que a história, os desafios, as conquistas sejam contadas pelos próprios protagonistas. Vale ressaltar, por fim, a necessidade do compromisso dos programas com as políticas públicas para indígenas nas IES para que novas pesquisas possam ser estimuladas, a fim de suprir essa lacuna existente nas universidades, visto que os povos indígenas crescem anualmente em número de estudantes matriculados e carecem de estudos para aprimorar as políticas públicas destinadas a este público.

Evidencio, também, que há produtos dos programas de pós-graduações que são de indígenas estudantes, para falar das próprias realidades inseridas no contexto do ensino superior, e de estudantes não indígenas, os quais realizam parceria com os colegas indígenas na realização dos trabalhos ou associações organizadas. A antropologia contemporânea se preocupa com a riqueza de detalhes e com autoria marcada pelo protagonismo de interlocutores, o que, frequentemente, valoriza as vozes e as histórias dos grupos com quem realizei pesquisas.

1.3.1 Considerações sobre a ausência de produções na Amazônia

O objetivo com este tópico foi apresentar de que maneira os programas de pós-graduações estão discutindo sobre as ações afirmativas destinadas aos povos indígenas no contexto do ensino superior. Embora a discussão seja recente, do meio do século XX até os dias atuais (uma vez que é inevitável compreender que ainda há muito o que se avançar acerca dessa temática, para quaisquer grupos que ingressam na universidade por meio de ações afirmativas), a universidade está atrasada no envolvimento da garantia de acesso de perfis diferentes ao ensino superior.

Conforme percebi, existem diversas dimensões sobre a importância da universidade enquanto instituição que está em disputa constantemente, sobretudo quando é questionada sobre a funcionalidade e para que servirá – e esta pressão ocorre tanto por parte das grandes elites, que sempre dominaram esse espaço, quanto das classes populares e movimentos sociais organizados, os quais disputam os sentidos da instituição. A simbologia das IES também abarca dimensões que podem congregam espaços estratégicos, para que grupos possam se apropriar desses conhecimentos em prol de direitos, como o movimento indígena aponta esse sentido sobre a educação para garantia e efetivação do que as leis os protegem. Outrossim, de acordo com o sentido popular, a exemplo do que ocorre no Pará, ingressar na universidade é sinônimo de comemoração e alegria partilhada com amigos e núcleo familiar – afinal, para famílias que nunca acessaram esse espaço, saber que a aprovação no vestibular ocorreu é motivo de festa.

Como maneira de sensibilizar acerca da importância da universidade, reafirmo como as ações afirmativas no ensino superior são compreendidas como objetos de pesquisas para a construção e afirmação de direitos básicos. Por este motivo, é essencial que sejam produzidas literaturas a respeito de como essas políticas públicas são construídas com e para indígenas. Conforme foi possível observar por meio da bibliografia selecionada, a região amazônica ainda carece de estudos sobre essa temática. O levantamento realizado converge com meu interesse de pesquisa de privilegiar olhares sobre como essas políticas se dão nas universidades dos estados da Amazônia Legal, a qual, infelizmente, foi a última a discutir a implementação de cotas antes da Lei Federal 12.711/2012.

Por fim, é necessário fomentar novas bibliografias para compreender, aprofundar e aperfeiçoar a maneira como ocorre o ingresso de indígenas estudantes, a permanência e possíveis assuntos que se desrincham dessa discussão. Vale ressaltar, em conformidade com as figuras apresentadas, a ausência ou insuficiência de produções encontradas em alguns estados da nossa região, como no Amapá. Este dado revela que não basta apenas o esforço de intelectuais da região Norte, mas os achados de pesquisa apontam para insuficiência de investimentos públicos nas IES da Amazônia, mesmo sendo fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas na região.

1.4 O que a UFPA produziu sobre ações afirmativas na pós-graduação

As ações afirmativas na UFPA são um marco importante para a promoção da diversidade entre o corpo discente da instituição. Criada em 1957, a partir da junção de sete faculdades, a UFPA se tornou eixo de produção do conhecimento científico na região amazônica. Embora o tempo vasto de existência, a instituição adotou políticas públicas de reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública a partir da aprovação da resolução n.º 3.361, de 5 de agosto de 2005.

As universidades da região Norte do Brasil foram as últimas a adotarem políticas públicas de ações afirmativas para acesso diferenciado de grupos vulnerabilizados. A UFPA foi a primeira do Norte a adotar tais essas medidas antes da lei 12.711/2012. Quando se expande esse olhar sobre a região amazônica, a tríade UFPA, UFMA e UFMT são as que apresentaram alguma iniciativa institucional antes da lei federal aprovada em 2012 (Jesus, 2020).

Em consonância com a autora, as outras universidades da região não apresentavam políticas generalizadas e sistematizadas como estas três mencionadas, no entanto, Jesus (2020)

destaca ações pontuais das seguintes instituições: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), UFAC, UFRR, UFOPA e a UFAM.

Localizar a UFPA no contexto amazônico é essencial para compreender a influência que a instituição possui ao ser um espelho para as demais universidades da região, o que também aumenta a responsabilidade sobre as condições para que as ações afirmativas funcionem e possam ter êxito na aplicação e conclusão dos cursos pretendidos pelos públicos-alvo. Nesse contexto, enfatizarei um breve apanhado de quais medidas foram adotadas pela UFPA antes da aprovação da lei federal 12.711, com foco nas resoluções que garantiram o ingresso diferenciado de grupos sociais vulnerabilizados.

A primeira iniciativa da UFPA foi a aprovação da resolução n.º 3.361, de 5 de agosto de 2005. De acordo com esta medida, a UFPA reservou 50% das vagas destinadas para os cursos de graduação para candidatos e candidatas que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Outrossim, do percentual das vagas, no mínimo, 40% são destinadas a pessoas pretas e pardas, desde que estas optassem por um sistema próprio de seleção da universidade (Universidade Federal do Pará, 2005).

Posteriormente, em 2009, instituiu-se a resolução n.º 3.869, de 22 de junho. Nesta providência, reservaram-se duas vagas para indígenas estudantes em todos os cursos de graduação da UFPA de maneira diferenciada (Universidade Federal do Pará, 2009a), a qual se concretizou como PSE. Como parte de discussões dos povos indígenas do estado do Pará, essa medida significou um avanço crucial na inserção de outras epistemologias na maior universidade do norte.

Ainda no mesmo ano, CONSEPE aprovou a resolução n.º 3.883, de 21 de julho de 2009, a qual assegurou a reserva de uma vaga para pessoas com deficiência em todos os cursos de graduação da UFPA a ser implementada a partir do ano de 2011 (Universidade Federal do Pará, 2009b). Caso não ocorresse o preenchimento das vagas reservadas, estas seriam extintas.

Nesse sentido, essa política do PSE se expande em 2012 a partir da aprovação da resolução n.º 4.309, de 27 de agosto de 2012, cujo foco se deu para o ingresso de quilombolas em todos os cursos de graduação, com reserva de duas vagas (Universidade Federal do Pará, 2012). Conforme ocorre atualmente, o PSE é um mecanismo de ingresso diferenciado que atende às populações quilombolas e aos povos indígenas, seja do Pará, seja de outro estado. Vale ressaltar que se tratam de vagas suplementares, as quais destinam-se exclusivamente ao público mencionado, não podendo ser preenchido por outros critérios.

No contexto de avanço das ações afirmativas na UFPA, houve nova aprovação de uma medida importante para a instituição: a resolução n.º 4.961, de 28 de setembro de 2017. Prevê-

se a regulamentação das mobilidades acadêmicas para trocar de curso em nível de graduação, porém, a grande diferença se dá no artigo 2.º que garante a Mobilidade Afirmativa (MOBAF), em que “se destina à seleção diferenciada de alunos Indígenas e Quilombolas dos Cursos de Graduação da UFPA, regularmente matriculados, que pretendam a transferência de Campus ou a troca de Curso” (Universidade Federal do Pará, 2017, p. 01) – pois possibilita aos oriundos do PSE a chance de se encontrar em um novo curso, caso ocorra o descontentamento com a primeira opção pretendida.

Por meio do CONSEPE, a UFPA aprovou a resolução n.º 5.230, de 23 de outubro de 2019, a qual “aprova a realização do Processo Seletivo Especial 2019 (PSE MIGRE - 2019), destinado à seleção de candidatos/as imigrantes, refugiados/as, asilados/as, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ofertado pela UFPA”, como política diferenciada para pessoas estrangeiras e com edital próprio de seleção (Universidade Federal do Pará, 2019, p. 01).

Por fim, o CONSEPE também abriu caminhos para que as ações afirmativas sejam implementadas nos programas de pós-graduação da UFPA. De acordo com a resolução n.º 5.425, de 23 de setembro de 2021, no artigo 27.º, “os editais de seleção poderão contemplar políticas de ações afirmativas regidas pelos princípios da inclusão social e étnico-racial visando à seleção de pessoas com deficiência; pessoas pretas e pardas; pessoas indígenas e quilombolas” (Universidade Federal do Pará, 2021, p. 08), desde que consultem a Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS) e a Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES). Em nenhum momento, a UFPA menciona “populações trans e travestis”, mesmo com debates recentes sobre a inclusão deste público em políticas afirmativas. Embora a resolução seja apresentada como possibilidade que fica a critério de cada programa de pós-graduação, a nova lei de cotas 14.723/2023 possui legislação específica sobre o tema no artigo 7.º:

As instituições federais de ensino superior, no âmbito de sua autonomia e observada a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2023).

De acordo com a nova legislação, é necessária a adequação das IFES para com os respectivos programas de pós-graduação, que oferecem cursos em níveis de mestrado e doutorado, em conformidade com as políticas públicas de ações afirmativas. Vale a observação sobre a antecedência da UFPA sobre a designação da lei federal, uma vez que a resolução

5.425/2021 ratifica iniciativas localizadas em alguns programas de pós-graduação da UFPA: PPGD foi a primeira porta de entrada de indígenas na universidade, tendo reservado vagas, também, para pessoas com deficiência e negras em 2005; além disso, desde 2020, o PPGSA oferta o PSIQ, edital diferenciado para estes públicos em acompanhamento das associações de estudantes quilombolas e indígenas, além da própria ADIS.

No que se refere às políticas para ingresso diferenciado de estudantes na UFPA, as resoluções supracitadas são as principais que possibilitam o acesso à instituição. Existem outras ações afirmativas com foco na permanência estudantil¹², porém, por questões metodológicas, não as abordarei.

As ações afirmativas aprovadas por resoluções no CONSEPE são constantemente acompanhadas não apenas pelos órgãos institucionais competentes da UFPA, mas, principalmente, pelos movimentos sociais que exercem papéis imprescindíveis desde a seleção de candidaturas aptas a concorrer aos editais, ao acompanhamento cotidiano por intermédio das representações estudantis, a saber: APYEUFPA, Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ), Associação dos Estudantes Estrangeiros (AEE), Associação dos Discentes com Deficiência (ADD) e, a mais recente, Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA (ADISTTRAIVE) – que está acompanhando a comissão para implementar cotas trans na universidade até o momento de escrita desta dissertação.

Nesse contexto, a partir do Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, busquei os trabalhos que versam sobre as ações afirmativas voltadas para o ensino superior existentes na UFPA. Os produtos selecionados versam sobre diversos temas que perpassam de avaliação de política pública, do acompanhamento no que se refere à permanência estudantil, trabalhos sobre trajetórias de quilombolas e indígenas, desafios enfrentados até a formatura, dentre outros temas. Para chegar aos resultados obtidos, foram selecionadas as seguintes palavras-chaves: “ações afirmativas”, “ação afirmativa”, “cotas” e “políticas afirmativas”, cujas variações são as mais comuns no tema selecionado.

Para fins de delimitação de pesquisa, foram selecionadas apenas as contribuições realizadas nos programas de pós-graduação da UFPA. Para o termo “ação afirmativa”, 17 obras foram encontradas; para o termo, “ações afirmativas”, resultaram em três trabalhos; para o termo “políticas afirmativas”, 10 resultados adequaram-se à busca; e, por fim, para o termo “cotas”, o filtro mostrou 62 resultados. Ressalta-se a necessidade dessa expansão de termos para busca de obras no site do catálogo da CAPES, em função da diversidade de abordagens no

¹² Existem produções de minha autoria que sinalizam algumas delas. Confira Braga e Cardoso (2022).

tema em distintas áreas, bem como a maneira de se referir ao assunto (como a área das ciências humanas possui um olhar diferenciado).

Após a leitura atenta dos resumos destas teses e dissertações, 18 produtos finais dos mestrados e doutorados atenderam aos critérios estabelecidos no levantamento bibliográfico realizado. Foram encontradas 16 dissertações de mestrado e 02 teses de doutorado. Vale ressaltar que apenas uma dissertação foi em nível de mestrado profissional, cujo autoria é de Otavio Roberto Ferreira Mendes, do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Quadro 2 - Dissertações e Teses sobre Ações Afirmativas Produzidas na UFPA

Nome	Obra	Programa/Ano	Nível
Ana Carla Vieira Pimentel	Ações Afirmativas e Os Desafios de Estudantes Quilombolas para Sua Permanência na Universidade Federal do Pará: o que dizem os protagonistas	Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) – 2019	Dissertação
Arlon Barbosa Borges	Permanência Dos/As Jovens Quilombolas na Universidade Federal Do Pará: uma análise dos desafios enfrentados pelos/as alunos/as oriundos do PSE quilombola no Baixo Tocantins	Educação e Cultura (PPGEDUC) – 2023	Dissertação
Carlos Fernando Cruz da Silva	Políticas Afirmativas, Educação e Escolas Públicas: uma análise sobre o sistema de cotas – Caso UFPA	Direito (PPGD) – 2018	Dissertação
Cintia Valéria Lima dos Reis	Trajetórias de Estudantes Cotistas Negros e Estudantes Quilombolas na Universidade Federal do Pará	Educação (PPGED) – 2023	Dissertação
Darlene Branches Ferreira	Universidade Território Indígena: política de acesso e permanência para estudantes indígenas na UFPA	Educação e Cultura (PPGEDUC) – 2023	Dissertação
Derick Luan Ferro da Silva	Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará (Belém-PA): uma interface entre territórios	Serviço Social (PPGSS) – 2023	Dissertação
Edimar Antonio Fernandes	Políticas Afirmativas para Povos Indígenas – sob o olhar dos protagonistas	Antropologia (PPGA) – 2018	Tese
Elen Mayara Bezerra de Carvalho	Mulheres Negras na UFPA – Campus Altamira: lugares, trajetórias e percalços de uma presença	Educação e Cultura (PPGEDUC) – 2021	Dissertação
Ignacio Gabriel San Martin Araya	Estratégias de Permanência de Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará: desafios e resistências	Sociologia e Antropologia (PPGSA) – 2024	Dissertação
Isabele Batista de Lemos	Cotas Raciais na UFPA: as percepções de estudantes cotistas sobre suas trajetórias acadêmicas	Direito (PPGD) – 2015	Dissertação
Josiney da Silva Trindade	Entre A “Harmonia”, O Racismo Velado e O Silêncio: as relações raciais entre negros/as e brancos/as no curso de Medicina da Universidade Federal do Pará	Educação e Cultura (PPGEDUC) – 2023	Dissertação

Nome	Obra	Programa/Ano	Nível
Lais Rodrigues Campos	Do Quilombo à Universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará – campus Belém quanto à permanência	Educação (PPGED) – 2016	Dissertação
Maria Ivone Maia Da Costa	Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação de Estudantes Quilombolas da Universidade Federal do Pará	Ciência da Informação (PPGCI) – 2021	Dissertação
Nairo Bentes de Melo	Reserva de Vagas no Ensino Superior: o processo de implementação das cotas raciais nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará	Educação (PPGED) – 2011	Dissertação
Otávio Roberto Ferreira Mendes	Indicadores de Permanência e de Desempenho dos Alunos da Universidade Federal do Pará, Campus de Belém: um estudo comparativo entre cotistas e não cotistas ingressantes no período de 2009 a 2011	Gestão Pública (PPGGP) – 2016	Dissertação
Ronilda Bordó de Freitas	Mulheres Negras Quilombolas e As Políticas Públicas Afirmativas no Ensino Superior na Universidade Federal Do Pará: escritórias de uma estudante negra quilombola	Psicologia (PPGP) – 2023	Dissertação
Yuri Lucena Ponçadilha	Políticas de Ações Afirmativas nos Discursos de Docentes do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal	Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) – 2023	Dissertação
Zélia Amador de Deus	Os Herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade	Ciências Sociais (PPGCS) – 2008	Tese

Fonte: Quadro construído pelo autor de acordo com dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Complementar às obras supracitadas, houve três dissertações do Programa de Pós-Graduação em Direito cuja leitura do resumo não foi possível realizar, pois são trabalhos que antecedem a plataforma sucupira, porém, o título indica razoável similaridade, a saber: “*Povos indígenas e ações afirmativas: a experiência do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará e análise do Projeto de Lei do Senado nº 007/2002*”, de Lia Raquel Ventura Batista (2007); “*A Pessoa Portadora de Deficiência e As Ações Afirmativas*”, de Marcia Cristina dos Santos Rêgo (2005); e, “*Cotas para Negros na Universidade*”, de Roberta Amanajás Monteiro (2006). Embora os arquivos não estivessem disponíveis na plataforma sucupira, foram realizadas pesquisas no repositório institucional da UFPA e nada foi encontrado quanto a esses trabalhos.

Pimentel (2019) realiza estudo sobre como identidade e a luta pela permanência estudantil estão interligadas a partir do acesso pelo PSE, com foco nos estudantes quilombolas. A autora realiza um recorte temporal do primeiro semestre de 2013 até o primeiro semestre de 2018 no campus Guamá (localizado em Belém, capital do Pará, é o campus de maior concentração estudantil). Pimentel (2019) defende o acesso, a permanência e a identidade como

um tripé de intersecção intrínsecos para o aprendizado dos quilombolas, bem como desafiadores para a instituição assegurar esses direitos aos discentes.

Barbosa Borges (2023) apresenta estudos de casos em conformidade com as vivências de estudantes quilombolas das comunidades de Umarizal e Igarapé Preto, município de Baião (PA) – região conhecida como "Baixo Tocantins", a qual comporta 11 municípios¹³. Nessa dissertação, o autor prioriza os desafios enfrentados por discentes das comunidades sobreditas no tocante à permanência estudantil. Barbosa Borges (2023) aponta a importância das políticas públicas de ações afirmativas para permanecer na UFPA, porém, em função da grande demanda e do histórico de exclusão, a instituição não comporta todas as exigências.

Similarmente, Silva (2018) discute as ações afirmativas para oriundos de escola pública no seio de cursos de graduação, a partir de conceitos importantes: desigualdade social, liberdades substantivas, reprodução, dispositivo e exclusão social. A grande contribuição do autor decorre do questionamento acerca do processo de transição do ensino médio (em escolas coordenadas pelas forças armadas nacionais) para o ensino superior no sistema educacional brasileiro, uma vez que a hipótese apresentada reverbera na maneira como as práticas escolares e administrativas são capazes de repercutir na política de cotas implementada na UFPA. Dessa forma, Silva (2018) novas abordagens sob contextos específicos nas IFES.

Além disso, Reis (2023) recorre às trajetórias cotistas do campus Belém da UFPA, entre 2020 e 2022, com foco no acesso e permanência a partir da escrevivência. Dentre os objetivos da autora, busca-se compreender como estes estudantes percebem o implemento da lei de cotas (Lei N.º 12.711/2012) na UFPA. Nesse sentido, a autora conclui que essa legislação foi fundamental para uma mudança social, que possibilitou cursar o ensino superior, uma vez que isto se configurava como um sonho distante, porém os desafios para concluir a graduação são muitos: finanças, racismo, escassez de auxílios, dentre outros.

Da mesma forma, Branches Ferreira (2023) elabora um estudo fundamental para compreender a efetividade da política de permanência da UFPA, voltada para indígenas estudantes, além de propor investigações acerca das causas de sucesso para sucesso ou evasão acadêmica deste público. A autora foca nas estratégias traçadas tanto pela instituição, quanto pela APYEUFPA para a garantia da permanência estudantil. Com recorte de pesquisa voltado para o campus Guamá, Branches Ferreira (2023) aponta resultados de pesquisas importantes: a

¹³ Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Dentre eles, nove possuem comunidades remanescentes de quilombo, com exceção dos municípios de Igarapé Miri e Tailândia (Barbosa Borges, 2023, p. 65). A UFPA possui campus em Abaetetuba e em Cametá, no entanto, a instituição oferece cursos em polos de municípios próximos aos campi, a exemplo dos mencionados.

necessidade de a UFPA apresentar mecanismos de combate a práticas racistas; o fortalecimento das pautas dos povos indígenas nos próprios territórios; a universidade é um espaço que está em construção e sofrendo disputas.

Um fator particular também apareceu nas conversas com interlocutores e interlocutoras no que se refere aos desafios, em um diálogo direto com Branches Ferreira (2023). A pandemia de Covid-19 impactou diretamente as turmas de 2020 e 2021, o que abriu um capítulo que necessita de mais pesquisas a respeito dos impactos para indígenas estudantes. Esse recorte temporal foi marcado pela reclusão, pelo tempo de ficar dentro de casa, em que muitos colegas estavam longe de suas famílias.

Eu entrei na universidade em 2021, em meio à pandemia. Foi um processo muito difícil, porque eu tive que sair do meu território, ali no final de 2021, em outubro. E... deixar os meus costumes, os meus hábitos culturais e territoriais pra viver uma nova fase, construir uma vida na cidade, né? A gente sabe que é muito difícil. Eu acho que uma das maiores dificuldades foi lidar com a tecnologia, que era do momento, entendeu? De que... A gente tinha que estudar por tela, encaminhar trabalhos, ter trabalhos... Então, lidar com isso durante esse período, assim... foi muito difícil, delicado. E até porque não é do nosso cotidiano, essas questões, né? Que a gente tem que ter dentro, da universidade, da cidade, de modo geral. Então, eu tive esse grande desafio aí. Eu tô há quatro anos na universidade atualmente. Logo em seguida, a gente teve os nossos encontros presenciais, onde eu fui conhecer a galera, né? Conheci a minha turma depois de um ano de eu ter ingressado e, por incrível que pareça, eu não me senti muito... muito só, sabe? Eu não me isolei tanto. Era uma expectativa que eu tinha que eu iria ficar pra trás, de que eu não seria enxergado como outras pessoas, mas foi totalmente diferente, né? A nossa turma... a minha, no caso, teve dois estudantes indígenas, dois estudantes quilombolas, dois estrangeiros, era uma turma muito diversa e compreensiva, apesar de ser uma turma grande, né? Que entrou durante a pandemia. E isso teve um ponto muito diferencial. Só que com o passar do tempo, a gente viu que algumas pessoas começaram a enxergar, assim, com uns olhares, de que nós precisávamos fazer nossas atividades em conjunto, pelo fato de a gente, é... ter uma base de como é ser da mesma localidade, do mesmo território. Então, existiu essa visão, inclusive já chegou até pontos que as pessoas perguntavam como a gente tinha conseguido. E a gente sabe de onde, de quem são perguntas, né? Então, foi um processo muito difícil de ter que se adaptar à tecnologia, depois ir pro presencial e lidar com algum tipo de situação, né? Mas não foi tantas assim. Mas existe, né? E, aí, foi fácil pra gente se adaptar com a turma e encontrar pessoas que estão realmente à disposição pra nos ajudar. Então, teve esse ponto diferencial (Joxanti, 2026).

Equitativamente, Silva (2023) apresenta as contradições e os percalços vivenciados pelos indígenas estudantes quando decidem cursar o ensino superior na capital paraense. O autor privilegia o olhar sobre questões de acesso e permanência desse público, que perpassa não apenas por dificuldades financeiras, mas também sobre adaptação para morar em uma nova cidade, que possui características distintas de casa. Dentre os achados do estudo, Silva (2023) evidencia a iminência da formação de grupos e de coletivos (a exemplo da APYEUFPA) para

fortalecer as relações entre os indígenas, de maneira a ressaltar o processo de formação de identidade no território universitário.

As considerações de Silva (2023) convergem com relatos de interlocutores e interlocutoras desta pesquisa. As falas apontam para desafios que atravessam aspectos econômicos, adaptação, o desafio de vir de uma outra cidade para a capital de Belém. Certamente, não são momentos de facilidade aos colegas.

Bom, pra mim, esse período que eu estou no curso de Direito está muito bom, mas teve um tempo lá atrás de quando eu cheguei que um dos fatores pelo qual optei trancar foi o recurso. Sou filha de agricultores e meus pais não tinham como me ajudar muito, então passei necessidade quando entrei. Moramos em uma casa vazia por meses, e se não fosse a Putira muitos de nós indígenas não tinha aguentado durante o período da pandemia, todas as noites eu chorava e queria voltar pro território, já ouvi comentários racistas dentro da sala de aula e não tive reação na hora. Não tive coragem de contar pra ninguém, além de ser mulher, sou mãe atípica e já ouvi que a Universidade não é lugar de mãe, "ainda mais se for indígena". A barreira não está só no financeiro, está também atrelado no racismo que sofremos no dia a dia. Eu precisei mudar não só de cidade, mas de estado também (Eslla, 2026).¹⁴

Na mesma linha de raciocínio, Fernandes (2018) cumpre o objetivo de realizar um histórico das lutas dos povos indígenas para a garantia do PSE na UFPA. Trata-se de uma das mais importantes contribuições sobre a temática na instituição. O autor não apenas é um antropólogo em cena, como também um importante indígena militante cujas contribuições são significativas (dentre elas, ajudou na fundação da APYEUFPA) para as políticas de ações afirmativas. Fernandes (2018) exercita a escuta ativa com os parentes indígenas estudantes da UFPA, ao levar em consideração os diversos relatos, desafios e os avanços conquistados a partir da visão dos próprios protagonistas dessa política pública.

Interessada em discutir temáticas étnico-raciais e de gênero, Carvalho (2021) produz um estudo direcionado para o campus da cidade de Altamira da UFPA (762 quilômetros de distância de Belém), um dos maiores municípios do mundo, localizado na região sudoeste do Pará. A autora acompanhou a trajetória de três mulheres negras entre os anos de 2017 e 2020, em que duas cursaram Pedagogia e uma discente cursou Medicina. Ao elencar dados quantitativos e qualitativos, a Carvalho (2021) chegou à conclusão que existe um quadro de invisibilidade da população negra, bem como a falta de acolhimento no sistema educacional, o que exige que as mulheres negras possuam mecanismos próprios para evitar a evasão.

Da mesma maneira, a dissertação mais recente de Ignácio Araya (2024) desenvolve as estratégias adotadas pelos indígenas estudantes no que se refere à permanência na universidade.

¹⁴ Eslla e Scolny são um casal. Por isso, o uso de “moramos” no plural. Putira coordenou a APYEUFPA.

Conforme trabalhos anteriores, Araya (2024) percebe o racismo como barreira no caminho do público-alvo, além da adaptação com um outro estilo de comunicação (o qual se estrutura excepcionalmente na linguagem escrita) adotado como fundamentação de argumentos e ideias para trabalhos acadêmicos, mudança de ambiente e a necessidade permanente de expansão de auxílios-permanência.

Igualmente, Lemos (2015) propõe estudo baseado em narrativas de vida de 13 estudantes negros e cotistas dos cursos de Ciências Sociais, Direito, Medicina e Engenharia da Computação, cujo objetivo é analisar o que esses discentes (que estavam próximos ao período de formatura ou que já se formaram) dizem sobre a própria trajetória. A autora mostra o êxito na garantia da permanência desses estudantes por meio de programas de permanência da UFPA, porém, relatos de dificuldades financeiras e preconceitos foram comuns durante os anos de estudos na UFPA.

Nessas circunstâncias, Trindade (2023) sensibiliza ao tratar sobre as percepções de estudantes brancos e negros do curso de Medicina, campus Altamira, acerca das relações raciais e de como avaliam as políticas ações afirmativas da UFPA. A pesquisa do autor apresenta o fato de os estudantes brancos possuírem privilégios por não estarem inseridos num contexto de estigma racial. Foi possível observar impactos na psiquê dos estudantes negros e que as relações raciais construídas no curso são baseadas em ideologias racistas (Trindade, 2023).

Além do mais, Campos (2016) analisa os percalços enfrentados pelos quilombolas da UFPA, no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior nas graduações ofertadas pela instituição. A autora, além de discutir as ações afirmativas no contexto brasileiro para quilombolas, realiza campo em Belém entre os anos de 2013 a 2015, para compreender essa realidade. Campos (2016) aponta conclusões semelhantes a trabalhos anteriormente mencionados com recortes, porém, ressalta a ausência de atividades acadêmicas para discutir sobre as vivências e pautas dos quilombolas.

A partir de abordagem diferenciada das dissertações e teses encontradas, Costa (2021) examina as práticas informacionais para cooperar com as políticas de ações afirmativas a partir da experiência de estudantes quilombolas da UFPA, cuja finalidade é a redução das adversidades de acesso à informação. Ao compreender práticas informacionais como abordagens vinculadas às interações construídas entre sujeitos e a própria informação de maneira contínua, Costa (2021) indica fatores sociais, políticos e econômicos para influenciar a maneira como tais práticas ocorrem. Em síntese, a autora argumenta que o objeto estudado contribui para a formação de conhecimentos em questões de desigualdades neste contexto do estudo.

Nesse quadro, Melo (2011) insere-se nos estudos das políticas públicas voltadas ao ensino superior, sob o propósito de verificar quais os desdobramentos da implementação das cotas na UFPA, bem como os impactos para o ingresso de estudantes negros (pretos e pardos). De acordo com o autor, houve maior inserção de negros e estudantes de escolas públicas na universidade, no entanto, ocorreram deformidades na política de cotas para negros na UFPA.

Já em Mendes (2016), comparam-se a permanência e o desempenho acadêmico de estudantes da UFPA de cotistas e não cotistas, cujo ingresso ocorreu entre 2009 a 2011, com olhar atento sobre os índices de evasão, a integralização dos cursos, bem como a taxa de aprovação. Com recorte de análise de 12 cursos mais concorridos e 05 menos concorridos, o autor chegou à conclusão de que os estudantes cotistas não possuem desempenho inferior aos não cotistas, e, na maioria dos cursos deste estudo, os índices são estatisticamente iguais (Mendes, 2016). Dessa forma, entende-se as ações afirmativas como acertadas e não justificam argumentos que a implementação dessas políticas públicas reduz a qualidade da instituição.

Em Bordó de Freitas (2023), uma nova perspectiva, com protagonismo da escrevivência, é discutida a partir de contribuições de mulheres negras quilombolas e as ações afirmativas na UFPA. Em uma posição de autora do texto, mas também interlocutora, Bordó de Freitas (2023) analisa as resistências e as tensões vivenciadas, bem como a caracterizar os resultados dessas políticas públicas para a sensação do sentimento de pertença e identidade na academia. Apesar dos enfrentamentos às discriminações sociais, a autora afirma que houve avanços para garantia do ingresso e permanência, porém, destaca o contexto social onde o Brasil foi formado como capaz de influenciar as relações construídas dentro da universidade.

Semelhantemente, em Lucena Ponçadilha (2023), questiona-se sobre os discursos dos docentes do curso de Educação Física, campus Castanhal, no que se refere às políticas de ações afirmativas. Baseado na temática racial, o autor aponta a necessidade de ampliação dos conhecimentos destes profissionais da educação superior acerca das temáticas de relações étnico-raciais, não apenas como medida institucional, mas também iniciativa pessoal. Apenas dessa maneira, de acordo com o autor, haverá possibilidade de superação de barreiras da desinformação quanto à diversidade, como também de enfrentamento ao racismo.

Por fim, em Deus (2008), com base em um relato etnográfico e com recursos do teatro para construção da tese, discutem-se as ações afirmativas de maneira ampla e de como o movimento negro participou ativamente da construção dessas políticas públicas, tanto em âmbito nacional, quanto internacionalmente. A autora ressalta as cotas como um avanço do estado brasileiro no combate ao racismo, porém, ainda há muito a ser feito. Ademais, a

universidade mostrou-se como o espaço de maior dificuldade para avançar nas políticas de enfrentamento a desigualdades e combate ao racismo, como afirma Deus (2008).

Como resultado da leitura dos 18 resumos das dissertações e teses selecionadas, é possível observar que 10 trabalhos foram realizados nos últimos cinco anos, o que coloca alguns fatos em evidência: os próprios estudantes cotistas beneficiados pelas ações afirmativas estão produzindo literatura sobre suas próprias realidades, demonstrando compromisso com as políticas públicas cujos benefícios são apontados em todas os resultados de pesquisas supracitadas – não à toa, a maioria das obras dos últimos cinco anos coincidem com o período que as primeiras turmas de cotistas se formaram e, dentre os caminhos escolhidos, a pós-graduação se tornou opção.

Outrossim, é inegável a visibilidade que, principalmente, os movimentos indígenas e quilombolas conquistaram a partir das lutas políticas organizadas em torno de pautas de interesse coletivo desde a década passada. Vale destacar a urgência desses movimentos sociais em torno de temas, como titulação de terras, garantias à educação diferenciada, dentre outras temáticas. Especialmente na UFPA, as associações estudantis de quilombolas e indígenas possuem protagonismo em decisões institucionais e no envolvimento em distintas esferas da instituição, seja na própria administração, seja nos movimentos sociais organizados. No caso do PSE, o compromisso de estudantes parceiros destes movimentos (ou até de estudantes que são dos movimentos) contribui para que existam estudos focados nos interesses não apenas acadêmicos, mas também políticos.

Ao observar as obras selecionadas, percebe-se a ausência de dissertações e teses publicadas por programas de pós-graduação da UFPA sobre ações afirmativas para estudantes com deficiência. É possível que haja produção em andamento, no entanto, nada existe até então que aborde as perspectivas, avaliações de política ou trabalhe permanência desses discentes, seja de estudos sobre a resolução n.º 3.883/2009, seja sobre as leis federais voltadas para reserva de vagas. Apesar do foco da pesquisa ser o que foi produzido nos programas de pós-graduação da UFPA, destaco que existe uma dissertação de mestrado produzida pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) que se encaixa na temática deste artigo, cujo título é “*Ações Afirmativas para Pessoas com Deficiência Visual: análise da atuação da UFPA na garantia da permanência no ensino superior*”, de Rosaly Bacha Lopes, defendida em 2019, porém sem divulgação autorizada – de acordo com o catálogo de teses e dissertações da CAPES.

Na mesma proporção, ainda não existem dissertações e teses que discutem sobre as ações afirmativas voltadas para estudantes estrangeiros. Pelo PSE MIGRE ser a política mais recente de inclusão na UFPA por resolução interna via CONSEPE, é necessário apontar que

este campo de estudo está aberto a possibilidades, tais como: investigar quais motivações incentivaram a UFPA a promover esta política; quais políticas acompanham a inclusão destes discentes; quais impactos ocorrem quanto à permanência; quais os principais cursos escolhidos. Acredito que essas questões são perspectivas de pesquisas a serem trabalhadas.

Nesse cenário, as teses e dissertações selecionadas também apresentam diversidade nas abordagens de ações afirmativas não apenas no campus Belém, mas também em outros campi da instituição, tais como Altamira, Castanhal e Cametá. O Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), sediado na cidade de Cametá, possui influência nas produções *stricto sensu* fora do campus sede da UFPA, inclusive fora da região do Baixo Tocantins, uma vez que as dissertações de Carvalho (2021) e Trindade (2023), cujo recorte é o campus de Altamira, foram realizadas por este programa.

Dessa maneira, é possível perceber o eixo dos estudos em discentes da graduação. É compreensível, por ser o maior número de oferta de vagas para acesso ao ensino superior. Contudo, os estudos sobre as ações afirmativas nas pós-graduações da UFPA são urgentes de serem realizados, de maneira a avaliar como a nova lei de cotas de 2023 está em processo de implementação em acordo com a resolução n.º 5.425/2021, a qual prevê que os programas de pós-graduação podem adotar políticas afirmativas para ingresso diferenciado.

Destarte, ressalto um dado relevante: exceto a tese de Zélia Amador de Deus (2008) e a dissertação de Nairo Bentes de Melo (2011), curiosamente, todas as outras obras são marcadas a partir da lei n.º 12.711/2012, embora nem todas foquem nos impactos desse marco histórico. O recorte de pesquisa aponta, principalmente, para o acesso, permanência e avaliação da política. Alguns caminhos que são possíveis apontar para futuras investigações de pesquisadores e pesquisadoras com interesse na temática: como ocorre a inserção dos cotistas em bolsas de incentivo à pesquisa, docência e extensão; como as subunidades e as unidades da UFPA percebem as ações afirmativas, elaboram iniciativas para contribuir para o bem-estar e incentivam esses discentes, a partir de projetos próprios; como os currículos das faculdades da UFPA promovem outras epistemologias, protagonizadas pelos povos indígenas, quilombolas e populações negras. Acredito que essas indagações contribuirão para promoção de novas pesquisas de interesse dos estudantes cotistas da Universidade Federal do Pará.

Saliento, portanto, a positividade das ações afirmativas para as IFES brasileiras. O caso da UFPA é particular e demonstra iniciativas institucionais notáveis diante do cenário nacional, destacando-se na região amazônica. Em 2025, completam-se 20 anos desde a aprovação da primeira política afirmativa de inclusão de pessoas negras na graduação. Também se completam

15 anos da política de acesso efetivo de indígenas na graduação. São marcos importantes para estudos aprofundados.

A experiência dos colegas aprovados e aprovadas pelo vestibular indígena é bastante diversa, desde bons acontecimentos até críticas para melhorar a relação entre cotistas e universidade. Relatos de interlocutores e interlocutoras apontam esse cenário. Uma das perguntas que fiz aos colegas refere-se ao que pensam sobre a UFPA acerca do acolhimento dentro da instituição.

Eu acho que, sim, a Universidade ela é acolhedora o que dificulta é o recurso limitado da universidade para dar suporte para nós indígenas. Eu gosto dos meus docentes inclusive a maioria demonstrou interesse e fizeram didáticas diferenciadas para indígenas, acho que sim, e isso vem através de tutorias projetos, rodas de conversa voltados aos diferentes indígenas (Esla, 2026).

Esse aspecto da necessidade de projetos, atividades, iniciativas no geral, são ferramentas essenciais para auxiliar na trajetória dos estudantes cotistas. Em Braga e Cardoso (2022) discutimos algumas dessas medidas adotadas pela universidade, a partir de ações institucionais, docentes que possuem parcerias com a APYEUFPA com projetos próprios nos diversos institutos da UFPA.

A universidade tenta ser acolhedora, mas, por questões institucionais, sempre acaba falhando em alguma parte, devido sempre estar ingressando cada vez mais estudantes indígenas, acaba não conseguindo dar assistência a todos os estudantes. Tenho uma opinião sobre os docentes do curso de direito, pelo menos aos que tive disciplinas ministradas, sempre fui tratado igualmente aos demais colegas de sala, nenhuma especificidade. A UFPA não tenta ter a cara de apenas um povo, pois ela é grande e tem outras populações que estão. Então, digo que a UFPA tem a cara de todos (Scolny, 2026).

Como mencionei anteriormente, há diversas experiências e tentativas de aprimoramento. Por este motivo, a universidade é um espaço que está em constantes disputas por quais rumos deve tomar, como se portar e como responderá aos desafios contemporâneos. Se no começo do século XXI havia incitações para que houvesse políticas para que estes grupos acessassem as IFES, é necessário garantir que concluam os cursos escolhidos na graduação.

1.4.1 Lições sobre o panorama das cotas na UFPA

As políticas públicas de ações afirmativas foram e ainda são medidas essenciais para a construção de uma universidade plural, democrática e socialmente referenciada. A Universidade Federal do Pará possui um histórico essencial para o desenvolvimento científico

na região amazônica, porém, desde o momento da criação em 1957, apenas 48 anos depois se abriram às portas para outros públicos adentrarem. Além disso, na prática, a UFPA só começou a receber estudantes cotistas em 2008, em função do modelo de seleção seriada que ocorria à época em que, para adentrar na universidade, era preciso realizar três provas cumulativas (um por ano do ensino médio) para se obter a média dessas notas (Silva, 2018). Ou seja, efetivamente, a UFPA começa a ter ingresso concreto de estudantes cotistas após 51 anos de existência.

Muitos fatores influenciaram para concretizar nas IFES do Brasil, com grande destaque para os movimentos negros que realizaram uma grande batalha em todos os âmbitos nacional e internacionalmente. A conferência de Durban também foi um espaço importante de denúncia às práticas negligentes do Estado brasileiro para garantia da promoção da equidade étnico-racial. Destaca-se, ainda, a importância dos movimentos indígenas como protagonista na construção de direitos básicos, que se concretizaram para a formulação da Carta Magna – dentre as reivindicações, a garantia do acesso pleno à educação pública, que vise um contexto diferenciado, e o acesso ao ensino superior são marcos importantes de demarcação política. Assim, tornaram-se essenciais para a construção da democracia brasileira.

A partir desse contexto, as políticas afirmativas na região amazônica localizam-se centralmente no protagonismo de três grandes universidades federais: a UFMA, a UFMT e a UFPA. Essa tríade iniciou políticas consistentes e de grande abrangência antes da efetivação da lei federal 12.711/2012, contudo, a UFPA foi a primeira a implementar mecanismos para acesso diferenciado, em que se valorizam as resoluções aprovadas em 2005 (estudantes de escola pública e pessoas negras), em 2009 (indígenas e pessoas com deficiência) e 2012 (quilombolas).

Outras medidas institucionais, como as resoluções de 2019 (PSE para estudantes estrangeiros) e de 2021 (possibilidade de ações afirmativas nas pós-graduações da UFPA), somam-se às ações de garantia de diversidade. A nova lei de cotas de 2023 possibilitou, dentre as muitas mudanças, a inclusão de quilombolas dentro dos processos seletivos gerais das IFES e a cobrança para que ações afirmativas sejam incluídas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Em vista da crescente visibilidade nas últimas décadas dos movimentos indígenas e quilombolas na UFPA, a motivação desse trabalho perpassou por ampliar meus estudos para analisar dissertações e teses produzidas, cujas lentes buscam os aspectos referentes às ações afirmativas de inclusão na nossa universidade. As 16 dissertações e 02 teses mostram distintas abordagens sobre o tema, em que se priorizam as realidades de estudantes indígenas,

quilombolas, pessoas negras e estudantes egressos de escolas públicas. Não houve estudos focados, exclusivamente, em estudantes com deficiência e estrangeiros.

Todos os estudos apontam que essas políticas foram essenciais para garantir perspectivas de acesso ao ensino superior, as quais não eram totalmente concretas antes das cotas. Contudo, a UFPA carece de aprimoramentos para certificar que os estudantes cotistas não apenas concluam os estudos com qualidade, mas também possam gerar oportunidades para esses discentes durante a graduação e após o término desta etapa. Nesse sentido, os trajetos dos interlocutores e interlocutoras das pesquisas são unânimes em apontar o racismo como barreira; entre os estudantes que são de outros municípios e escolhem Belém para estudar, o desafio de adaptação a um novo ambiente é recorrente. Acerca dessa observação, a fala de um dos interlocutores corrobora com essas barreiras.

Eu não acho que a UFPA seja acolhedora. Ela faz o papel dela de ter a inclusão, de ter indígenas, de mostrar que ela é uma universidade diversa, mas eu não acho que ela seja acolhedora. Porque a experiência que a gente tem, vários indígenas que entram, voltam pro seu território, por não ter sido acolhido pela universidade. Por não ter tido a compreensão das suas dificuldades, né? Então, fica esse ponto de que ela não é acolhedora do modo que ela devia ser. Com relação à minha faculdade, esse acolhimento, como eu mencionei anteriormente, eu entrei em meio à pandemia. As dificuldades foram inúmeras. Pessoas excelentes que me guiaram durante esse período. Então, na minha faculdade, eles, não são todos, alguns tentam compreender, mas é bem mais difícil, sabe? Muitas das vezes, tem gente que tem medo, porque às vezes você não é compreendido. Os professores não entendem as suas dificuldades, as suas especificidades, a sua realidade. Então, na faculdade e nas disciplinas, a gente tem esse ponto, esse cuidado, de que não é como teria que ser, sabe? Da forma dos nossos entendimentos ou tentar adaptar às nossas realidades, as explicações. Então, acaba que isso que torna mais difícil, né? Muita gente tem medo, de que a medicina é um bicho de sete cabeças, é... é muito, muito difícil, sabe, as pessoas se comportarem, de como elas poderiam passar pela graduação tendo esse cuidado, sabe? esse apoio, né? Tem pessoas excelentes, que estão à disposição, que pergunta das nossas dificuldades, mas a maioria não, né? Se tu tá num curso do nível que eles falam que são e precisam se tornar pessoas excelentes, ser excelente, acaba gerando pressão. Pressão psicológica. De que as pessoas têm que ser do modo que eles falam e nunca entenderam o lado dos povos indígenas. Esse lado de a gente ter vindo de um outro tipo de educação, sabe? de uma realidade totalmente diferente da que eles esperam dentro da universidade. A minha universidade, não por várias vezes, mas ela atenta mais na questão avaliativa, de tentar fazer um espaço, sabe? Mas não dentro da universidade, dentro da faculdade. Acho que mais na questão avaliativa, porque acho que é o que mais importa pra eles é ser avaliado, enquanto professores, enquanto mestres. Então, acaba que não tem esse espaço de mostrar que tem indígena, que tem quilombola, que tem estrangeiro, né? É mais uma preocupação como que vai ser esse patamar da faculdade de medicina, essa preocupação, acho que é bem maior quanto a isso (Joxanti, 2026).

Por fim, os estudos sobre esse tema são um vasto campo aberto a novas investigações, uma vez que as avaliações sobre a efetivação são constantes. No que se refere ao PSE, mais estudos são necessários, pois se trata de uma das políticas mais importantes que marcam a identidade da UFPA e há poucos trabalhos focados neste processo seletivo pioneiro para as

universidades brasileiras. Dessa maneira, a construção desses objetivos perpassa, sobretudo, pela demanda solicitada pelos próprios movimentos sociais dentro da universidade, os quais constroem as mais diversas políticas da UFPA ativamente no cotidiano.

2 AVANÇOS E PERSPECTIVAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

Nesta seção, trabalharei aspectos referentes ao avanço do ingresso de indígenas estudantes nos programas de pós-graduação. O PPGSA possui destaque entre os PPGs da UFPA, pois foi o primeiro a ofertar edital diferenciado próprio para indígenas e quilombolas, semelhante ao PSE para a graduação. Atualmente, apenas o PPGSA e o de Linguagens e Saberes na Amazônia, em Bragança, oferecem seleção diferenciada para cotistas.

Dessa maneira, as políticas públicas de ações afirmativas constituem eixos fundamentais para a garantia de diversidade nos espaços públicos. Com o objetivo de reparar desigualdades, essas medidas são consideradas essenciais para reverter que apenas um perfil acesse universidades, concursos públicos, dentre outros que podem ser abarcados para essa finalidade.

Nesse contexto, é de interesse geral compreender como essas ações estão sendo incorporadas e aprimoradas nas IES brasileiras. Dentre os diversos segmentos que possuem preocupação nesse debate, o movimento indígena acompanha e intervém diretamente para aperfeiçoar o acesso de indígenas nas universidades públicas. Como cartilha de suas pautas históricas, as lutas travadas por essas populações antecedem quaisquer normas jurídicas ou promulgação de leis, isto é, os povos indígenas resistem às formas de colonização dos saberes tradicionais, da violação de territórios e de direitos conquistados na Constituição de 1988.

As universidades foram instituídas para atender a elite econômica do país, mas, atualmente, são visualizadas como espaços de resistência e estratégicos para se apropriar dos conhecimentos científicos, com foco em propiciar benefícios para a própria comunidade, fortalecer relações entre distintos povos (tanto da instituição em que se estuda, quanto aprimorar as articulações do movimento indígena entre outras universidades), além de estabelecer diálogo com os conhecimentos tradicionais, visando a interculturalidade como caminho para se atingir um modelo de educação que valorize a grande diversidade de saberes (Baniwa, 2019).

Conforme a literatura já consolidada acerca da temática (Gersem Baniwa, 2019; Zélia Amador de Deus, 2008; Fernandes, 2018; Braga e Cardoso, 2022), as cotas sociais e étnico-raciais são fundamentais para a promoção da diversidade no público que acessa o ensino superior no Brasil. A partir da implementação da lei federal n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, distribuem-se vagas igualmente entre estudantes de escolas públicas e privadas, com recortes de cor e renda para cotistas. Houve atualizações em 2023 com a lei n.º 14.723, ampliando a porcentagem de 20% para 30% para pessoas negras, indígenas e quilombolas.

Assim, quando se trata da região Norte do Brasil, a UFPA toma a dianteira na implementação das cotas raciais. Inicialmente, destinavam-se para pessoas negras a partir de

2005, sob o protagonismo do Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM). Vale ressaltar que os núcleos de estudos afro-brasileiros das instituições foram fundamentais para que os debates acerca da temática acessassem os conselhos universitários. Não foi diferente na UFPA.

Embora a discussão tenha se dado no ano de 2005, houve muita resistência, inclusive com protestos organizados por cursinhos particulares da elite paraense, para que a aprovação de tal medida não fosse concretizada. A partir de 2008, após muita pressão do movimento negro paraense organizado, foi possível garantir cotas na UFPA por meio de resolução interna do CONSEPE. Este avanço não se limitou à inclusão de negras e negros, mas foi porta de entrada para que outros indivíduos pudessem inserir demandas de movimentos auto-organizados. Sob esse contexto, o movimento indígena também foi participativo e enfrentou a universidade para que pudessem adentrar no ensino superior. As organizações indígenas do Pará protagonizaram uma verdadeira batalha para que, também, pudessem adentrar a UFPA.

Dessa maneira, dentre este novo panorama das políticas públicas adotadas para ações afirmativas, destacam-se as iniciativas de ingresso de indígenas nos programas de pós-graduação, desafiando a tradicionalidade academicista. Como já mencionado, o ingresso desses estudantes na UFPA iniciou em 2006 no PPGD, do Instituto de Ciências Jurídicas, no campus Guamá. Atualmente, alguns programas de pós-graduação da instituição oferecem reserva de vagas com recorte étnico-racial ou, um caso particular da UFPA, oferece um processo seletivo diferenciado e exclusivo para indígenas e quilombolas, como o PPGSA, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Por fim, esse estudo busca abordar essa temática de acesso desses estudantes à pós-graduação na UFPA. O primeiro programa da UFPA com modelo de seleção própria para indígenas e quilombolas adentrarem na pós-graduação foi o PPGSA. Por ser deste programa, apresento dados de 2020 a 2024 como forma de debater um exemplo de iniciativa que pode expandir para outros PPGs. Dessa maneira, nesta seção, está o panorama da pós-graduação da UFPA.

2.1 As lutas para acessar a universidade e para concluir

Apesar dos avanços, os estudantes indígenas ainda enfrentam diversos desafios na UFPA. Entre os principais obstáculos estão: (a) **Racismo institucional:** Manifestações de discriminação por parte de colegas e professores, além de uma burocracia excessiva que dificulta o acesso a documentos e processos acadêmicos; (b) **Dificuldades financeiras:** Muitos estudantes indígenas vêm de contextos econômicos desfavorecidos, o que torna a permanência

na universidade um desafio constante; (c) **Falta de suporte institucional:** Embora haja iniciativas de apoio, a adesão por parte da administração e do corpo docente nem sempre é suficiente para atender às necessidades específicas desses alunos (Cardoso e Oliveira, 2021).

Para superar esses desafios, os estudantes indígenas são organizados em centros acadêmicos e associações, como a APYEUFPA. Essa organização coletiva tem sido crucial para a defesa de seus direitos e para a promoção de um ambiente mais inclusivo. Além disso, a participação em projetos acadêmicos e a criação de espaços de diálogo com a administração da universidade contribuem para a melhoria das condições de permanência. A utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) também tem sido um fator importante. A conectividade proporcionada pelas redes sociais permite que os estudantes compartilhem experiências e estratégias, fortalecendo a luta por direitos e a construção de uma identidade coletiva.

Nesse contexto, perguntei aos colegas interlocutores e interlocutoras acerca de uma percepção que tive durante meus anos de pesquisa, pois me parece que existe uma dissolução das diferenças destes estudantes em torno da figura universal do “indígena”. Conforme apontei na introdução, as considerações sobre identidade contrastiva (Oliveira, 1976) expressam uma relação contraditória entre a universidade para com os indígenas estudantes. Sobre esse tema, apresentei aos interlocutores e às interlocutoras esta inquietação.

Nossa, esse ponto três é uma observação muito válida, sabe? Que a gente bate na tecla o tempo todo na universidade, porque ela não entende que, nesse âmbito nacional aí, a gente é mais de 305 povos. Inclusive, o IBGE já atualizou essa questão também, e cada povo tem sua especificidade, sua realidade, seu modo de trabalho, suas questões específicas, culturais, né? E a UFPA quebra essa barreira, de que os estudantes indígenas estão na mesma realidade, tem o mesmo contexto histórico, mas a realidade é muito diferente, né? A gente somos mais de 270 línguas, acredito, não me recordo a memória, e a UFPA quebra isso, sabe? De não entender que são vários povos de realidades diferentes, que, inclusive, no nosso processo seletivo a gente trabalha em cima de que existe essa divisão de avaliação de documento por território ou por região, porque, por eu ser indígena, eu não conheço a região do outro parente, né? É uma realidade totalmente diferente. Então, é, a gente precisa que exista essa compreensão, sabe, de sermos de realidades diferentes. Então, é uma impressão muito verdadeira, sabe, que a gente luta diariamente, sim, que a gente seja enxergado de várias realidades, porque UFPA não dá esse espaço, não tem esse espaço, ela não dialoga como deveria ser, mas é uma impressão muito verdadeira (Joxanti, 2026).

Embora os avanços sejam significativos, os obstáculos persistem, exigindo um compromisso contínuo das instituições de ensino. A luta por uma educação mais inclusiva e equitativa é um reflexo das demandas históricas dos povos indígenas e deve ser uma prioridade nas agendas políticas e acadêmicas. O fortalecimento das políticas de ação afirmativa e a promoção de um ambiente universitário que respeite e valorize a diversidade são essenciais

para garantir que os estudantes indígenas não ingressem apenas nas universidades, mas também tenham sucesso em sua trajetória acadêmica (Cardoso e Oliveira, 2020).

Além disso, Fernandes (2018) aborda a temática do protagonismo indígena no contexto da luta pelo acesso à educação superior no Brasil, especialmente em universidades públicas. O autor traz à tona a importância das narrativas indígenas e das ações afirmativas, destacando como estas têm sido fundamentais para a conquista dos direitos educacionais. Através de uma análise crítica, o texto propõe uma reflexão sobre a marginalização histórica dos povos indígenas e a necessidade de descolonização do conhecimento, enfatizando a relevância de suas vozes na construção de um futuro mais inclusivo. O autor destaca a importância de valorizar as experiências e narrativas das lideranças e discentes indígenas, que enfrentam desafios significativos para garantir seu direito à educação superior.

No desenvolvimento do texto, Fernandes (2018) explora as diversas formas de resistência e articulação dos povos indígenas na busca por educação. Menciona a relevância das ações afirmativas, que possibilitam o ingresso de indígenas nas universidades, e critica a visão etnocêntrica que, historicamente, tem sido dominada pelas políticas educacionais. A narrativa é enriquecida por relatos de lideranças indígenas que enfatizam a necessidade de uma formação superior como um meio de alcançar a autonomia e a autodeterminação. Um ponto crucial abordado é a distinção entre o protagonismo indígena e a dependência histórica em relação às estruturas de poder externo. O autor argumenta que o protagonismo implica uma superação dessa condição de subordinação, permitindo que os indígenas falem por si mesmos e definam suas prioridades. Essa perspectiva é fundamental para entender como os povos indígenas estão se apropriando do espaço acadêmico para promover mudanças significativas em suas realidades.

Uma análise das políticas públicas e das ações afirmativas revela um panorama de conquistas e desafios. O autor menciona que, apesar dos avanços legais, o abandono e o descaso por parte do Estado ainda são evidentes. Essa contradição entre conquistas formais e a realidade vivida pelas comunidades é um tema recorrente, que exige uma reflexão profunda sobre a eficácia das políticas públicas. Outro aspecto importante discutido é a relação entre educação e identidade. O autor argumenta que a formação acadêmica não deve ser vista apenas como um meio de ascensão social, mas também como uma ferramenta para a preservação e valorização dos saberes tradicionais. Dessa forma, a educação superior se torna um espaço de resistência, no qual os indígenas podem reafirmar suas identidades e contribuir para a diversidade do conhecimento.

A obra também destaca a importância da colaboração entre indígenas e não indígenas na luta por direitos, em que a mobilização conjunta é crucial para a conquista de espaços dentro e fora da academia. Essas narrativas pessoais conferem uma dimensão humana à discussão, mostrando que por trás das estatísticas e políticas existem histórias de vida e resistência.

Crítico da metodologia tradicional, Machado (2020) inicia sua análise destacando que a antropologia, influenciada pelo positivismo, consolidou uma metodologia que prioriza a objetividade e a neutralidade. Essa abordagem, segundo o autor, resulta da construção de um conhecimento que, frequentemente, ignora as vozes dos interlocutores, tratando-os como "coisas" a serem estudadas. O autor menciona que essa tradição gera um "exotismo negativo", em que os nativos são apresentados como figuras do passado, sem considerar suas realidades contemporâneas e suas reivindicações (Machado, 2020). Durante um movimento por melhorias nas condições de acesso à educação superior na UNIFAP, os indígenas expressaram a necessidade de romper com o olhar colonizador dos pesquisadores. Essa demanda revela uma consciência crítica sobre a forma como a pesquisa antropológica tem sido conduzida e um desejo de participar ativamente na construção do conhecimento que lhes diz respeito.

Em resposta às críticas à metodologia tradicional, Machado (2020) propõe a construção de uma antropologia colaborativa, que se baseie na intersubjetividade e no respeito às epistemologias locais. Ele defende que a pesquisa deve ser realizada em conjunto com os povos treinados, respeitando suas vozes e experiências. Essa abordagem não apenas enriquece o conhecimento produzido, mas também promove um espaço de diálogo e respeito mútuo entre pesquisadores e interlocutores.

2.2 Pós-graduação em debate: continuidade nos estudos para indígenas e quilombolas

Acessar a pós-graduação é um passo importante tomado pelos estudantes que concluíram a graduação. Representa uma oportunidade de aprimoramento dos aprendizados de pesquisa, a qual é uma das excelências para formação de profissionais que atuarão em diversos ramos. No entanto, a realidade de quem acessa a pós-graduação é extremamente desigual. Apenas em 2023 foi assegurada política de cotas para cursos de mestrado e doutorado com a lei federal n.º 14.723. Anteriormente, havia a portaria normativa n.º 13, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Educação, a qual induzia a criação de grupos de trabalho para realizar propostas para continuidade de ações afirmativas, tais como ocorreram na graduação, mas foi revogada em 16 de junho de 2020. Na ocasião, as IFES teriam “o prazo de noventa dias para

apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas” (Brasil, 2016, p. 01).

Conforme os estudos sobre o perfil da universidade anteriormente às cotas raciais, o acesso das pessoas negras era extremamente reduzido, não havia uma política de ingresso considerável desse perfil de estudante. Nessa mesma lógica, na última década, as vagas nos cursos de pós-graduação aumentaram, porém, não havia essa cautela de diversificar os ingressantes que dariam continuidade à formação iniciada na graduação. Logo, por essa mesma lógica, os programas de pós-graduação recebiam poucos estudantes negros e indígenas, o que também é um reflexo do perfil de docentes das IES brasileiras, os quais são majoritariamente brancos e brancas.

Nesse contexto, iniciativas que visam o reparo de desigualdades são extremamente necessárias para o aprimoramento dessas políticas públicas. Assim, em 2020, o PPGSA/UFPA iniciou processo seletivo diferenciado para que indígenas e quilombolas pudessem continuar sua formação nos cursos de Antropologia ou de Sociologia, oferecidos pelo programa, o qual se chama PSIQ. Durante a escrita deste texto, o PPGSA estava realizando a seleção para a turma de 2025, cuja disponibilidade de vagas se dava com seis vagas para o mestrado e duas vagas para o doutorado – ambas divididas igualmente para quilombolas e indígenas. O edital do programa prevê o diálogo permanente com as associações de estudantes indígenas e quilombolas para realização da seleção de estudantes, a qual prioriza a oralidade, o conhecimento e a experiência desses discentes.

Eu fiz toda minha pós-graduação na Universidade Federal do Pará dentro desse programa, que é o PPGSA. Comecei ali em 2019 o mestrado. Finalizei o mestrado em 2021. Iniciei o doutorado em 2022, venho concluindo ele agora em 2026. Quando eu entrei no mestrado, não existia o processo seletivo indígena e quilombola dentro do meu programa. E quando eu entrei no doutorado, eu participei do processo seletivo de ampla concorrência e, quando eu tava... não recordo agora se eu tava no meio do processo ou quando eu tinha finalizado ele, mas quando ele já estava bastante encaminhado, teve início o processo seletivo especial indígena e quilombola. Então, eu não vivenciei, de forma a entrar por meio dele, mas acompanhei todo esse processo junto aos parentes quilombolas por um longo período, inclusive participando de reuniões do programa, representando a associação dos povos indígenas estudantes da Universidade Federal do Pará, que é a APYEUFPA. Representando em alguns momentos como consultora... assessora, na verdade, da associação. E, em outros momentos, como conselho fiscal. Então, a gente acompanha esse processo e há muito tempo a gente discute o quanto é importante que tenham os processos seletivos especiais em todas as pós-graduações, não somente o de Antropologia. Então, sem dúvidas, existir esse edital é um processo histórico importante, é uma demanda nossa (Ana Manoela, 2026).

O relato de Ana Manoela Karipuna, discente do PPGSA, coloca a importância de haver seleções específicas para indígenas. Esse método de seleção, em nível de pós-graduação, foi inaugurado na Sociologia e na Antropologia. Apenas o PPGSA e o Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia possuem edital próprio para seleção diferenciada para ações afirmativas. Dessa forma, esse tópico se localiza nesse momento de levantamento e análise de dados sobre esse processo seletivo que já perdura cinco editais entre os anos de 2020 e 2024, o que futuramente precisará de mais estudos que possam aprimorar as observações da eficácia. O levantamento dos dados desses estudantes foi solicitado à secretaria do PPGSA, a qual demonstrou possuir preocupação com esse mapeamento, uma vez que a resposta ao pedido foi rápida. Dessa maneira, os apontamentos encontram-se discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 1 - Ingressos no PPGSA, área de concentração e nível de ensino entre 2020 e 2024

ANO DE INGRESSO	MESTRADO				DOUTORADO				TOTAL DE INGRESSOS POR ANO
	Antropologia		Sociologia		Antropologia		Sociologia		
	Indígena	Quilombola	Indígena	Quilombola	Indígena	Quilombola	Indígena	Quilombola	
2020	-	05	-	01	-	-	-	-	06
2021	02	04	-	-	-	-	-	-	06
2022	-	03	-	01	01	02	-	-	07
2023	-	01	-	-	01	01	-	-	03
2024	02	02	-	-	-	03	-	01	08

Fonte: Tabela construída pelo autor conforme dados fornecidos pela secretaria do PPGSA/UFPA.

De acordo com a Tabela 01, é possível perceber um avanço ao longo dos editais oferecidos pelo programa. Em todos os anos são disponibilizadas oito vagas para concorrência, divididas igualmente para indígenas e quilombolas, porém é possível haver remanejamento caso não sejam preenchidas (as vagas para indígenas podem ir para quilombolas, e vice-versa). Vale ressaltar a preferência pela Antropologia pelos estudantes que buscam o programa. Uma das possibilidades para justificar essa opção pode ser a maior abrangência que a área escolhida possa responder às demandas da comunidade pela qual é motivadora para o ingresso dos estudantes. Outra observação interessante é o ingresso efetivo de quilombolas no PPGSA. Em todos os anos em que o edital foi ofertado, houve, no mínimo, um estudante quilombola nas turmas novas de mestrado. O ingresso de doutorandos ainda possui baixa oferta.

Tabela 2 - Situação dos estudantes referente aos cursos entre os anos 2020 e 2024

SITUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL GERAL
Concluído	05	-	05
Cursando	13	08	21
Desistiu	02	01	03
Desligado	01	-	01
TOTAL GERAL	21	09	30

Fonte: Tabela construída pelo autor conforme dados fornecidos pela secretaria do PPGSA/UFPA.

Embora os dados brutos apontem que nesses cinco anos houve 30 estudantes que acessaram o PPGSA, houve desistência de vaga, desligamento e conclusão dos cursos. Na Tabela 02, está discriminado o perfil dos ingressantes entre indígenas e quilombolas que acessaram o programa nesses cinco anos, bem como a situação do curso até o momento da escrita deste texto.

Conforme a Tabela 02, fica evidente que 70% dos estudantes que ingressaram no PPGSA estão em andamento no mestrado e no doutorado, isto é, 21 estudantes. Os dados apontam três desistentes, isto é, 10% apenas, um percentual baixo – vale ressaltar que, desses três estudantes que desistiram, dois (um mestrado, um doutorado) foram do processo seletivo de 2024 e não chegaram a cursar o programa; a terceira pessoa passou pelo PSIQ para o mestrado, mas já havia concluído esta etapa e seguiu direto para o doutorado. Já dos estudantes que concluíram o curso, os dados ressaltam que todos são do mestrado. Três estudantes finalizaram as dissertações em 2024 (anos de ingresso: 2021 e 2022), uma estudante finalizou os estudos em 2023 (ano de ingresso: 2020) e um estudante finalizou em 2022 (ano de ingresso: 2020). Todos os mestres e todas as mestras do programa são quilombolas, sendo que quatro são da antropologia e um é da sociologia, e todos os temas da dissertação foram voltados para os interesses da comunidade, conforme se observa no quadro a seguir.

Quadro 3 - Dissertações defendidas no PPGSA por estudantes oriundos do PSIQ

AUTORIA	OBRA	ANO DE DEFESA	TIPO DE PRODUÇÃO	ORIENTAÇÃO
Adrian Kethen Picanço Barbosa	Os tambores da África reverberam aqui: o Projeto Batuque como prática decolonial na Comunidade Quilombola de São Pedro dos Bois – AP	2022	Dissertação	Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto
Andrea Cardoso e Cardoso	Quilombola e Pentecostal: a construção de um diálogo na comunidade Moju Miri (Pa)	2023	Dissertação	Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto
Manoel Machado Ribeiro Filho	QUANDO O PESQUISADOR E O SUJEITO DA PESQUISA SÃO UM: Reflexividade Quilombola sobre Pesca, Conflito e Disputa na RESEX Ipaú-Anilzinho e TQ de Joana Peres (PA)	2024	Dissertação	Voyner Ravena Cañete
Ruth Cardoso Lima	Nosso Território, Nossas Regras! A Construção do Protocolo de Consulta como Instrumento Pedagógico e de Defesa do modo de vida no Território Quilombola de Moju Miri, Pará	2024	Dissertação	Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto
Domingos do Carmo Ferreira Ribeiro	“Só falta chegar a hora do puxo”: os saberes das parteiras - tradicionais em uma comunidade	2024	Dissertação	Luciana Gonçalves de Carvalho

AUTORIA	OBRA	ANO DE DEFESA	TIPO DE PRODUÇÃO	ORIENTAÇÃO
	Quilombola na Amazônia Paraense			

Fonte: Quadro construído pelo autor conforme dados fornecidos pela secretaria do PPGSA/UFPA.

Percebe-se a preocupação das obras em tratar sobre a própria realidade e tornar os estudos realizados no programa como mecanismo de apropriação, cujo retorno é completamente voltado para a comunidade. As obras listadas na figura acima são construções coletivas e recebem atenção especial dos autores e das autoras de docentes comprometidos com as demandas dos estudantes que ingressam pelo PSIQ. Nesse sentido, outro dado interessante fornecido pela secretaria do PPGSA remete-se aos orientadores e às orientadoras que acompanham os estudantes ingressantes do PSIQ.

Quadro 4 - Divisão de orientação dos estudantes oriundos do PSIQ entre 2020 e 2024

ORIENTAÇÃO	INDÍGENAS	QUILOMBOLAS	NÍVEL DE ENSINO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
Carlos Potiara Ramos de Castro	-	01	01 mestrado	Antropologia
Claudia Leonor López Garcés	01	-	01 mestrado	Antropologia
Daniela Ribeiro de Oliveira	-	01	01 mestrado	Antropologia
Denise Machado Cardoso	01	04	03 mestrados; 02 doutorados	Antropologia
Edna Maria Ramos de Castro	01	-	01 mestrado	Antropologia
Luciana Gonçalves de Carvalho	-	02	01 mestrado; 01 doutorado	Sociologia e Antropologia
Manoel Ribeiro de Moraes Junior	01	-	01 mestrado	Antropologia
Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto	02	08	07 mestrados; 03 doutorados	Sociologia e Antropologia
Taíssa Tavernard de Luca	01	-	01 mestrado	Antropologia
Voyner Ravena Cañete	-	05	03 mestrados; 02 doutorados	Antropologia

Fonte: Quadro construído pelo autor conforme dados fornecidos pela secretaria do PPGSA/UFPA.

Os dados do quadro 03 nos mostram quem são os orientadores e orientadoras mais procurados pelos estudantes no momento da escolha de orientação. Esses números referem-se a estudantes que estão ainda ativos no programa, que já concluíram os cursos e que, eventualmente, desistiram ou foram desligados. Isto é, esses dados abrangem todas as pessoas

que passaram pelo edital durante os cinco anos de PSIQ. Uma curiosidade dos dados levantados é que uma estudante do ano de 2024, até o momento da escrita deste texto, ainda não possui orientação, de acordo com os dados disponibilizados pela secretaria do PPGSA/UFPA.

Dentre as opções, destaca-se o Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto, o qual orientou (e ainda orienta) 10 estudantes indígenas e quilombolas ao longo dos cinco editais concorridos publicamente. Vale salientar que, de acordo com o quadro 02, o professor Rodrigo Peixoto orientou três dissertações concluídas de estudantes quilombolas. Uma indígena estudante (ingressa em 2021), orientada pelo professor Rodrigo, desistiu do mestrado em 2022, pois já havia concluído e foi direto para o doutorado. Atualmente, o docente mencionado possui seis orientandos ingressos pelo PSIQ.

Evidenciam-se as orientações das professoras doutoras Denise Machado Cardoso e Voyner Ravena Cañete, as quais possuem cinco orientandos e orientandas cada uma. A Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso orienta três colegas quilombolas (um doutorando, dois mestrandos), uma mestranda quilombola e uma indígena doutoranda – todas essas pessoas ainda estão cursando. Já a Prof.^a Dr.^a Voyner Ravena Cañete é responsável pela formação de quatro discentes quilombolas, sendo um mestrando e uma mestranda, e um doutorando e uma doutoranda. Conforme é possível visualizar no quadro 02, a professora Voyner Cañete orientou uma dissertação concluída em 2024. Portanto, hodiernamente, a docente mencionada orienta três estudantes oriundos do PSIQ.

Uma válida ressalva nos dados levantados do quadro 02 refere-se ao orientando do Prof. Dr. Manoel Ribeiro de Moraes Junior, o qual foi desligado do PPGSA em 2022. O docente supracitado possuía apenas um orientando de mestrado advindo do PSIQ, porém, atualmente, de acordo com os dados da secretaria do PPGSA, não orienta nenhum discente do PSIQ.

É interessante observar a figura 11 acerca dos e das estudantes que são bolsistas do programa. Esse tema acompanha as ações afirmativas no que diz respeito às condições oferecidas pelo programa, para que os estudantes que ingressam na pós-graduação em sociologia e antropologia possam concluir os cursos, minimamente, com garantias para custear os gastos da pesquisa.

Quadro 5 - Quantidade de estudantes amparados com bolsa de incentivo à pesquisa

MESTRADO		DOUTORADO	
Indígena	Quilombola	Indígena	Quilombola

03	14	02	06
----	----	----	----

Fonte: Quadro construído pelo autor conforme dados fornecidos pela secretaria do PPGSA/UFPA.

Conforme é possível observar no quadro 04, o PPGSA/UFPA cumpre este requisito importante para a permanência do público-alvo desta política pública. Ao todo, 25 estudantes tiveram ou têm bolsa de incentivo à pesquisa, para que possam realizar seus estudos com qualidade. De acordo com os dados da secretaria do PPGSA, os financiadores das bolsas são a CAPES, a FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas) e o CNPQ. Inclusive, a estudante desistente, que foi orientada pelo professor Rodrigo Peixoto, recebia bolsa. Todas as pessoas que já defenderam dissertações no PPGSA/UFPA receberam bolsas de estudo. Dos 21 estudantes que possuem matrícula ativa no programa, apenas dois estudantes (ambos de 2021 e do mestrado) não possuem bolsa de estudos.

Esse compromisso assumido pelo PPGSA constitui um dos pilares para que se avance nas políticas de ações afirmativas para a pós-graduação na UFPA. Garantias financeiras para que os estudantes se dediquem, exclusivamente, aos estudos são essenciais para a conclusão.

2.2.1 Percepções sobre essa iniciativa no PPGSA

Este trabalho possui um potencial para contribuir com a comunidade acadêmica, sobretudo da UFPA, no que se refere às iniciativas adotadas pelas instituições para garantir a inclusão de populações indígenas em programas de pós-graduação. Conforme exposto a partir das tabelas, percebe-se que o número de ingressantes indígenas ainda é baixo. Essa afirmativa pode ser encarada a partir de algumas perspectivas: é interessante para os indígenas estudantes acessarem o PPGSA? A demanda do programa consegue responder às urgências desse público? Existe algum empecilho para que os indígenas acessem? Esses são questionamentos que apenas os dados quantitativos não conseguem compreender e, portanto, necessita-se continuar este estudo para buscar uma justificativa para estes dados apresentados.

A conversa com Ana Manoela Karipuna desenha alguns indícios de respostas sobre caminhos possíveis de serem trilhados pelo PPGSA para aprimorar o alcance do edital diferenciado para quilombolas e indígenas, sobretudo em pensar mecanismos para que o público de indígenas estudantes possa ser maior nas seleções seguintes. Dessa maneira, Ana reflete importantes questionamentos.

Atualmente, eu acho que, desde o ano passado, eu não acompanho essas reuniões do processo seletivo especial indígena e quilombola. Como eu falei, eu acompanhei por muito tempo, mas desde o ano passado, não. Mesmo porque foi uma questão de que eu saí da última gestão da associação. Então outros parentes assumiram esse papel de acompanhar e com certeza estão acompanhando com muito cuidado. Mas eu também fico preocupada, porque a gente tem as nossas vagas de discentes indígenas pro ingresso, mas muitas vezes o edital, ele não chega até os territórios, né? E aí acaba que as vagas são convertidas a outros grupos sociais. Então, hoje, na pós-graduação que eu estou, tem alguns parentes, mas nem sempre todas essas vagas elas são supridas, né? Então, tem que ser uma força tarefa também de nós, como representante dos nossos povos aqui, levar esse edital pra dentro do território, né? Se disponibilizar a ajudar os parentes também, né? Incentivar a tentarem o mestrado, o doutorado, mas é difícil incentivar, né? Quando a gente tá num programa aqui que, muitas vezes, não debate a temática indígena. Eu sinto muita falta de a gente ter um professor ou uma professora indígena dentro do programa, principalmente porque agora a gente está terminando a pós, as nossas pós-graduação. Então, a gente sabe que tem pessoas que já estão formadas no doutorado há muito tempo e que poderiam estar ocupando esse espaço. Então, eu lembro que eu não tinha disciplinas muito voltadas pra etnologia indígena que eu ia buscar em outros programas ou ia por conta própria mesmo, ler o que as pesquisadoras indígenas e não indígenas estavam escrevendo sobre nós, né? No Brasil e no mundo dentro do campo da Antropologia (Ana Manoela, 2026).

Quanto ao número de quilombolas, observa-se a quantidade significativa desses estudantes no PPGSA, sobretudo pelo fator determinante de que os quilombolas acessam mais a UFPA. Conforme a seleção do PSE na graduação, são reservadas duas vagas para cada curso de graduação. Os estudantes quilombolas, dificilmente, deixam de ocupar essas vagas ofertadas pela universidade. Proporcionalmente, estudantes quilombolas estão em mais cursos de graduação. Nesse sentido, os colegas quilombolas entram todos os anos no PPGSA, estão conseguindo dar andamento nas pesquisas realizadas e conseguindo defender seus trabalhos. No entanto, comum aos indígenas e quilombolas, é necessário avançar no ingresso desses estudantes no doutorado. Apenas dois estudantes indígenas adentraram no PPGSA ao longo dos cinco anos, enquanto que são sete quilombolas doutorandos no programa.

A gente acompanha esse processo e há muito tempo a gente discute o quanto é importante que tenha os processos seletivos especiais em todas as pós-graduações, não somente o de Antropologia. Então, sem dúvidas, existir esse edital é um processo histórico importante, é uma demanda nossa. Só que é uma demanda que ela não deve ser suprida somente no ingresso, né? Porque se ingressa, mas é necessário ter todo um acompanhamento, todo um diálogo com o discente pra entender quais são as necessidades do discente dentro do curso. Então, por exemplo, já teve casos de parentes nossos que desistiu da pós-graduação por questões de demandas dentro do território; por algum motivo, teve que se afastar, como foi o caso de uma liderança minha. Então, estar constantemente em diálogo com esse discente pra entender por que ele não pôde continuar no curso ou por que ele não quer continuar, quais são as necessidades. Eu já vi, dentro do programa, situação de mãe indígena que tinha que trabalhar ao mesmo tempo que estudava, porque o programa não oferecia acesso à bolsa. Ela tinha que dar de comer pros filhos dela, tinha que pagar as necessidades dos filhos. Trazer o que era necessário pra dentro de casa. Então, isso é muito pesado. Qual o impacto psicológico, também, que tá numa pós-graduação traz pra essas parentes indígenas? Que tão na linha de frente de situações de extrema violência

dentro do território e também que são mães e são arrimo de família. Então, eu acho que falta do programa todo esse acompanhamento. Teve uma época, acho que tem mais ou menos um ano, a gente fez um seminário discente e falamos as nossas necessidades ali dentro, mas eu acho que isso não pode acontecer uma vez no ano e parar, sabe? Deveria ser algo constante (Ana Manoela, 2026).

A fala de Ana Manoela expressa que alguns desafios enfrentados na pós-graduação não são muito distantes do que indígenas graduandos e graduandas enfrentam. Portanto, as ações afirmativas são extremamente importantes para diversificar o ensino superior no Brasil, mas, tão fundamental quanto, é a existência de medidas que garantam a permanência. Essa iniciativa acertada possui amparo nas legislações mencionadas ao longo do texto, porém necessita de discussão e diálogo constantes para aprimoramento, como o seminário do PSE, que ocorre anualmente na graduação em consonância com os indígenas e quilombolas.

Destarte, a Ana Manoela apresenta um mecanismo de articulação para se pensar alternativas para fortalecer relações entre o público favorecido pelas políticas públicas de ações afirmativas, com foco em indígenas estudantes. A ideia de organizar meios institucionais para proporcionar espaços de debates e de deliberação a este público.

Recentemente, eu conversei com uma parenta da UFAM e ela me falou que lá existe um colegiado indígena da pós-graduação de Antropologia. Então, por que não ter um colegiado indígena também dentro do nosso programa? Ou então que uma os indígenas de diferentes programas? O processo seletivo do mestrado até o doutorado, pra mim, foi muito dolorido, mas ao mesmo tempo foi um momento em que eu me apropriei de pesquisas que foram feitas pelos meus parentes indígenas, de diferentes povos. Foi o momento em que eu conversei com as mulheres. Como eu pesquiso com mulheres, eu conversei com mulheres de diferentes gerações no meu território. Então, pra mim, assim, o que foi bom da minha pós-graduação foi esse momento que eu estive com meus parentes, porque o impacto psicológico de ter que lidar com tantas coisas, é muito forte dentro da pós-graduação, principalmente pra nós que somos estudantes indígenas. Então, sim, sem dúvidas o edital, ele colabora, mas é um problema até que a gente enfrenta na graduação: ele coloca o indígena dentro da universidade, mas como fazer o acompanhamento desse indígena? Principalmente porque tem parentes que entram e não têm o domínio da língua portuguesa, porque a língua portuguesa, pra gente... e pra muitos povos, é uma língua estrangeira. É uma segunda língua. Então, o processo seletivo, ele supre as necessidades até um certo ponto, mas ele tem que se aperfeiçoar bastante e esses aperfeiçoamentos só vai se manter se tiver o diálogo constante entre os discentes e as coordenações. E as coordenações têm que estar abertas a esse diálogo (Ana Manoela, 2026).

Dentre as contribuições desta dissertação, cujas ideias são fomentadas não apenas por mim, mas a partir da bibliografia e das conversas com colegas interlocutores e interlocutoras, essa sugestão da Ana Manoela me recordou uma avaliação de trabalho que apresentei em um evento na Universidade Católica Dom Bosco, o IX Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: etnocídio e as estratégias de resistência, em que uma professora avaliadora (infelizmente, o evento foi em 2021; não me recordo o nome desta docente) propôs a

organização de observatórios em instituições públicas de ensino superior para acompanhar, avaliar e ser uma referência a respeito do tema de ações afirmativas. Essas propostas são alternativas a serem elaboradas dentro das universidades.

2.3 Panorama das Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação da UFPA

O avanço das ações afirmativas na UFPA refletiu políticas importantes a serem exemplos nos programas de pós-graduação, objeto de discussão neste tópico da dissertação. Semelhante ao movimento para garantir acesso aos cursos de graduação, o mesmo movimento reflete o início de um debate nos PPGs.

Com o objetivo de compreender como a política de reserva de vagas se expressa nos PPGs, realizei um levantamento manual no site¹⁵ da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará. Para chegar aos resultados expressos no quadro 05, acessei todos os sites dos PPGs que constam no item “Mestrados e Doutorados” na plataforma da PROPESP. A maioria dos programas possui sites padronizados, com itens de acesso aos editais públicos de seleção. As informações são fruto de leitura minuciosa das seleções mais recentes – destaque que alguns programas podem ter divulgado edital após o período das investigações, mas priorizei realizar esta etapa próximo ao fim do ano¹⁶.

Ressalto que, no entanto, a informação sobre a disponibilização do dado sobre oferta de reserva de vagas para ações afirmativas aconteceu de duas maneiras: (1) análise dos editais até encontrar o primeiro que ofertou reserva de vagas (em alguns casos, cito que são para o Programa de Apoio à Qualificação de Servidores Docentes e Técnico-Administrativos – PADT ou para ações afirmativas – ou os dois ao mesmo tempo); (2) ligações diretas por telefone ou e-mails enviados para a coordenação do programa que não conseguiu a informação por meio virtual¹⁷. Nesse sentido, antecipo uma crítica importante: em um contexto geral, os sites dos PPGs da UFPA estão desatualizados, o que dificulta acesso a informações importantes.

Não menos importante, friso que os dados do quadro 05 são reflexo da atualização (ou não) do site da PROPESP. De acordo com a plataforma, os dados disponíveis são de dezembro de 2024. Caso haja novos programas de pós-graduação, responsabilizo-me em retificar este diagnóstico em torno desse panorama destas subunidades da UFPA.

¹⁵ Disponível para acesso em: <https://www.propesp.ufpa.br/index.php/mestrado-e-doutorados>.

¹⁶ Esta etapa da pesquisa foi realizada entre os dias 03 de novembro de 2025 e 22 de novembro de 2025.

¹⁷ Nestes casos, aponto essa necessidade nas observações da Tabela 03.

Quadro 6 - Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Matemática em Rede Nacional	Campus Abaetetuba	Mestrado Profissional	20	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para ações afirmativas a critério de cada instituição associada.	2011 (campus Abaetetuba adere em 2018)	2016 - Todos os editais disponibilizaram opção de reserva de vagas a critério de cada instituição associada, <u>porém a UFPA, por opção própria, não aderiu. Sem oferta.</u>	Programa em rede. Cooperação nacional entre as seguintes instituições: UFAC, UFAL, UEA, UNIFAP, UFOB, UFRB, UEFS, UESC, UNIVASF, UFBA, UESB, UFC, UFCA, URCA, UNILAB, UnB, UFES, UFCAT, UFG, UFJ, UFMA, UEMA, UNIFAL, CEFET-MG, UFV, UFJF, UFLA, UFSJ, UFOP, UFVJM, UFTM, UFU, UFMS, UFGD, UEMS, UNEMAT, UFMT, UFR, UFPA, UFOPA, UEPB, UFCG, UFPB, UFRPE, IFPI, UESPI, UFPI, UNIOESTE, UTFPR, UFPR, UEL, UEM, UEPG, UENF, UFF, UERJ, Colégio Pedro II (RJ), PUC-Rio, UFRJ, UFRRJ, UFERSA, UFRN, UNIR, UFRR, UNIPAMPA, IFRS, FURG, UFSM, UFSC, UFFS, UDESC, UFS, UNESP, UNICAMP, UNIFESP, USP, UFABC, UFSCAR, IFSP e UFT. O programa é coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática. Analisei o edital n. 21, publicado em 15 de agosto de 2025. Disponível em: https://profmatabaete.ufpa.br/ . Acesso em: 22 nov. 2025.
Cidades, Territórios, Identidades e Educação	Campus Abaetetuba	Mestrado Acadêmico	37	06 - 01 para pessoa negra; 01 para pessoa com deficiência; 01 para pessoa autodeclarada transexual, travesti, não-binária ou transgênera; 01 para quilombola; 01	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para ações afirmativas.	2017	A primeira oferta foi com o <u>edital n. 06/2017, para formar a turma de 2018.</u>	Analisei o edital n. 05/2025. Disponível em: http://ppgcite.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 03 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				para indígena; 01 para PADT.				
Biodiversidade e Conservação	Campus Altamira	Mestrado Acadêmico	19	05 - 04 para indígenas, quilombolas ou pessoas negras; 01 para pessoa com deficiência.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para ações afirmativas.	2014	2021	Analisei o edital n. 01/2025. Disponível em: http://ppgbc.propesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 03 nov. 2025.
Educação Escolar Indígena	Campus Altamira	Mestrado Profissional	20	Sem reserva de vagas; o programa é para indígenas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas para ações afirmativas.	2019	Sem oferta	Programa em rede. Cooperação estadual entre as seguintes instituições: UEPA, UNIFESSPA, UFOPA e UFPA. O programa é exclusivo para indígenas que cursaram licenciaturas. O programa é coordenado pela UEPA. Analisei o edital n. 056/2025. Disponível em: https://propesp.uempa.br/ppgeei/index.php/sobre/ . Acesso em: 03 nov. 2025.
Estudos em Etnodiversidade	Campus Altamira	Mestrado Acadêmico	18	18 - 10 para Grupo A: quilombolas, camponesas(es), extrativistas e membros de outras comunidades tradicionais; 02 para Grupo B: indígenas; 03 para Grupo C: profissionais que atuam junto aos coletivos do Grupo A e Grupo B; 01 vaga para PCD que atue junto aos Grupos A e B; 02 para PADT que atuem junto aos Grupos A e B.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para ações afirmativas.	2024	2024	Analisei o edital n. 05/2025. Disponível em: https://www.ppgetno.propesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 03 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Educação e Culturas Inclusivas	Campus Altamira	Mestrado Acadêmico	18	09 - 02 indígenas, 02 PCD's, 02 pessoas negras, 01 pessoa quilombola e/ou ribeirinha e/ou extrativista/agricultor familiar/pescador, 01 pessoas trans (transexuais, transgêneros/as e travestis), 01 pessoa refugiado/a e imigrante humanitário.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para ações afirmativas.	2025	A primeira oferta foi com o <u>edital n. 01/2025, para formar a turma de 2026.</u>	Analisei o edital n. 01/2025. Disponível em: https://ppgeci.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 03 nov. 2025.
Ensino de Geografia	Campus Ananindeua	Mestrado Acadêmico	18	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas para ações afirmativas.	2021	Sem oferta	Programa em rede. Cooperação nacional entre as seguintes instituições: IFB, IFC, IFMG, IFPR, IFRO, UERJ, UERR, UFCG, UFGD, UFPA, UFPE, UFSM, UnB e URCA. Busquei os editais de seleção de todas estas instituições e constatei que <u>apenas a UFPA não reserva vagas, somente oferta em caráter de ampla concorrência.</u> Analisei o edital n. 04/2025. Disponível em: https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/profgeo . Acesso em: 03 nov. 2025.
Ensino de História	Campus Ananindeua	Mestrado Profissional e Doutorado Profissional	Mestrado: 30 Doutorado: 04	Mestrado: 12 - 09 pessoas negras; 03 para indígenas e quilombolas. Doutorado: 01 - pessoa autodeclarada negra, indígena ou quilombola.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para ações afirmativas.	2014 (a UFPA participa desde 2015)	2015	Programa em rede. Cooperação nacional entre as seguintes instituições: UFAC, UNIFAP, UNEB, UFC, URCA, UFG, UFMA, UFU, UEMS, UFMT, UFPA, UNIFESSPA, UFPB, UFPE, UESPI, UEM, UERJ, UNIRIO, UFRJ, UFF, UFRRJ, UERN, UFRN, UFRR, UFSM, UFRGS, UFSC, UFS, UNICAMP, UNIFESP, UFNT, UDESC, UNESPAR, UFPR e UPE. O programa é coordenado pela UFRJ. O site não apresenta as vagas reservadas em

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
								editais anteriores. O site não possui organização para disponibilizar estas informações; apenas em 2023, foi possível observar um início de oferta de cotas para todas as instituições. Analisei os editais de mestrado e doutorado para formar as turmas de 2026. Disponível em: https://site.profhistoria.com.br/ . Acesso em: 04 nov. 2025.
Ciência e Engenharia de Materiais	Campus Ananindeua	Mestrado Acadêmico	16	06 - candidatos/as da área biomédica; sem vagas reservadas para ações afirmativas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas para ações afirmativas.	2020	Sem oferta	Analisei o edital n. 01/2025. Disponível em: https://ppgcem.propesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 03 nov. 2025.
Linguagens e Saberes na Amazônia	Campus Bragança	Mestrado Acadêmico	6	06 - pessoas autodeclaradas/os indígenas; comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, costeiros-estuarinos, de pescadores artesanais e povos das florestas); pessoas trans (transexuais/transgêneros/travestis); pessoas com deficiência(s); originária de países africanos.	Edital específico para ações afirmativas.	2011	2020	Em anos anteriores, houve reserva de vagas em editais para ampla concorrência; foi ofertado edital específico para reserva de vagas com foco em ações afirmativas a partir de 2020. Analisei o edital n. 02/2025. Disponível em: http://ppls.propesp.ufpa.br/ . Acesso em 03 nov. 2025.
Matemática em Rede Nacional	Campus Bragança	Mestrado Profissional	15	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para ações afirmativas a	2011 (campus Bragança adere em 2018)	2016 - Todos os editais disponibilizaram opção de reserva de vagas a critério de cada instituição associada, <u>porém a UFPA, por opção própria, não aderiu.</u> Sem oferta.	Analisei o edital n.º 21/2025. Disponível em: https://profmatsbm.org.br/ingresso-2026/ . Acesso em: 22 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
					critério de cada instituição associada.			
Biologia Ambiental	Campus Bragança	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 03 Doutorado: 03	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas para ações afirmativas.	1999	Sem oferta	A análise baseou-se nos editais 06/2025 (doutorado) e 07/2025 (mestrado), os quais ofertam pequenas quantidades de vagas. No entanto, ao observar as notícias deste programa, percebi que editais anteriores apresentaram quantidades indeterminadas de vagas para mestrado e doutorado (ora 14, por exemplo, em uma seleção; em outra, ofertaram 06). Outrossim, este programa oferta mais de uma seleção para mestrado e doutorado ao longo do ano. Não ofertam reserva de vagas em nenhum dos editais publicizados. Disponível em: https://www.ppba.propesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 05 nov. 2025.
Estudos da Linguagem	Campus Cametá	Mestrado Acadêmico	27	13 - comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas e ribeirinhas; professores atuantes na educação básica; e pessoas transexuais e travestis; o programa possui duas linhas de pesquisa: "Discurso, Literatura(s) e Representações" e "Teorias e Práticas de linguagens", os quais ofertam vagas reservadas de acordo com a demanda de orientação de cada docente.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2024	2024	O primeiro edital (2024) reservou vagas apenas para comunidades tradicionais. Disponível em: https://ppgel.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 05 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Educação e Cultura	Campus Cametá	Mestrado Acadêmico	40	24 – 02 para pessoas que se autodeclararam negras; 05 para pessoas que se autodeclararam ribeirinhas ou quilombolas; pessoas que se autodeclararam indígenas; 01 para pessoa com deficiência (PcD); 06 vagas para PADT; 08 para pessoas que se enquadrarem na categoria Docente/Técnico/Apoio permanente da Educação Básica; 02 para pessoas Trans e Travestis; o programa possui duas linhas de pesquisa: "Culturas e Linguagens" e "Políticas e Sociedades", os quais ofertam vagas reservadas de acordo com a demanda de orientação de cada docente.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2014	2015	Único programa com reserva de vagas superior à ampla concorrência. Analisei o edital 04/2025. Disponível em: https://ppgeduc.proesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 05 nov. 2025.
Ciência Animal	Campus Castanhal	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 24 Doutorado: 15	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1999	Sem oferta	Disponível em: http://ppgcan.proesp.ufpa.br/ . Acesso em: 05 nov. 2025.
Estudos Antrópicos na Amazônia	Campus Castanhal	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 19 Doutorado: 15	03 - 02 vagas de doutorado para indígenas e quilombolas; 01 vaga de mestrado para PADT; Sem	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2017	2017	O edital é mal redigido, sem especificar quantas vagas foram reservadas; precisei somar cada oferta a caráter do docente para chegar à quantidade disponibilizada. Analisei o edital 001/2025. Disponível em:

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				reserva de vagas para Ações Afirmativas no Mestrado.				https://ppgeaa.propesp.ufpa.br/index.php/r/ . Acesso em: 05 nov. 2025.
Saúde Animal na Amazônia	Campus Castanhal	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado (Soure): 10 Mestrado (Castanhal): 23 Doutorado (Castanhal): 05	01 (Soure) - 01 vaga para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas; 03 (Castanhal) - 01 vaga para pessoa com deficiência; 02 vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas; Sem reserva de vagas para Ações Afirmativas no Doutorado.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2008	Não atenderam ligação nem responderam e-mail.	Analisei os editais para as turmas 2026/2 (Castanhal) e 2026/3 (Soure) em nível de mestrado. Este programa oferta vagas em fluxo contínuo para o doutorado, com disponibilização de editais complementares; analisei o edital de 2025. Disponível em: http://www.ppgsaam.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 05 nov. 2025.
Matemática em Rede Nacional	Campus Castanhal	Mestrado Profissional	15	Sem reserva de vagas	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para ações afirmativas a critério de cada instituição associada.	2011 (campus Castanhal adere em 2018)	2016 - Todos os editais disponibilizaram opção de reserva de vagas a critério de cada instituição associada, <u>porém a UFPA, por opção própria, não aderiu. Sem oferta.</u>	Analisei o edital n.º 21/2025. Disponível em: https://profmam-sbm.org.br/ingresso-2026/ . Acesso em: 22 nov. 2025.
Reprodução Animal na Amazônia	Campus Castanhal	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 23 Doutorado: 12	O edital estabelece 20% de vagas para a UFRA (mestrado: 4,6 vagas; doutorado: 2,4 vagas), mas não cita a UFPA.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2019	2025	Disponível em: https://reproamazon.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 05 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Engenharia de Barragem e Gestão Ambiental	Campus Tucuruí	Mestrado Profissional	24	04 - 02 vagas para PADT; 02 vagas para pessoas autodeclaradas indígenas e quilombolas ou para pessoas com deficiência;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2016	2023	O edital fala em autodeclaração para indígenas e quilombolas, porém solicita declaração de pertencimento étnico com reconhecimento de lideranças ou associação. Então, não se trata de autodeclaração. Analisei o edital 001/2025. Nem sempre a informação dos editais está apresentada diretamente; precisei checar a aba de notícias deste programa. Disponível em: http://pebga.proresp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.
Computação Aplicada	Campus Tucuruí	Mestrado Profissional	23	06 - 04 vagas para PADT; 02 vagas para pessoas autodeclaradas indígenas e quilombolas ou para pessoas com deficiência;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2016	2022	Analisei o edital 001/2025. Disponível em: http://ppca.proresp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.
Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento Energético	Campus Tucuruí	Mestrado Acadêmico	35	04 - 02 vagas para PADT; 02 vagas para pessoas autodeclaradas indígenas e quilombolas ou para pessoas com deficiência;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2016	2019	Analisei o edital 001/2024. O edital para formar a turma de 2026 ainda não foi disponibilizado. Disponível em: http://ppginde.proresp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.
Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior ¹⁸	NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA APLICADAS A ENSINO E EXTENSÃO (NITAE)	Mestrado Profissional e Doutorado Profissional	Mestrado: 20 Doutorado: 14	Mestrado: 08 - 04 vagas para PADT; 03 vagas para pessoas negras, indígenas e quilombolas; 01 vaga para PCD; Doutorado: 04 - 02 vagas para PADT; 01 vaga para pessoa negra, indígena ou quilombola; 01 vaga para PCD;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2017	2023	Disponível em: http://www.ppgcimes.proresp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.

¹⁸ A partir desta linha, todos os cursos listados são pós-graduações localizadas em Belém.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Neurociências e Biologia Celular	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 21 Doutorado: 18	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2004	Sem oferta	Para o mestrado, analisei o edital 002/2025; já no doutorado, analisei o edital 005/2024. O edital 003/2025 deste programa oferta 05 vagas exclusivas para PADT em nível de mestrado. Disponível em: http://pnbc.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.
Genética e Biologia Molecular	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 30 Doutorado: 60	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2001	Sem oferta	Analisei o edital 001/2025 em nível de mestrado; para o doutorado, analisei o edital 002/2025, o qual oferta 60 vagas em fluxo contínuo, ou seja, o programa pode ofertar editais durante o ano todo até preencher esta demanda. Disponível em: http://ppgbm.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.
Zoologia	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 12 Doutorado: 08	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1996	Sem oferta	Editais analisados: Edital 004/2024 para mestrado; o edital 001/2025 para doutorado não diz quantas vagas são ofertadas, pois depende da demanda dos docentes que ainda será divulgada; além deste mencionado, o edital 02/2021 (doutorado) é o mais recente que está acessível. Nenhum dos três editais ofertam reserva de vagas. Disponível em: http://ppgzool.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.
Biologia de Agentes Infeciosos e Parasitários	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 14 Doutorado: 30	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2004	Sem oferta	Editais analisados: 003/2025 (doutorado - seleção em fluxo contínuo); 04/2025 (mestrado). Disponível em: http://ppgbaip.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Ecologia Aquática e Pesca	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 22 Doutorado: 07	Mestrado: 01 - para candidatas(os) autodeclarados(as) negros(as) (preta ou parda, conforme a caracterização do IBGE); para candidatas(os) autodeclaradas(os) indígenas; para candidatas(os) autodeclaradas(os) pessoa com deficiência – PcD. Doutorado: 20% das vagas devem ser preenchidas por candidatas(os) autodeclarados(as) negros(as) (preta ou parda, conforme a caracterização do IBGE); para candidatas(os) autodeclaradas(os) indígenas; para candidatas(os) autodeclaradas(os) pessoa com deficiência – PcD -- Obs.: o edital diz que pode aumentar o número de vagas totais; nesta porcentagem, haveria 1,4 vaga para esta cota.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2007	2021	Os editais analisados de mestrado e doutorado são do ano de 2025, para formar turma em 2026 (não possuem numeração específicas). Além da quantidade ínfima de vagas para ações afirmativas, esta cota chama a atenção na seleção do doutorado. Ressalta-se que há destinação para <u>pessoas negras</u> (de acordo com caracterização IBGE) concorrerem e que é necessário apresentar autodeclaração, no entanto, o anexo IV (intitulado "Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência") coloca, entre as opções, <u>"pessoa preta"</u> ao invés de <u>pessoa negra</u> . Disponível em: http://ppgeap.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.
Biotecnologia da UFPA	INSTITUTO DE CIÊNCIAS	Mestrado Acadêmico e	Mestrado: 10	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência,	2011	Sem oferta	Editais analisados: 002/2025 (mestrado); 003/2025 (doutorado). Disponível em:

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
	BIOLÓGICAS (ICB)	Doutorado Acadêmico	Doutorado: 10		sem reserva de vagas.			http://ppgbiotec.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.
Ecologia	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 07 Doutorado: 05	Mestrado: 02 - vagas reservadas para Políticas de Ações Afirmativas, para candidatos que se autodeclarem pessoas negras, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos termos das normas institucionais da UFPA. Doutorado: Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para o mestrado e sem reserva para o doutorado.	2015	2024 (o programa possui doutorado desde 2015, mas não reserva vagas)	Os editais analisados de mestrado e doutorado são do ano de 2025, para formar turma em 2026 (não possuem numeração específicas) - o edital do doutorado deste programa para formar nova turma somou a seleção de 2024 e 2025. Disponível em: http://ppgeco.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 06 nov. 2025.
Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Doutorado Acadêmico	Doutorado: 171 UFPA: 33	Sem reserva de vagas , considerando o edital 02/2025-PPG-BIONORTE/UFPA (o mais recente).	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas, com possibilidade de cada instituição associada aderir	2011	Sem oferta , embora no edital 01/2022-PPG-BIONORTE/UFPA conste na apresentação que <i>"poderá haver critérios diferenciados de cotas para as vagas estabelecidas de acordo com as normas específicas de cada Instituição"</i> . A UEA (Edital 17/2023 - EDITAL GR/UEA) é a única instituição das mencionadas nas observações que ofertou reserva de vagas - das 15 ofertadas, 04 são para pessoas com deficiência.	Este programa é uma rede de cooperação entre estados da Amazônia Legal, sob a coordenação da UFPA. Analisei os seguintes editais: 02/2025-PPG-BIONORTE/UFPA; 01/2025-PPG-BIONORTE/UFPA; 02/2024-PPG-BIONORTE/UFPA; 02/2024-PPG-BIONORTE/AC; 01/2024-PPG-BIONORTE/MT; 01/2024-PPG-BIONORTE/UFAC (Universidade Federal do Acre); 01/2024-PPG-BIONORTE/UFPA; 01/2023 - EDITAL PPG-BIONORTE/UFPA; 17/2023 - EDITAL GR/UEA (Universidade do Estado do Amazonas); 01/2022-PPG-BIONORTE/UFPA; 19/2020-PPG/CPG/UEMA (Universidade Estadual do Maranhão). Somente editais complementares destes cinco estados (Pará, Maranhão, Acre, Mato Grosso e Amazonas) estão disponíveis no site. Disponível em:

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
								http://www.bionorte.org.br/ . Acesso em: 07 nov. 2025.
Ensino de Biologia	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Mestrado Profissional	Vagas totais: 584 UFPA: 25	Sem reserva de vagas para a UFPA.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas, com possibilidade de cada instituição associada aderir	2017	2017 - Todos os editais disponibilizaram opção de reserva de vagas a critério de cada instituição associada, <u>porém a UFPA, por opção própria, não aderiu. Sem oferta.</u>	Programa em rede; cooperação nacional entre as seguintes instituições: UnB, UNEMAT, UERJ, UERN, UNICAMP, UECE, UESPI, UFPB, UFAL, UFJF, UFMG, UFSC, UFES, UFPA, UFPR, UFPE, UFRJ, UFMT, UEFS, UPE, UNIPAMPA, UFCAT, UFCA, UNIFAP, IFCE, UNIFESSPA, UFRGS. O programa é coordenado pela UFMG. Analisei os editais das seleções para as turmas dos anos de 2026, 2025, 2024, 2023, 2022, 2020, 2018 e 2017 (únicos disponíveis no site). No edital mais recente (nº 2083/2025), apenas a UFPA, UNICAMP e UNEMAT não ofertam vagas reservadas. Disponível em: https://www.profbio.ufmg.br/index.php . Acesso em: 07 nov. 2025.
Análises Clínicas	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Mestrado Profissional	10	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2013	Sem oferta	Analisei o edital 02/2025. Disponível em: https://www.ppgac.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 07 nov. 2025.
Farmacologia e Bioquímica	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ICB)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 10 Doutorado: 10	Mestrado: 03 - 01 vaga para pessoa com deficiência; 01 vaga para pessoa que se autodeclare de cor preta ou parda; 01 vaga para povos indígenas ou comunidades quilombolas;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2020	2023	Analisei os editais 01/2025 (mestrado) e 02/2025 (doutorado). O site disponibilizou editais dos anos 2020, 2023, 2024 e 2025. Não divulga nem nas notícias nem na seleção do site "editais anteriores" se houve seleção em 2021 e 2022. Apenas a partir do edital de 2023 houve reserva de vagas. Disponível em:

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				Doutorado: 03 - 01 vaga para pessoa com deficiência; 01 vaga para pessoa que se autodeclararem de cor preta ou parda; 01 vaga para povos indígenas ou comunidades quilombolas; 04 - o edital diz que, no quantitativo total de vagas, até 04 vagas podem ser destinadas para PADT.				https://www.farmabio.propesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 07 nov. 2025.
Educação	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (ICED)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 31 Doutorado: 22	Mestrado: 11 - 04 vagas para pessoas com deficiência; 02 vagas para quilombolas; 03 vagas para pessoas negras; 02 vagas para indígenas; Doutorado: 03 - 01 vaga para pessoa com deficiência; 01 vaga para pessoa negra; 01 vaga para indígena;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2003	2012	O edital 01/2012 é o primeiro do programa a ofertar vagas para pessoas pretas, indígenas e com deficiência. Analisei o edital 06/2025 (mais recente). Disponível em: https://ppgedufpa.com.br/ . Acesso em: 07 nov. 2025.
Artes	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DAS ARTES (ICA)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 33 Doutorado: 19	Mestrado: 04 - destinadas à PADT; 20% de 29 vagas de ampla concorrência são destinadas a pessoas com deficiência, negras (pretas e pardas), indígenas, trans (transexuais, transgêneros e travestis)	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2009	2016	Analisei os editais 01/2025 (doutorado) e 02/2025 (mestrado). Disponível em: http://ppgartes.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 07 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				- equivalente a 5,8 vagas. Doutorado: 04 - destinadas à PADT; 20% de 15 vagas de ampla concorrência são destinadas a pessoas com deficiência, negras (pretas e pardas), indígenas, trans (transexuais, transgêneros e travestis) - equivalente a 03 vagas.				
Ensino de Artes	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DAS ARTES (ICA)	Mestrado Profissional	Vagas totais: 317 UFPA: 27	06 - 02 vagas para pessoas negras (pretas e pardas); 01 vaga para indígenas; 01 vaga para quilombolas; 01 vaga para pessoas trans; 01 vaga para Pessoa com Deficiência.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2014	Não atenderam ligação nem responderam e-mail.	Analisei o edital 04/2025. Disponível em: https://profartes.iarte.ufu.br/servicos/rede-nacional . Acesso em: 07 nov. 2025.
Odontologia	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 23 Doutorado: 21	Mestrado: 03 - 01 vaga para pessoa com deficiência; 01 vaga para quem se autodeclare de cor preta ou parda; 01 vaga para povos indígenas ou comunidades quilombolas; Doutorado: 03 - 01 vaga para pessoa com deficiência; 01 vaga para quem se autodeclare de cor preta ou parda; 01 vaga para povos indígenas ou	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2003	2022	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://www.ppgp.proresp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				comunidades quilombolas;				
Enfermagem	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Mestrado Acadêmico	38	04 - 01 vaga para indígena; 03 vagas para quilombolas	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2011	2023	Analisei o edital 03/2025. Disponível em: http://ppgenf.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Ciências Farmacêuticas	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 31 Doutorado: 22	Mestrado: 20% das vagas pessoas com deficiência e autodeclaradas pretas e pardas - equivalente a 6,2 vagas; Doutorado: 20% das vagas pessoas com deficiência e autodeclaradas pretas e pardas - equivalente a 4,4 vagas;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2006	2023	Analisei os editais 001/2025 (doutorado) e 002/2025 (mestrado). Disponível em: http://ppgcf.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Inovação Farmacêutica	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Doutorado Acadêmico	53 UFPA: 22	01 - vaga destinada para pessoa com deficiência (PcD); pessoa preta ou parda; ribeirinho, extrativista, pessoa trans, pessoa indígena e quilombola.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2012	UFPA aderiu em 2021	Programa em rede; cooperação nacional entre as seguintes instituições: UFPA, UNIFAP, UFAM, UFG. O programa é coordenado pela UFPA. Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://ppgif.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Saúde Coletiva na Amazônia	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Mestrado Acadêmico	27	03 - vagas destinadas a pessoas negras, indígenas, quilombolas e com deficiência;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2014	2018	Analisei o edital 001/2024. Disponível em: http://ppgsca.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025. Disponível em: http://ppgsca.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Assistência Farmacêutica	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Mestrado Profissional	28	02 - 01 vaga para pessoa com deficiência (PCD); 01 vaga para pessoa que se autodeclare de cor preta/pardo;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2018	2020 - iniciou reserva de 05 vagas servidores efetivos da Secretaria de Saúde Pública do Pará 2022 - iniciou reserva de 02 vagas para ações afirmativas	Analisei o edital 001/2025. Disponível em: https://ppgaf.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Ciências do Movimento Humano	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Mestrado Acadêmico	29	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2019	Sem oferta	Analisei o edital 02/2024. Disponível em: https://www.ppgcmh.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Atenção e Estudo Clínico no Diabetes	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Mestrado Profissional	13	02 - PADT; não há vagas para ações afirmativas;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2019	2020	De acordo com o site do programa, a última oferta de edital foi em 02 de dezembro de 2022. Analisei o edital 01/2022. Disponível em: http://ppgdiabetes.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Química Medicinal e Modelagem Molecular	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Mestrado Acadêmico	21	20% do total de vagas ofertadas para os seguintes grupos: pessoas negras (pretas e pardas), conforme classificação do IBGE; pessoas indígenas; pessoas quilombolas; pessoas com deficiência (PcD), nos termos da Lei no 13.146/2015; pessoas em situação de refúgio, apátridas e portadoras de visto humanitário - equivalente a 4,2 vagas;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2015	2025	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://ppgqmmm.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Ciência da Computação	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (ICEN)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 24 Doutorado: 30	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2015	Sem oferta	O programa ofertou um edital específico para PADT (edital PADT 2025.2) com 15 vagas, sem reserva de vagas para ação afirmativa. Analisei os editais de mestrado 2025.2 e doutorado 2025 (em fluxo

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
								contínuo). Disponível em: http://ppgcc.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Matemática e Estatística	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (ICEN)	Mestrado Acadêmico	30	06 - 03 vagas para Matemática, 01 vaga para Matemática Aplicada e 02 vagas para Estatística; estas vagas serão exclusivas para candidatos autodeclarados negros, para candidatos indígenas e para candidatos com deficiência	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2004	2021	Analisei o edital 001/2025. Disponível em: http://ppgme.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Física	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (ICEN)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 02 Doutorado: 02	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2003	Sem oferta	Em 2025, o PPGF realizou duas seleções, as quais foram analisadas e consideradas (editais de seleções 2025-I e 2025-II). Disponível em: http://www.ppgf.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Química	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (ICEN)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 27 Doutorado: 13	Mestrado: 02 - para autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências; Doutorado: Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas. para mestrado e sem reserva de vagas para doutorado	1987	2025	Para o mestrado, analisei o edital 02/2025; para o doutorado, analisei o edital 01/2022 - este foi o último edital de doutorado disponível no site. Disponível em: http://ppgq.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.
Matemática	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (ICEN)	Doutorado Acadêmico	14	Do total de vagas ofertadas neste Edital, 5% (cinco por cento) das mesmas serão reservadas para Ações Afirmativas (AF),	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2010	2018	Analisei o edital 001/2025. Disponível em: http://pdm.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 10 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				totalizando 1 (uma) vaga: candidatos autodeclarados negros, para candidatos indígenas e para candidatos com deficiência – PcD.				
Matemática em Rede Nacional	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (ICEN)	Mestrado Profissional	22	Sem reserva de vagas	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para ações afirmativas a critério de cada instituição associada.	2011 (campus Belém adere em 2012)	2016 - Todos os editais disponibilizaram opção de reserva de vagas a critério de cada instituição associada, porém a UFPA, por opção própria, não aderiu. Sem oferta.	Analisei o edital n.º 21/2025. Disponível em: https://profnat-sbm.org.br/ingresso-2026/ . Acesso em: 22 nov. 2025.
Segurança Pública	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (ICEN)	Mestrado Profissional e Doutorado Profissional	Mestrado: 26 Doutorado: 26	Mestrado: 05 - 01 para pessoa autodeclarada preto e/ou pardo; 01 para pessoa indígena; 01 para pessoa quilombola; 01 para pessoa com deficiência; 01 para PADT; Doutorado: 25 - até 03 para quem cursou mestrado no PPGSP; até 01 para pessoa negra, indígena, com deficiência ou quilombola; até 02 para PADT; até 04 para servidores(as) da Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA), Delegados(as),	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2011	2024	Analisei o edital 003/2025 (doutorado) e o edital 01/2024 (mestrado).

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				Investigadores(as), Escrivães(ãs) e Papiloscopistas, efetivos e estáveis no cargo; <u>até</u> <u>05</u> para servidores(as) da Polícia Militar do Pará (PMPA), oficiais da PMPA, indistintamente; <u>até</u> <u>10</u> para servidores(as) do Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas, que preenchem os requisitos do processo seletivo, conforme a seguinte distribuição: Polícia Militar do Estado do Amazonas (PM/AM) – 3 vagas; Polícia Civil do Estado do Amazonas (PC/AM) e Departamento de Polícia Técnico-Científica (DPTC) – 3 vagas; Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP/AM) – 3 vagas; Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas (CBMAM) – 1 vaga.				
Ciências e Meio Ambiente	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (ICEN)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 12 Doutorado: 25	Sem reserva de vagas	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2012	Sem oferta	Analisei os editais 01/2024 e 02/2024. Disponível em: https://ppgcma.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 11 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Ensino de Física	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (ICEN)	Mestrado Profissional	20	No edital, consta o seguinte trecho: "do total de vagas reservadas, oferecidas em cada polo, 30% delas estão reservadas para ações afirmativas (negros (as), quilombolas, ciganos (as), indígenas, trans e pessoas com deficiência)". Desta forma, 06 vagas são para estes grupos.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2013	2025	Programa em rede. Cooperação nacional entre as seguintes instituições: UnB, UFCAT, UFMT, UFAM/IFAM, UNIR, UEFS, UNIVASF, UFERSA, IFRN, UFS, UFES, UFV, UFF/IFRJ, UNESP, UFABC, UEL, UEM, FURG, UECE, UFJF/IF Sudeste MG, UFMT, UFPI, UFRJ, UNIFAL, UNIFESSPA, UNIRIO, URCA, UTFPR, IFES, IFFluminense, UEPG, UFAL, UFPA, UFRR, UFSC, UFSCAR, UFC, UESC, UFGD, UFPE, UFMA, UEPB, UFOPA, UFRGS, UFRN, UVA/IFCE, UFRPE, UFAC, UNEB, UFNT, UESB, IFMA, IFPI, UESPI, UNIFAP, UFPB. O programa é coordenado pela Sociedade Brasileira de Física. Analisei o Edital MNPEF - SBF N° 07/2025. Outrossim, analisei os editais de ingresso das turmas 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, em que percebi a divulgação de editais específicos para cada instituição associada. Nestes anos, a UFPA não ofertou reserva de vagas; apenas o edital unificado para a turma de 2026 garantiu este direito. Disponível em: http://mnpef.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 11 nov. 2025.
Direito	INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS (ICJ)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 35 Doutorado: 27	Mestrado: 13 - 03 vagas para pessoa com deficiência; 10 vagas para pessoas que se autodeclarem negras (pretas e pardas); Doutorado: 08 - 08 vagas para pessoas que se autodeclarem negras (pretas e pardas); haverá	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	1983	2005	Analisei os editais 05/2025 (mestrado) e 06/2025 (doutorado). Disponível em: http://ppgd.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 11 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				reserva para pessoa com deficiência em caso de surgirem vagas;				
Direito e Desenvolvimento na Amazônia	INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS (ICJ)	Mestrado Profissional	17	05 - 04 vagas para pessoas pretas, quilombolas, indígenas, com deficiência, com atuação em movimentos sociais, pessoas de baixa renda e LGBQIAPN+; 01 vaga para pessoa transgênero (travesti, transexual ou não-binária).	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2020	2021	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: https://ppgdda.propesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 11 nov. 2025.
Serviço Social	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 19 Doutorado: 14	Mestrado: 09 - 01 vaga para pessoa com deficiência; 01 vaga para pessoa autodeclarada transgênera; 02 vagas para pessoas autodeclaradas indígenas; 02 vagas para pessoas autodeclaradas quilombolas; 02 vagas para pessoas autodeclaradas negras; 01 vaga para pessoa autodeclarada migrante e/ou refugiada; Doutorado: 07 - 01 vaga para pessoa com deficiência; 01 vaga para pessoa autodeclarada transgênera; 01 vaga para pessoa	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2003	2019	Analisei o edital 01/2025. Não foi possível saber o ano de implementação de cotas apenas pelos editais disponíveis; precisei enviar e-mail. Disponível em: http://ppgss.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 11 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				autodeclarada indígena; 01 vaga para pessoa autodeclarada quilombola; 02 vagas para pessoas autodeclaradas negras; 01 vaga para pessoa autodeclarada migrante e/ou refugiada.				
Economia	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 20 Doutorado: 20	Mestrado: 04 - 02 vagas para pessoas pretas e pardas; 01 vaga para pessoa com deficiência; 01 vaga para indígena ou quilombola; Doutorado: 04 - 02 vagas para pessoas pretas e pardas; 01 vaga para pessoa com deficiência; 01 vaga para indígena ou quilombola;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2006	2022	Analisei os editais 01/2025 e 02/2025. Disponível em: http://ppge.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 12 nov. 2025.
Ciência da Informação	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 20 Doutorado: 15	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2017	Sem oferta	Analisei o edital 002/2024. Disponível em: https://www.ppgci.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 17 nov. 2025.
Economia Aplicada	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)	Mestrado Profissional	20	04 - para pessoas autodeclaradas negras, indígenas, quilombolas e com deficiência.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2019	2019 - reserva de 20 vagas, de um total de 40, para técnicos 2022 - reserva de 02 vagas, de um total de 10, para ações afirmativas	Analisei os editais 01/2019 e 01/2022. Disponível em: http://www.ppggea.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 17 nov. 2025.
Contabilidade	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	Mestrado Acadêmico	15	03 - 01 vaga para pessoas negras, 01 vaga para indígenas e	Edital de ampla concorrência,	2024	2024	Analisei o edital 01/2024. O site é diferente dos demais programas. Está disponível apenas o edital para seleção no ano de

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
	APLICADAS (ICSA)			quilombolas e 01 vaga para pessoas com deficiência.	com reserva de vagas.			2024. Disponível em: https://www.icsa.ufpa.br/index.php/ppg-contabilidade . Acesso em: 17 nov. 2025.
Administração	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)	Mestrado Acadêmico	17	09 - 06 vagas para PADT, 01 vaga para pessoas negras, 01 vaga para pessoas com deficiência, 01 vaga para indígenas ou quilombolas.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2020	2022	Analisei o edital 02/2024. Disponível em: http://ppgad.ufpa.br/ . Acesso em: 17 nov. 2025.
Educação em Ciências e Matemática	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA (IEMCI)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 32 Doutorado: 28	Mestrado: 02 vagas para PADT; 02 vagas para pessoas estrangeiras; 20% das vagas destinadas a atender as políticas de ações afirmativas para autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis), refugiados, apátridas portadoras de visto humanitário - equivalente a 6,4 vagas. Doutorado: 02 vagas para PADT; 02 vagas para pessoas estrangeiras; 20% das vagas destinadas a atender as políticas de ações afirmativas para autodeclarados pretos, pardos, indígenas,	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2001	2021	Analisei os editais 01/2025 e 02/2025. Não foi possível saber o ano de implementação de cotas apenas pelos editais disponíveis; precisei enviar e-mail. Disponível em: http://ppgecm.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 17 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis), refugiados, apátridas portadoras de visto humanitário - equivalente a 5,6 vagas.				
Docência em Educação em Ciências e Matemáticas	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA (IEMCI)	Mestrado Profissional e Doutorado Profissional	Mestrado: 22 Doutorado: 23	Mestrado: 03 - 01 vaga para indígena; 01 vaga para quilombola; 01 vaga para pessoa com deficiência; Doutorado: 14 - 01 vaga para pessoa indígena ou quilombola; 01 vaga para pessoa com deficiência; 02 vagas para PADT; 10 vagas para pessoas negras;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2014	2021	O programa iniciou com reserva de vagas para PADT, de acordo com o edital n.º 02/2014. Disponível em: https://www.ppgdoc.propesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 22 nov. 2025.
Educação em Ciências e Matemática	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA (IEMCI)	Doutorado Acadêmico	50	Serão reservadas 20% das vagas , como suplementares que visem atender as políticas de ações afirmativas para autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, TEA (pessoas com o transtorno autista), pessoas trans (transgêneros,	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2010	Não atenderam ligação nem responderam e-mail.	Programa em rede. Cooperação nacional entre as seguintes instituições: UNIFAP, UFAM, UFMA, UFMT, UFOPA, UFPA, UNIR, UFRR, UFT, UFNT, UEA, UNEMAT, UEMA, UEP, UERR, UEP, UEMASUL, IFAC, IFAP, IFAM, IFMA, IFMT, IFPA, IFRO, IFRR, UNINILTON/AM, UNICEUMA, IFTO, UNIC. O programa é coordenado pela UFMT. Analisei o edital 01/2024. Disponível em: https://www.ufmt.br/curso/ppgecem . Acesso em: 19 nov. 2025. O site está

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				transexuais e travestis) - equivalente a 10 vagas.				totalmente desatualizado; não mostra editais anteriores.
Antropologia	INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 23 Doutorado: 17	Mestrado: 10 - 04 para pessoas negras; 01 para pessoa com deficiência; 01 para pessoa transexual, travesti, não-binária ou transgênera; 01 para PADT; 01 para indígena; 01 para quilombola; 01 para pessoa de outros povos tradicionais. Doutorado: 09 - 03 para pessoas negras; 01 para pessoa com deficiência; 01 para pessoa transexual, travesti, não-binária ou transgênera; 01 para PADT; 01 para indígena; 01 para quilombola; 01 para pessoa de outros povos tradicionais.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2010	2010	Analisei os editais nº 1/2025 e nº 2/2025. Disponível em: http://ppga.proesp.ufpa.br/ . Acesso em: 19 nov. 2025.
História	INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 22 Doutorado: 22	Mestrado: 11 - 06 para pessoas pretas e pardas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pessoas com deficiência (PCD) e população trans (travestis, transexual, transgênero ou pessoa	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2004	2018	Analisei o edital 02/2025. Disponível em: http://pphist.proesp.ufpa.br/ . Acesso em: 19 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				<p>não-binário); 04 para PADT; 01 para servidores/as (técnicos/as e docentes) do IFAP e da UNIFAP.</p> <p>Doutorado: 11 - 06 para pessoas pretas e pardas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pessoas com deficiência (PCD) e população trans (travestis, transexual, transgênero ou pessoa não-binário); 04 para PADT; 01 para servidores/as (técnicos/as e docentes) do IFAP e da UNIFAP.</p>				
Ciência Política	INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 24 Doutorado: 14	<p>Mestrado: 10 - 02 para pessoas autodeclaradas pretas e pardas; 01 para pessoa autodeclarada indígena; 01 para pessoa autodeclarada quilombola; 01 para pessoa com deficiência; 01 para pessoa transgênero; 04 para PADT;</p> <p>Doutorado: 07 - 01 para pessoa autodeclarada preta e parda; 01 para pessoa autodeclarada indígena; 01 para pessoa autodeclarada quilombola; 01 para pessoa com deficiência;</p>	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2008	2018	Analisei os editais 02/2025 e 03/2025. Disponível em: http://ppgcp.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 19 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				01 para pessoa transgênero; 02 para PADT;				
Geografia	INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 27 Doutorado: 18	Mestrado: 08 - 02 para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas; 02 para PADT; 02 para pessoas com deficiência; 02 para docentes da educação básica da rede pública. Doutorado: 08 - 02 para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas; 02 para PADT; 02 para pessoas com deficiência; 02 para docentes da educação básica da rede pública.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2004	2021	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://ppgeo.propesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 19 nov. 2025.
Psicologia	INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 34 Doutorado: 18	Mestrado: 07 - vagas destinadas a candidatos/as autodeclarados/as negros/as (pretos/as ou pardos/as), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas trans (transexuais, transgêneros/as e travestis), refugiados/as e imigrantes em situação de acolhimento	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2005	A coordenação do programa respondeu e-mail, porém não sabem a data exata. No entanto, alegam que ofertam vagas há, pelo menos, 15 anos. Isto é, no mínimo, desde 2011.	Analisei o edital 03/2025. Disponível em: http://ppgp.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 19 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				humanitário. Doutorado: 04 - vagas destinadas a candidatos/as autodeclarados/as negros/as (pretos/as ou pardos/as), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas trans (transexuais, transgêneros/as e travestis), refugiados/as e imigrantes em situação de acolhimento humanitário.				
Filosofia	INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)	Mestrado Acadêmico	25	05 - 02 para PADT; 03 para pessoas negras, indígenas, quilombolas e/ou com deficiência.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2011	2014	Analisei o edital 01/2024. Disponível em: http://ppgfil.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.
Sociologia e Antropologia	INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 09 Doutorado: 03	Mestrado: 03 para candidatas(as) indígenas, 03 para candidatas(as) quilombolas e 03 para candidatas(as) oriundas de comunidade tradicional. Doutorado: 01 para candidato(a) indígena, 01 para candidato(a) quilombola e 01 para candidato(a) membro de comunidade tradicional.	Edital específico para ações afirmativas.	2003	2020	Analisei o edital de seleção da turma de 2026 do PSIQ - Processo Seletivo para Mestrado e Doutorado em Sociologia e Antropologia para Pessoas Indígenas, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://ppgsa.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Geofísica	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IG)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 14 Doutorado: 07	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1992	Sem oferta	O edital disponível é de 2024.1. Ocorreu seleção mais recente no começo de 2025, porém o edital não está disponível no site. Disponível em: http://cpgf.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.
Geologia e Geoquímica	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IG)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 38 Doutorado: fluxo contínuo	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1973	Sem oferta	Analisei os editais 001/2025 (doutorado) e 002/2025 (mestrado). O edital do curso de doutorado não especifica quantas vagas estão disponíveis, no entanto apresenta quais docentes estão com disponibilidade para orientação e até quantas pessoas podem orientar (ao todo, há 27 orientações disponíveis). Este programa realiza seleção em fluxo contínuo a partir da manifestação de interesse do/da candidato/a, podendo refazer a seleção caso seja reprovado/da durante o ano todo. Disponível em: https://ppgg.propesp.ufpa.br/index.php/br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.
Ciências Ambientais	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IG)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 14 Doutorado: 12	Mestrado: 04 - 02 para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas; 01 para professores do ensino básico; 01 para pessoas portadoras de deficiência. Doutorado: 04 - 02 para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas; 01 para professores do ensino básico; 01 para pessoas portadoras de deficiência.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2005	2021	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://ppgca.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Gestão de Risco e Desastre na Amazônia	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IG)	Mestrado Profissional	17	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2016	Sem oferta	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://ppggrd.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.
Recursos Hídricos	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IG)	Mestrado Profissional	16	05 - até 02 para PADT; 03 para pessoa de comprovada carência financeira.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2015	2020	Analisei o edital 001/2020. O site está desatualizado; o último edital ofertado foi em 2020. Disponível em: http://pprh.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IG)	Mestrado Profissional	15	02 - direcionadas para professores quilombolas e indígenas que atuam no Ensino Básico.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2016	2022	Programa em rede. Cooperação nacional entre as seguintes instituições: USP, UnB, UEFS, UEM, UFAM, UFPA, UFPR, UFPE, UFS. O programa é coordenado pela USP. Analisei o edital 01/2025. Não foi possível saber o ano de implementação de cotas apenas pelos editais disponíveis; precisei enviar e-mail. Disponível em: http://www.profciamb.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.
Oceanografia	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IG)	Mestrado Acadêmico	25	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2019	Sem oferta	Analisei o edital 01/2024. Disponível em: https://ppgoc.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.
Letras	INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO (ILC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 49 Doutorado: 30	Mestrado: 12 - 08 para indígenas e quilombolas; 03 para PADT; 01 para pessoa com deficiência; Doutorado: 08 - 07 para indígenas e quilombolas; 01 para PADT;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	1987	Não atenderam ligação nem responderam e-mail.	Analisei os editais 03/2025 (mestrado) e 04/2025 (doutorado). Disponível em: http://ppgl.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Comunicação, Cultura e Amazônia	INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO (ILC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 19 Doutorado: 11	Mestrado: 10 - 02 para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas; 01 para pessoa autodeclarada indígena; 01 para quilombolas; 02 para egressos que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública; 01 para PCDs; 03 para PADT. Doutorado: 06 - 01 para pessoa autodeclarada preta ou parda; 01 para pessoa autodeclarada indígena; 01 para quilombola; 01 para egressos que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública; 01 para PCDs; 01 para PADT.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2010	Não atenderam ligação nem responderam e-mail.	Analisei os editais 03/2025 (mestrado) e 04/2025 (doutorado). Disponível em: https://www.ppgcom.ufpa.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.
Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional	INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO (ILC)	Mestrado Profissional	20	05 - 02 para pessoas negras e/ou quilombolas; 01 para pessoa com deficiência; 02 para indígenas;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2013	Não atenderam ligação nem responderam e-mail.	Programa em rede. Cooperação nacional entre as seguintes instituições: UFMS, UNEMAT, UnB, UEMS, UESB, UESC, UECE, UFC, IFCE, UFCG, UEPB, UFPB, UPE, UFAP, UFPE, UESPI, UFS, UERN, UFRN, UFMA, UFAL, UFBA, UNEB, UFAC, UFOPA, UFNT, IFRO, UFAM, UNIFAP, UFPA, UNIFESSPA, USP, IFES, UFTM, UFJF, UNESP, UFRJ, UNIMONTES, UFU, UFMG, UFRRJ, UERJ, UNIOESTE, UEL, UEM, UFRGS, UFSC, UENP. O programa é coordenado pela UFRN. Analisei o edital 002/2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
								Disponível em: https://profletras.ufrn.br/ . Acesso em: 20 nov. 2025.
Arquitetura e Urbanismo	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 27 Doutorado: 20	Mestrado: 06 - para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, autodeclaradas indígenas, para autodeclaradas quilombolas, para pessoas com deficiência. Doutorado: 08 - para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, autodeclaradas indígenas, para autodeclaradas quilombolas, para pessoas com deficiência.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2010	2021	Analisei os editais 04/2025 (mestrado) e 05/2025 (doutorado). Disponível em: http://ppgau.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Ciência e Tecnologia de Alimentos	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 24 Doutorado: 25	Mestrado: 04 - destinadas para pessoas com deficiência (PcD); pessoas pretas e pardas; ribeirinhos, extrativistas, pessoas trans, pessoas indígenas e quilombolas. Doutorado: 05 - destinadas para pessoas com deficiência (PcD); pessoas pretas e pardas; ribeirinhos, extrativistas,	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2004	Não atenderam ligação nem responderam e-mail.	Analisei os editais 01/2025 (doutorado em fluxo contínuo) e 04/2025 (mestrado). Disponível em: http://ppgcta.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				peças trans, peças indígenas e quilombolas.				
Engenharia Civil	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 64 Doutorado: 33	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1999	Sem oferta	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://ppgec.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Engenharia Mecânica	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 23 Doutorado: 16	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1994	Sem oferta	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://ppgem.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Engenharia Elétrica	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 29 Doutorado: 24	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1986	Sem oferta	Analisei o edital 02/2025. Disponível em: http://ppgee.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Engenharia Química	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 20 Doutorado: 15	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1992	Sem oferta	Analisei os editais 01/2025 (mestrado) e 02/2025 (doutorado). Disponível em: http://ppgeq.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Engenharia Industrial	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Profissional	15	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2012	Sem oferta	Analisei o edital 2025.2. Disponível em: http://ppgei.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Engenharia de Processos	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Profissional	25	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2013	Sem oferta	Analisei o edital 02/2025. Disponível em: http://ppgep.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Doutorado Acadêmico	10	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2006	Sem oferta	Analisei o edital 2022.2. O site está desatualizado; o último edital ofertado foi em 2022. Disponível em: http://proderna.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Processos Construtivos e Saneamento Urbano	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Profissional	12	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2011	Sem oferta	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://ppcs.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Engenharia Naval	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Acadêmico	20	03 - 01 para pessoas negras (pretas ou pardas) conforme classificação do IBGE; 01 para pessoas com deficiência (PcD); 01 vaga para pessoas indígenas ou quilombolas.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2015	Ofertou apenas em 2025, porém não houve oferta nem nos anteriores nem para a turma de 2026.	Analisei o edital 01/2024. Disponível em: http://ppgenav.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Ciências do Patrimônio Cultural	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Acadêmico	32	05 - 02 para pessoas negras (cor preta e cor parda); 01 para pessoa com deficiência; 01 para pessoa indígena; 01 vaga para pessoa quilombola.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2019	2022	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: https://ppgpatri.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Engenharia Sanitária e Ambiental	INSTITUTO DE TECNOLOGIA (ITEC)	Mestrado Profissional	28	02 - pessoas negras, indígenas, ribeirinhas, e/ou pessoas com deficiência em condição de vulnerabilidade socioeconômica.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2019	2020	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: https://ppgesa.propesp.ufpa.br/index.php/r/ . Acesso em: 21 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	NÚCEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICO S (NAEA)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 12 Doutorado: 08	Mestrado: 02 - para PADT. Doutorado: 02 - para PADT.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas para PADT, sem ações afirmativas.	1977	2023 - houve edital específico para indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais para o campus Bragança. Sem oferta para o campus Guamá.	Analisei o edital 009/2025. O programa oferece diversos editais, inclusive para outros municípios, como Bragança. O edital 002/2023 foi específico para indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais com oferta de 06 vagas no campus Bragança. Analisei os editais disponíveis entre 2025 a 2017 , os quais ofertaram vagas no campus Guamá , e constatei que não houve reserva de vagas para grupos assegurados em ações afirmativas (pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, trans, dentre outros grupos). Disponível em: http://ppgdstu.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Agriculturas Amazônicas	INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES (INEAF)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 15 Doutorado: 10	Mestrado: 04 - 01 para pessoa estrangeira; 01 para pessoa residente em outro estado da Amazônia; 02 para pessoas negras, indígenas e com deficiência; Doutorado: 04 - 01 para pessoa estrangeira; 01 para pessoa residente em outro estado da Amazônia; 02 para pessoas negras, indígenas e com deficiência;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2000	Não atenderam ligação nem responderam e-mail.	Analisei o edital para seleção da turma 2026. Disponível em: http://ppgaa.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Currículo e Gestão da Escola Pública	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO BÁSICA (NEB)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 27 Doutorado: 23	Mestrado: 04 - 03 são destinadas para pretos(as), pardos(as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência,	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2015	2015	Analisei o edital 01/2025. Disponível em: http://ppeb.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
				<p>peessoa transgênero; 01 para PADT.</p> <p>Doutorado: 02 - 02 são destinadas para pretos(as), pardos(as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoa transgênero; 01 para PADT.</p>				
Educação na Amazônia	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO BÁSICA (NEB)	Doutorado Acadêmico	91 UFPA: 27	<p>O edital dispõe a seguinte redação: “haverá reserva de vagas para os(as) candidatos(as) negros(as) (pretos(as) e pardos(as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas transgênero (vagas de ação afirmativa -AF)”, mas não especifica a quantidade de vagas.</p>	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2020	2021	Programa em rede. Cooperação nacional entre as seguintes instituições: UFPA, UFAM, UFOPA, UFRR, UEA, UFT, UFAC, UNIFAP, UNIR. O programa é coordenado pela UFPA.
Doenças Tropicais	NÚCLEO DE MEDICINA TROPICAL (NMT)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 17 Doutorado: 34	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1994	Sem oferta	Analisei os editais 02/2025 (doutorado) e 03/2024 (mestrado). Disponível em: http://ppgdt.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Saúde na Amazônia	NÚCLEO DE MEDICINA TROPICAL (NMT)	Mestrado Profissional	35	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2011	Sem oferta	O programa utiliza outro site fora do sistema da UFPA, o que dificulta o acesso às informações. Analisei o edital n.º 02/2025. Disponível em: https://www.ppgsauufa.com.br/ . Acesso em: 30 jan. 2026.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia	NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE (NUMA)	Mestrado Profissional e Doutorado Profissional	Mestrado: 40 Doutorado: 20 (campus Belém: 10; campus Tucuruí 10)	Mestrado: 27 - 04 para PADT; 02 para pessoas negras, indígenas e quilombolas; 01 para pessoa com deficiência; 20 vagas destinadas aos beneficiários do Projeto Rural Sustentável - Amazônia, seguindo as definições do Convênio de Cooperação (Processo 085449/2023), que define a parceria entre a UFPA e o IABS. Doutorado: 02 - Belém: 01 (uma) vaga para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas; 01 (uma) vaga para pessoa com deficiência; 10 – Tucuruí: 07 vagas para PADT; 03 vagas para prefeitura de Tucuruí ou de Goianésia do Pará; não há ações afirmativas.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2007	2025	Analisei o edital 01/2025 (mestrado) e 01/2026 (doutorado). Para o doutorado, o edital mais recente foi ofertado em 2023 para formar a turma de 2024. Disponível em: http://ppgedam.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Oncologia e Ciências Médicas	NÚCLEO DE PESQUISAS EM OCONOLOGIA (NEO)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 10 Doutorado: 10	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	2011	Sem oferta	Analisei o edital 03/2025. Disponível em: http://ppgocm.propesp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.

PPG	LOCAL	CURSOS	VAGAS	RESERVA DE VAGA	TIPOS	INÍCIO	INÍCIO DA OFERTA DE RESERVA DE VAGA	OBSERVAÇÕES
Neurociências e Comportamento	NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO (NTPC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 28 Doutorado: 22	Mestrado: 07 - para pessoas com deficiência; pessoas autodeclaradas transsexuais, transgênero, travestis; pessoas autodeclaradas indígenas; pessoas autodeclaradas quilombolas; pessoas autodeclaradas negras. Doutorado: sem reserva de vaga para ações afirmativas;	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2014	2025	Analisei o edital 2025.3 (doutorado) e o edital 2026.1 (mestrado). Disponível em: http://ppgnc.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento)	NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO (NTPC)	Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	Mestrado: 44 Doutorado: 31 (fluxo contínuo)	Sem reserva de vagas.	Edital de ampla concorrência, sem reserva de vagas.	1987	Sem oferta	Analisei o edital 01/2026. Disponível em: http://ppgtpc.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.
Música	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE (ICA)	Mestrado Profissional	10	03 - 02 para pessoas com deficiência, negras (pretas e pardas), indígenas, quilombolas, trans (transsexuais, transgêneros e travestis); 01 para PADT.	Edital de ampla concorrência, com reserva de vagas.	2024	2024	Analisei o edital 07/2025. Disponível em: https://www.profmus.prosp.ufpa.br/ . Acesso em: 21 nov. 2025.

Fonte: Quadro construído pelo autor a partir de dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA.

Vale observar os dados do ano de implementação das políticas de ingresso nos PPGs da UFPA em consideração a três marcos: quais ofertam vagas a partir da resolução 5.425/2021, aprovada no CONSEPE, que estabelece critérios para seleção de editais na pós-graduação; quais programas foram estimulados a partir da portaria normativa n.º 13, do Ministério da Educação, de 2016, a qual induzia a criação de propostas de ação afirmativa no âmbito da pós-graduação; e quais PPGs iniciaram oferecerem cotas nos seus respectivos programas sem necessidade de legislações superiores.

Os PPGs dos campi fora de sede são recentes, iniciaram a partir de 2010, exceto Saúde Animal na Amazônia (Castanhal), Ciência Animal (Castanhal) e Biologia Ambiental (Bragança). Ao total, são 22 programas. Como são recentes, os editais estão disponíveis. Os programas de Belém foram mais difíceis de conseguir informações sobre o ano que iniciou a reserva de vagas para ações afirmativas, pois muitos iniciaram antes da adoção dos sites atuais que os PPGs adotam.

Um destaque interessante é o Programa de Educação e Cultura, campus Cametá, pois é o único programa em que as vagas reservadas para ações afirmativas (24) são superiores às vagas para ampla concorrência (20). O edital 04/2025 disponibiliza vagas para pessoas quilombolas, ribeirinhas, negras, indígenas, com deficiência e trans e travestis.

Conforme ressaltai em momentos anteriores desta dissertação, há em curso um debate nacional sobre implementação de cotas para pessoas trans nas universidades públicas. Até a presente escrita deste trabalho, não houve nenhuma aprovação desta medida na UFPA, porém há debates em curso para aprovar resolução no CONSEPE, com o objetivo de propor seleção diferenciada para este público. No entanto, esse fator é curioso, haja vista a quantidade significativa de PPGs que reservam vagas para este público. Ao total, até 2025, 21 programas destinaram vagas específicas para trans e travestis.

Embora cada PPG possua autonomia para deliberar acerca dos processos seletivos que serão publicados, chama a atenção que todas as possibilidades de vagas reservadas pelos programas possuem semelhança com políticas afirmativas, também, na graduação. De alguma maneira, indígenas, quilombolas, pessoas ribeirinhas, extrativistas¹⁹, negras, apátridas, estrangeiras detêm vagas reservadas ou cursos específicos para os próprios públicos. No entanto, há uma única exceção: pessoas trans e travestis. Apenas este último grupo não possui quaisquer reservas de vagas ou cursos específicos – embora haja discussões na UFPA acerca da aprovação de um processo seletivo para pessoas trans, travestis e pessoas não binárias.

¹⁹ Licenciatura em Etnodesenvolvimento e Licenciatura em Educação do Campo são alguns dos exemplos.

No que se refere aos PPGs que possuem políticas públicas de ações afirmativas, há um quadro mais inclusivo de vagas reservadas para pessoas indígenas, quilombolas, negras e com deficiência, o que mostra ser um tema consolidado no que se refere à garantia de políticas diferenciadas para assegurar que os grupos supramencionados possam acessar os programas. No entanto, ressalto que esse trecho da pesquisa necessita de aprofundamentos no que se refere à permanência e taxa de conclusão destes cotistas. Embora haja a garantia de acesso a tais PPGs, é necessário levantar dados a respeito de: taxas de conclusões; se há políticas de permanência para que estes e estas estudantes estão concluindo os cursos; se estas vagas estão sendo preenchidas. Estes questionamentos serão aprofundados por mim em futuros trabalhos acadêmicos, artigos e outras formas de publicações científicas.

Tabela 3 - Grupos Beneficiados com Cotas para Ingresso em Programas de Pós-Graduação

Grupos Beneficiados	PPGs com Ações Afirmativas para Ingresso
Indígenas	62
Pessoas com deficiência	59
Pessoas negras	56
Quilombolas	55
Trans, travestis e pessoas não binárias	21
Pessoas ribeirinhas, extrativistas, agricultoras e membros de outras comunidades tradicionais	08
Pessoas refugiadas, imigrantes, estrangeiras, apátridas, pessoas com visto humanitário	06
Pessoas ciganas	01
Pessoa originária de países africanos	01

Fonte: Tabela construída pelo autor conforme dados disponibilizados Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA.

Ao todo, são 107 subunidades responsáveis pela fomentação de pesquisa científica na UFPA. Deste universo, 68 programas ofertam políticas públicas de ações afirmativas com foco no acesso às vagas, o que significa um percentual de 63%. A tabela 03 apresenta os principais grupos beneficiados a partir da exposição do quadro 05²⁰ e a quantidade de programas que ofertam vagas a estes públicos. Neste sentido, os povos indígenas refletem a maior presença como público-alvo neste tipo de política pública – ao todo, são 62 PPGs, de 68, com disponibilidade de vagas. Em seguida, as pessoas com deficiência possuem vagas reservadas

²⁰ Caso haja interesse em observar cada grupo, sugiro utilizar a ferramenta de busca e colocar os nomes descritos.

em 59; pessoas negras possuem possibilidades de cotas em 56 programas; por fim, quilombolas estão em 55. Estes quatro grupos são reflexos das primeiras políticas de inclusão que foram aprovadas pelo CONSEPE, como medida de reparação (Universidade Federal do Pará, 2005; Universidade Federal do Pará, 2009a; Universidade Federal do Pará, 2009b; Universidade Federal do Pará, 2012), além das atualizações da lei de cotas em 2012.

Ao observar o quadro 05 detalhadamente, chama bastante a atenção a falta de padronização a termos que se referem aos grupos beneficiados pelas políticas de ação afirmativa. Alguns programas utilizam o termo “pessoas autodeclaradas indígenas” (mas solicitam documentos comprobatórios de lideranças nos editais), outros apenas utilizam “pessoas indígenas” (sem mencionar o termo “autodeclaração”). O mesmo exemplo vale para pessoas quilombolas. Este detalhe pressupõe falta de coesão e orientação dos PPGs pelos órgãos responsáveis da UFPA, o que demonstra a ausência de cumprimento da resolução interna n.º 5.425/2021 da própria universidade. De acordo com essa normativa aprovada pelo CONSEPE, os programas podem ofertar políticas de cotas, desde que sigam determinadas orientações pela Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade. Neste ponto, surge um questionamento relevante: existe um acompanhamento efetivo da UFPA acerca do cumprimento das próprias normativas no que se refere às garantias do acesso de grupos beneficiados com cotas?

Ao analisar a maneira como cada programa oferece estas vagas, a resposta é negativa. Embora haja um consenso da maioria dos PPGs em oferecer cotas, não existe um entendimento padronizado sobre como tratar a temática nos programas. Fica a critério individual a maneira como será redigido nos editais ofertados. Outro exemplo que reforça esta afirmação diz respeito às pessoas trans, travestis e não binárias, pois, de acordo com o quadro 05, alguns programas utilizam os termos “transexuais, travestis, transgêneros e pessoas não binárias” como público-alvo de cotas, mas nem todos os PPGs colocam “pessoas não binárias” na redação dos editais. Parece-me haver um dissenso sobre a inclusão ou não deste grupo entre os grupos beneficiados – ou apenas pode ser falta de orientação da administração superior sobre como proceder.

Como proposta desta dissertação, sugiro aos órgãos responsáveis que este tema seja debatido nas instâncias necessárias. DIVERSE, PROPESP e as subunidades precisam dialogar a respeito de orientações básicas sobre a oferta de ações afirmativas. De acordo com o artigo 27, da resolução n.º 5.425/2021, “os editais de seleção poderão contemplar políticas de ações afirmativas regidas pelos princípios da inclusão social e étnico-racial visando à seleção de pessoas com deficiência; pessoas pretas e pardas; pessoas indígenas e quilombolas” (Universidade Federal do Pará, 2021, p. 08), ou seja, existe um entendimento da instituição

sobre quais grupos devem ter políticas diferenciadas para ingresso na pós-graduação, mas o quadro 05 mostra um dissenso com o cumprimento da normativa. Há programas que ofertam vagas para pessoas negras, mas não para indígenas ou quilombolas; há programas que oferecem vagas apenas para indígenas e quilombolas; há programas que nem sequer ofertam vagas para pessoas trans. Nesse sentido, os PPGs não mantêm coerência.

Além desses apontamentos, é urgente apresentar a necessidade de atualizar a resolução 5.425/2021. É completamente contraditório a ausência de grupos beneficiados com políticas públicas de ações afirmativas na graduação, mas sem garantias na pós-graduação. A UFPA precisa publicar erratas que abarquem os grupos que já possuem cotas asseguradas em alguns programas, mas precisa ser um entendimento geral estimulado pela própria instituição, com base no que já existe em resoluções internas e legislações federais. Desta maneira, indico que a UFPA aprove a inclusão de pessoas trans, travestis e não binárias (uma vez que estes grupos estão perto de conseguir a aprovação de um processo seletivo diferenciado via CONSEPE), pessoas estrangeiras, apátridas, imigrantes, refugiadas e com visto humanitário.

Nesse sentido, embora ainda não tenha iniciado discussões nos conselhos universitários, existem movimentos no Pará que estão buscando aprovar cotas para pessoas ribeirinhas na UFPA. Essa movimentação mostra como este campo de estudo é diverso, vivo e sempre requisitado a novos estudos para debater quem está de fora do ensino superior público. Apesar de não haver política própria no âmbito da graduação, 08 programas de pós-graduação ofertam vagas para pessoas ribeirinhas, extrativistas e outras comunidades tradicionais.

Outro dado interessante do quadro 05 refere-se à temporalidade de oferta de vagas para ação afirmativa dos programas de pós-graduação. Conforme iniciei a análise do quadro, há três lentes por onde é possível investigar o período de implementação desta política pública: a resolução 5.425/2021, a portaria normativa n.º 13, de 2016, e o que antecedeu estas legislações. Dessa maneira, a tabela a seguir sintetiza este panorama.

Tabela 4 - PPGs com Cotas Aprovadas A Partir de Legislações

Localização Temporal	Quantidade de PPGs com Cotas
A partir de 2022, com a Resolução N.º 5.245/2021	27
A partir da Portaria Normativa N.º 13, de 2016	24
Antes das Legislações	09
Sem Dados	08

Fonte: Tabela construída pelo autor conforme dados disponibilizados Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA.

A tabela 04 apresenta um recorte temporal sobre quantos programas aprovaram política de cotas a partir dos marcos legislativos da portaria normativa do Ministério da Educação, de 2016, e da resolução interna da UFPA, de 2021. A portaria de 2016 possuía o objetivo de cobrar medidas das IFES para que houvesse medidas específicas para pessoas negras, indígenas e com deficiência acessassem os PPGs das universidades, mas foi revogada em 2020. Foi um marco importante, que foi regulamentado plenamente com a atualização da lei de cotas de 2023. É interessante perceber que, a partir deste marco, 24 programas aplicaram a política de ação afirmativa.

No que se refere aos PPGs sem dados, ressalto que todas estas oito subunidades iniciaram as atividades antes de 2016, isto é, é possível que o número de programas que ofereceram cotas antes de 2016 suba para 17, mas só será possível finalizar esta investigação no doutorado. Contudo, afirmo que, mesmo sem estes dados, é possível afirmar: 51 programas, dos 68 que oferecem ação afirmativa, só tomaram tal iniciativa por pressão de legislações superiores. Este quantitativo representa 75% do universo destacado. A partir desta constatação, afirmo que o processo de inclusão de populações negras, indígenas e pessoas com deficiência²¹ como mecanismo institucional foi completamente à deriva da legislação. Poucas foram as iniciativas anteriores a 2016.

Os seguintes programas ofertaram cotas antes da portaria normativa n.º 13, de 2016: Direito (2005), Psicologia (2011), Educação (2012), Filosofia (2014) Educação e Cultura (2015), Ensino de História (2015), Antropologia (2010), Currículo e Gestão da Educação pública (2015) e Artes (2016). Nenhum destes programas são das áreas de biológicas ou tecnológicas. No entanto, chamo atenção ao fato de que apenas o Direito acompanhou as discussões que ocorreram com a aprovação de cotas na graduação, pois a UFPA aprovou ações afirmativas para este público com a resolução n.º 3.361, de 5 de agosto de 2005, via CONSEPE, antes da lei federal de 2012. Dessa forma, a pós-graduação no contexto da UFPA não acompanhou as discussões que ocorreram no âmbito da graduação.

É fato que tais políticas no contexto da pós-graduação ainda é um campo completamente novo. A UFPA não seguiu à risca o que diz a nova lei 14.723/2023, que estabelece a obrigatoriedade de cotas também neste ambiente. Os estudos a serem realizados são praticamente inesgotáveis. Há bastante a investigar, e pretendo realizar tais buscas aprofundadas durante o doutorado, a partir da articulação de dados quantitativos e qualitativos para fundamentar a pesquisa.

²¹ Destaco apenas estes grupos, pois estes estão assegurados nas legislações que estou utilizando nesta dissertação.

Nesse contexto, outro dado presente no quadro 05 estimula olhares atenciosos. Há modalidades de oferta de vagas a partir de programas em rede, que articulam outras instituições para além da UFPA. Até nesta forma de oferecer vagas há falta de interesse da instituição em cumprir determinações. Os dados mostram que, dos 11 programas em rede ao qual a UFPA ou colabora ou é responsável, três programas não oferecem cotas, mesmo com a possibilidade de adesão à política, uma vez que ocorre de forma nacionalizada.

Outrossim, dentre os destaques dos dados apresentados no quadro 05, ressalto o panorama no ICB, onde 11 programas existem, mas apenas o de Ecologia Aquática e o de Ecologia ofertam reservas de vagas para ações afirmativas. No entanto, o PPG de Ecologia não reserva vagas para o doutorado, mesmo com a oferta deste curso desde 2015. Apenas o PPG de Ecologia Aquática reserva vagas tanto para o mestrado, quanto para o doutorado.

Em relação ao ITEC, dos 13 PPGs ofertados, apenas cinco ofertam vagas reservadas para ações afirmativas. Todos estes programas iniciaram esta oferta a partir de 2020. Durante a busca das informações, houve dificuldade com os editais do PPG em Engenharia Naval. Após enviar e-mail, a coordenação do programa comunicou que reservaram vagas apenas em 2025 – anteriormente era apenas ampla concorrência e, para formar a turma de 2026, não houve cotas.

Destaco estes dois institutos, pois a banca de avaliação do meu trabalho reforçou que são institutos onde já houve casos de racismo relatados por indígenas e quilombolas estudantes dos cursos das ciências biológicas e tecnológicas. O dado apresentado ratifica que existe uma expressão que pode ser institucional. Nesse sentido, uma questão interessante levantada pela banca refere-se ao movimento que a pós-graduação pode refletir o que acontece na graduação, no sentido de espelhar as ações afirmativas, mas não é isso que ocorre. O fato de haver PPGs que não ofertam tais políticas públicas denota um evidente desrespeito à atual lei de cotas. Este tópico será desenvolvido e melhor avaliado, a partir da adição de dados qualitativos, em futuros trabalhos acadêmicos, uma vez que é essencial averiguar este tipo de ocorrência dentro da UFPA.

Outro dado relevante: 39 PPGs da UFPA, de 107, não oferecem quaisquer tipos de vagas para ações afirmativas. Esse quantitativo representa 37% das pós-graduações, um número bastante significativo. O programa de educação escolar indígena também contribui para esse quantitativo, mas é exclusivo para indígenas. Na prática, são 38 programas que não possuem quaisquer políticas públicas para garantir que determinados grupos acessem tais PPGs.

Além das questões apresentadas anteriormente, destaco quatro programas da UFPA que possuem nota 07: Ecologia, Genética e Biologia Molecular, Geologia e Geoquímica e Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Destes, apenas o de Ecologia reserva vagas

para ações afirmativas – e somente em nível de mestrado, não houve vagas para cotistas na seleção do doutorado para formar a turma de 2026. Os outros três programas não reservam vagas para cotistas. Embora o PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido ofereça turmas sob demanda para quilombolas na cidade de Bragança (PA), no campus Guamá (Belém), não há oferta para cotistas, apenas ampla concorrência.

Não menos importante, ao cruzar os dados quantitativos dos programas de pós-graduações expressos no quadro 05, outras informações sobre oferta total de políticas de cotas chamam bastante a atenção conforme expressarei na tabela abaixo²². Os dados da tabela abaixo mostram como a inclusão na pós-graduação da UFPA necessita de avanços.

Tabela 5 - Disposição de Vagas nas Pós-Graduações da UFPA

Modalidade de Oferta de Vagas	Mestrado Acadêmico	Doutorado Acadêmico	Mestrado Profissional	Doutorado Profissional
Ampla Concorrência	1379	885	503	31
Ação Afirmativa	282	121	67	18
PADT	46	26	20	13
Vagas Totais	1707	1032	590	62

Fonte: Tabela construída pelo autor conforme dados disponibilizados Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA.

Para chegar aos resultados expressos na tabela acima, somei todas as vagas em cada oferta dos programas, em que considerei apenas as modalidades de vagas para ação afirmativa, ampla concorrência e PADT, cuja frequência são recorrentes nos diversos PPGs da UFPA. Alguns programas oferecem vagas específicas para algum público (o PPG de Geografia, por exemplo, oferta vaga para profissionais da educação básica), mas não as considerei neste cálculo, por não ser comum em outras ofertas de vagas por programas ou não constar nas legislações apresentadas nesta dissertação.

Esses dados se tornam alarmantes quando é observado em termos percentuais. De acordo com a tabela 05, são ofertadas 1707 vagas para nível de mestrado acadêmico com 282 vagas para ação afirmativa: isto representa, aproximadamente, 16,52% apenas para os grupos beneficiados com estas políticas (conforme a tabela 03). Outrossim, em nível de doutorado acadêmico, das 1032 vagas ofertadas pelos PPGs, ações afirmativas são 121 (isto representa,

²² Agradeço diretamente à Prof.^a Solange Gayoso por me antenar a este dado durante a arguição na banca de defesa.

aproximadamente, 11,72%). Em uma análise fria, asseguradamente, este é o percentual de pessoas cotistas (negras, indígenas, quilombolas, pessoas trans, refugiadas, dentre outros grupos) são assegurados nos programas da UFPA.

Acerca dos dados do mestrado profissional, as vagas de mestrado profissional para ação afirmativa representam 11,36% do universo exposto (590); no que se refere ao doutorado profissional, as ações afirmativas representam 29,03% aproximadamente do total de vagas para esta categoria.

Em aprofundamentos futuros, atentar-me-ei para a quantidade geral de oferta de vagas para cada grupo beneficiado, pois esta investigação exige extrema cautela e análise atenta a cada edital de cada programa. Em função da ausência de determinações de quantas vagas devem ser destinadas para cada grupo, é frequente que os editais ofertem uma quantidade específica do total de vagas para que as pessoas concorrentes na modalidade de cotas concorram entre si. Dessa forma, por exemplo, ao invés de pessoas negras concorrem às vagas apenas para o próprio grupo, estas disputam também contra indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas trans e travestis, dentre outros grupos. Em síntese, comprometo-me a levantar tais dados futuramente.

A partir dessas considerações iniciais sobre esse quantitativo, ressalto que estes dados podem mudar a cada seleção, o que mostra a importância de mantê-los atualizados. Esta etapa da pesquisa foi realizada próxima ao final do ano, período em que os PPGs costumam divulgar os próprios editais para novas seleções. Durante a coleta destes dados, houve programas que não realizaram novas seleções. Por este motivo, pretendo averiguar essas informações no doutorado. No entanto, a informação central se expressa na baixa proporção de ações afirmativas com o objetivo de ingresso. Nenhuma modalidade chegar sequer a 20%. Este dado revela a necessidade de indicar determinadas porcentagens para que os programas possuam normatizações a serem obedecidas.

Vale chamar atenção ao que diz a lei n.º 14.723/2023, que atualizou a antiga lei de cotas, em que o artigo 7º afirma que as IFES “promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação stricto sensu” (Brasil, 2023), mas não determina qual o percentual. Ressalto que a UFPA, também, não possui nenhum tipo de legislação que estipule qual a porcentagem de vagas para grupos alvo de ações afirmativas.

Por fim, ressalto a ausência de informações em nove programas da UFPA. Mesmo com ligações não sucedidas e e-mails enviados, não obtive respostas acerca do exato ano em que iniciaram a oferta de vagas para estudantes cotistas. O PPG de Psicologia respondeu a minha

solicitação e informou que ofertam vagas para cotistas há, pelo menos, 15 anos – mas não sabem o ano exato do início da oferta. Ademais, oito programas não retornaram meu contato acerca do ano inicial de oferta de cotas nas respectivas pós-graduações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme aponte na introdução, esta dissertação explorou algumas possibilidades voltadas para o diagnóstico de como anda o acesso à pós-graduação e o levantamento bibliográfico sobre produções voltadas para o tema das ações afirmativas para grupos beneficiados com tais políticas públicas, com foco nos povos indígenas. Os dados produzidos iniciam um caminho que explorarei com maior riqueza de detalhes no doutorado, sobretudo a respeito de outros grupos beneficiados, como pessoas negras, quilombolas, pessoas trans e travestis, com deficiência, dentre outros.

Nesse sentido, os dados quantitativos apresentados fomentam novas investigações neste inesgotável campo de estudo. Os processos de resistência para aprovação das resoluções que asseguraram as vagas nos cursos de graduação e permanência do processo seletivo diferenciado são questões urgentes a serem trabalhadas, além de como a organização, principalmente de indígenas e quilombolas estudantes da UFPA, influenciou no processo de conclusão dos cursos de graduação deste público-alvo. Dessa maneira, a possibilidade de construir etnografias para tensionar estes contextos pode ser uma ferramenta para chegar a importantes considerações sobre como a UFPA se comporta diante das reivindicações destes discentes e como a auto-organização configura processos essenciais para resistir aos desafios dentro da universidade.

Enquanto estudante e militante do movimento estudantil no Pará, percebo que a relação entre cotistas e a UFPA é permeada por tensionamentos constantes que extrapolam os muros da universidade. Na reta final da escrita desta dissertação, um caso chamou atenção dos movimentos sociais e da mídia nacional: uma estudante mãe e quilombola foi expulsa da sala de aula por uma professora na faculdade de Desenvolvimento Rural. Prontamente, como já fizemos outras tantas vezes, organizamos um ato em defesa desta discente e fizemos acompanhamento jurídico e psicossocial, por meio dos nossos contatos com órgãos parceiros.

Nesta etapa da minha trajetória acadêmica, não me debrucei tanto em registrar e produzir dados etnográficos sobre esses tensionamentos diretos em casos de descumprimento a direitos das pessoas que ingressam na UFPA por meio do PSE, mas será um compromisso para os próximos anos com a ampliação da minha pesquisa. Esse exercício de alteridade constitui-se como elemento fundamental dentro das Ciências Sociais e que me motivou a iniciar pesquisas que questionem o *status quo*. Não é possível construir uma universidade que respeite as diferenças com a permanência recorrente de casos de racismo, como os movimentos sociais locais denunciam, e com a exclusividade de epistemologias que seguem moldes eurocêntricos nos currículos dos cursos, sem considerar outras formas de pensamento.

Em sentido geral, as políticas públicas ações afirmativas representaram um avanço importantíssimo para a democratização das instituições públicas de ensino superior no Brasil. A partir da pressão pública realizada pelos movimentos sociais, sobretudo com o protagonismo de pessoas negras e indígenas, foi possível conquistar esta importante vitória que, dentre as muitas reivindicações desses movimentos, representou um caminho a ser trilhado para outras batalhas que foram traçadas ao longo da trajetória destes movimentos. No Brasil, a história de resistência desses grupos são exemplos de como as lutas dos movimentos sociais auto-organizados se tornaram intrínsecas às mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Não foi possível qualquer mudança nas perspectivas de grupos subalternizados ou em condições de desigualdades sem a auto-organização como resposta às contradições.

Conforme as buscas realizadas durante a etapa de pesquisa, pude perceber a relevância de exemplos de políticas públicas de ações afirmativas em outros países para colaborar com as reflexões dos movimentos brasileiros em torno da urgência de se pensar reparações às desigualdades estruturais fruto do processo de escravização de povos indígenas e populações negras. O reflexo de longos anos deste retrocesso se expressa no ingresso tardio destes grupos na educação, seja básica, seja superior. Ressalto o protagonismo dos movimentos negros em relação à temática da educação, pois foram peças fundamentais para que outros grupos pudessem somar forças às demandas em torno de medidas a serem cobradas para o Estado e demais instituições para ingressar nas universidades.

A partir da escolha da educação como elemento central das pautas destes movimentos, foi possível avançar para outras temáticas que atravessam esta pauta. As literaturas utilizadas apontam para a extrema desigualdade entre as populações brancas e negras nas décadas de 1970 e 1980, o que mostra que o Brasil não pensou alternativas para inserir os principais atingidos de uma herança da colonização. No que se refere aos povos indígenas, foram necessárias políticas específicas para assegurar o direito à educação diferenciada, específica a cada realidade, de cada povo.

Nesse sentido, os povos indígenas enfrentaram outra dificuldade que se expressou no contexto após a promulgação da Carta Magna: embora o reconhecimento da Constituição sobre direitos, o Código Civil só foi mudar a perspectiva sobre estas comunidades em 2002, pois, até este momento, o objetivo do Estado era de completa integração destes e destas à “sociedade civil, à “civilização”. Essa ideia de integração contribui para a desumanização e completo apagamento de outros modos de vida.

Nesse contexto, é necessário compreender o papel da ciência, sobretudo da Antropologia, como agentes que influenciaram diretamente a maneira como a visão sobre

outros grupos que viviam para além da lógica eurocentrista. Ao longo do século XIX, a nossa área contribuiu significativamente com as ideias racistas e xenofóbicas de que grupos humanos, que viviam nas Américas, eram tidos como inferiores, sem qualquer civilidade. Essa noção perdurou e motivou as atuações da nossa área de conhecimento sob o horizonte do colonialismo. Diversos antropólogos e diversas antropólogas foram responsáveis por serem profissionais que emitiam etnografias ou facilitavam o conhecimento sobre determinado território para fins de exploração – ou conflitos bélicos.

A antropologia evolucionista foi uma expoente dessa abordagem que ganhou fama de “antropologia de gabinete”, por sequer ter preocupações éticas. No entanto, as autorias que seguiram no decorrer da história da nossa área não refletiram sobre a posicionalidade que possuíam enquanto estavam em campo, produzindo dados etnográficos. Nesse contexto, a grande virada a partir da metade do século XX questionou quais eram as reais intenções da Antropologia e como esta poderia contribuir para a ciência e para as pessoas com quem realizava pesquisas, de maneira a respeitar as particularidades de cada grupo com quem produziu dados. Dessa forma, após uma grande crise epistemológica, foi importante demarcar novos métodos de construção de conhecimento, que pudesse não ser intermediado apenas por interesses próprios do antropólogo ou da antropóloga.

Já a antropologia feita no Brasil demonstra novos caminhos de pensar estes paradigmas sobre o fazer antropológico com interlocutores e interlocutoras. O “fazer com” diferencia o “fazer sobre”, pois marca a tentativa de igualdade entre quem pesquisa e interlocução. Diversas autorias deste momento da virada epistemológica na nossa área marcam o desafio de fazer ciência enquanto localidades que, geograficamente, são localizadas em espaços vistos como subdesenvolvidos, como os países latino-americanos são visualizados. Portanto, é um desafio que delimita o compromisso com a criticidade e a justiça social.

Sob todo esse contexto, as mudanças graduais em relação a direitos são demonstrações de como os movimentos sociais são fundamentais para democratização do nosso país. No contexto universitário, a garantia de acesso mostrou um caminho para que a diversidade chegasse às salas de aula das IES. Um passo inicial, mas que suscitou outros tantos debates a serem realizados e que estão em curso até os dias atuais. A chegada de novas epistemologias à universidade significa o questionamento à ciência, que, em momentos anteriores, justificou a inferioridade destas mesmas populações, sobretudo por argumentos biológicos, os quais nem chegavam a ter o direito à própria humanidade.

As políticas públicas de ações afirmativas foram responsáveis por formar indígenas especialistas nas áreas mais urgentes para os movimentos sociais: juristas, assistentes sociais,

docentes, profissionais da área da saúde, antropólogos e antropólogas, dentre outras tantas áreas de conhecimento. Integrar os cursos de graduação foi apenas o primeiro passo dado em meio a tantos muitos que ainda estão trilhados. No contexto da Universidade Federal do Pará, o PSE foi porta de entrada para centenas de povos não somente do Pará, mas de toda a Amazônia Legal. Esta política foi essencial para pensar mecanismos diferenciados de entrada para outras realidades que não foram contempladas no método universal de vestibular, como é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O PSE, que inicialmente era específico para indígenas, ofertou duas vagas para cada curso da UFPA. Um apontamento importante: o PSE iniciou a reserva em 2010, mas a lei federal iniciou apenas em 2012. Esta política fez parte de um conjunto de outras ações afirmativas que buscavam assegurar cotas para outros grupos. Em sua maioria, as trajetórias dos indígenas estudantes da UFPA são permeadas por desafios. O campus Guamá, localizado em Belém (PA), é o que mais recebe este público. Muitos são naturais de outros municípios. A adaptação a um novo ambiente atravessa diretamente a rotina desses estudantes.

O caminho da graduação pode parecer difícil a primeiro momento, mas a força da coletividade é um fator que influencia diretamente para que possam concluir esta etapa da vida acadêmica. Nesse sentido, a APYEUFPA é um agente fundamental para a permanência estudantil. Como associação de máxima representação dos indígenas estudantes, atua como espaço de acolhimento. A associação não só participa dos espaços institucionais, ajuda nos percalços dos colegas, mas também é um importante personagem político na universidade, pois participa de eleições estudantis, organiza protestos quando é necessário, além de ter representações nos conselhos da UFPA.

Os e as representantes da APYEUFPA frequentemente possuem a presença solicitada para participar de atividades dentro da UFPA, de diversas temáticas: calouradas, reuniões institucionais, consultorias, dentre outros assuntos. A APYEUFPA participou, também, da formulação de políticas afirmativas na UFPA, universidade vizinha da UFPA. Esses exemplos são uma resposta a possíveis questionamentos que, infelizmente, são recorrentes acerca da continuidade de medidas diferenciadas para assegurar que os povos indígenas continuem ingressando na UFPA.

Nesse sentido, a pós-graduação constitui um fator imperioso na perspectiva de avançar com ações afirmativas. Conforme o panorama apresentado ao longo desta dissertação, há muitos programas que ofertam vagas direcionadas para indígenas. Essa política pública possui três marcos essenciais que é possível observar a partir do ano de implementação: a portaria n.º 13, de 2016; a resolução 5.425, de 2021, aprovada no CONSEPE da UFPA; e a nova lei de

cotas, de 2023, que determina cotas na pós-graduação. Esse conjunto de legislações, seja por determinação externa, seja por determinação interna, afirma que as cotas no ensino superior não são negociáveis.

Dessa forma, os dados apresentados mostram o contrário desta afirmativa. A UFPA ainda peca no cumprimento destas legislações internas e externas e na garantia da diversidade dentro da pós-graduação. As tabelas 03, 04 e 05 expressam que a universidade está longe de atingir a equidade entre quem ingressa nos programas. Os caminhos do mestrado e do doutorado indicam que as políticas públicas de inclusão não chegam a 17%. Embora o doutorado profissional seja exceção, com 29%, a maioria das vagas são destinadas ao mestrado e doutorado acadêmicos.

Indico a urgência de se publicar atualizações diante da resolução de ação afirmativa para pós-graduação, com foco em aprimorar a normativa 5.425/2021, que nem sequer inclui a possibilidade de inclusão de vagas de ações afirmativas para pessoas trans, travestis e não binárias, pessoas refugiadas, dentre outros grupos mencionados nesta dissertação. Além disso, ressalto que a própria lei federal de cotas de 2023 não inclui porcentagem de vagas para pós-graduação, o que também dificulta as determinações das universidades. É compreensível que cada programa possa exercer a própria autonomia, no entanto, a temática das cotas nas universidades necessita de constantes aprimoramentos e obediência às determinações legais.

No entanto, afirmo que essa pesquisa é, também, uma ponte para que futuras inquietações possam ser estudadas e construídos futuros problemas de pesquisa junto aos indígenas estudantes da UFPA. Um tema sensível refere-se ao acesso aos programas de incentivo à produção científica na UFPA. O acesso à pós-graduação possui influência a partir do estímulo à elaboração de artigos, trabalhos completos, papers, resumos expandidos, dentre outros modelos de trabalhos acadêmicos que são fomentados durante os programas de iniciação científica. Ao longo da minha trajetória de pesquisa, percebi que os colegas que conheci informalmente (muitos se tornaram grandes amigos e amigas) pouco acessam às oportunidades de programas, tais como o PIBIC.

Nesse sentido, a influência da prática de fomento à pesquisa na graduação pode ser um fator que estimula os horizontes para o mestrado e doutorado nos PPGs da UFPA. Outrossim, vale aprofundar questões essenciais acerca do preenchimento das vagas ofertadas pelos programas de pós-graduação, se estão sendo ocupadas pelo público beneficiado. Em matérias jornalísticas, houve a divulgação da baixa numeração de indígenas mestres/as e doutores/as, o que reforça a atenção a esse sensível tema.

Outrossim, para estudos a longo prazo, compreendo a premência de investigações sobre os currículos dos cursos ofertados pela UFPA. O ensino ofertado pelas faculdades contempla estudos focados para o público-alvo de ações afirmativas? Os conhecimentos destes grupos são contemplados nas disciplinas dos cursos oferecidos pela UFPA? Como a universidade firma o compromisso com a diversidade a partir do ensino ofertado nas aulas? O compromisso social das faculdades se expressa no PPC? Essas perguntas são frutíferas para novos trabalhos acadêmicos.

No que se refere a esta abordagem, um exemplo recente no PPGSA mostrou a importância de efetivas reivindicações dos grupos beneficiados com políticas de cotas para acessar a pós-graduação. Discentes quilombolas do meu programa reivindicaram a oferta de cursos direcionados para apoio a processos de titulação dos territórios aos quais estes pertencem. Para suprir esta demanda, houve oferta de disciplinas voltadas para discutir sobre laudos antropológicos, uma ferramenta fundamental que deve servir de espelho às subunidades acerca de como estas devem estar a serviços das necessidades dos próprios estudantes. Este caso merece estudos aprofundados, bem como investigar se os PPGs da UFPA apenas recebem estes discentes ou se asseguram as reivindicações nas disciplinas ofertadas.

Nestes 15 anos de políticas públicas de ações afirmativas, é importante salientar o acompanhamento permanente dos movimentos indígenas para assegurar que esse direito não seja retirado, uma vez que não se trata de uma determinação implementada a partir de aprovação em casas legislativas, mas sim no âmbito da universidade. No entanto, o tema da permanência estudantil é um desafio constante que influencia diretamente como seguir os estudos diante de percalços recorrentes na trajetória, que podem perpassar não apenas pela adaptação, como também à própria moradia; alguns parentes não possuem o português como primeira língua; o perigo de estar suscetível a situações de racismo dentro da instituição é um fator relevante.

Embora o recorte deste estudo seja com indígenas estudantes, alguns apontamentos dos dados apresentados permitem novas investigações com outros públicos, beneficiados com estas políticas de ações afirmativas. Há poucas teses e dissertações produzidas nos PPGs. Um indicativo desta afirmativa é demonstrado pela quase ausência de literatura sobre estudantes com deficiência. Outrossim, as pessoas trans e travestis são grupos que já estão presentes na UFPA, mas que necessitam de políticas públicas diretamente e de estudos dentro da instituição.

Nas entrevistas com interlocutoras, percebi um elemento que me despertou curiosidade há alguns anos: a vinda da família de mulheres para a capital, para morar, principalmente filhas e filhas. A realidade das mães na universidade não pode ser ignorada. As mães indígenas possuem questões próprias para poder estudar.

Por fim, nesta década e meia que se completaram recentemente de PSE, os indígenas estudantes mostram que a UFPA não pode mais ser construída sem o perfil desses cotistas, não apenas como estudantes, mas também como servidores. Nesse sentido, a presença de indígenas na pós-graduação é um exemplo de como é importante formar docentes para assumirem vagas nas faculdades da UFPA. Não basta apenas garantir o ingresso, mas também a permanência, conclusão e mudança no quadro do serviço público das instituições, para que esses e essas cotistas possam mudar a estrutura das universidades.

4 REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila; REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do; DURAZZO, Leandro. A Escrita contra a cultura. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. DOI: 10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ARAYA, Ignacio Gabriel San Martin. **Estratégias de Permanência de Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará: desafios e resistência**. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. 296 p. Disponível em: <http://laced.etc.br/acervo/livros/educacao-escolar-indigena-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 31 dez. 2024.

BARBOSA BORGES, Arlon. **Permanência Dos/As Jovens Quilombolas na Universidade Federal Do Pará: uma análise dos desafios enfrentados pelos/as alunos/as oriundos do PSE quilombola no Baixo Tocantins**. 2023. 155f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Cametá, 2023.

BRAGA, Gabriel Silva; AGUIAR NETO, Antônio José Marinho; CARDOSO, Denise Machado. Indígenas Intelectuais e A Pós Graduação: Um desafio para as universidades brasileiras. **Revista Zabelê**, v. 03, p. 95-112, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/REVIZAB/article/view/13522>>. Acesso em: 28 Mar. 2025

BRAGA, Gabriel Silva; CARDOSO, Denise Machado. Políticas públicas de ações afirmativas: desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 362–382, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64005>. Acesso em: 28 Mar. 2025

BRAGA, Gabriel Silva; FERREIRA, Arthur do Nascimento; CARDOSO, Denise Machado. Juventude Indígena e Movimentos Sociais: Resistência e Luta por Direitos. In: ROST, Ana Lídia; RAMOS, César Salina; TISATTO, Cristian Andrei; AMORIM, Gabriel Chaves. (Org.). **Repensando as Políticas Públicas: Desafios dos Direitos Sociais e Comunitários na Atualidade**. 1 ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022, v. 1, p. 327-338.

BRANCHES FERREIRA, Darlene. **Universidade Território Indígena: política de acesso e permanência para estudantes indígenas na UFPA**. 2023. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Cametá, 2023.

BRASIL. **Lei Nº 5.465, de 03 de julho de 1968.** Dispõe sobre *[sic]* o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Diário Oficial da União: seção 1, p. 5537, 04 jul. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23 dez. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Diário Oficial da União, Brasília, 13 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa N.º 13, de 11 de maio de 2016.** Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília-DF, p. 47, 12 maio 2016.

BORDÓ DE FREITAS, Ronilda. **Mulheres Negras Quilombolas e As Políticas Públicas Afirmativas no Ensino Superior na Universidade Federal do Pará: escritórias de uma estudante negra quilombola.** 2023. 78 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), Belém, 2023.

CAMPOS, Lais Rodrigues. **Do Quilombo à Universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará – campus Belém quanto à permanência.** 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Belém, 2016.

CARDOSO, Denise Machado; OLIVEIRA, Andreici Marcela Araújo de Oliveira. Desafios no Ingresso e Permanência de Indígenas na Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA): 10 Anos de uma Política de Ação Afirmativa. In: **20º Congresso Brasileiro de Sociologia, Anais Eletrônicos [...]**. n. 20, CP21 – Sociedade e Universidade, 2021, Belém. Disponível em: <https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjQ2NTQiO30iO3M6MToia CI7czozMjoiMjgZGNiMDM1ZDgzYTA0NzUyNWZmZWUyNWNmMjdmZDkiO30%3D >>. Acesso em: 26 out. 2024.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política Indigenista no Século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

CARVALHO, Elen Mayara Bezerra de. **Mulheres Negras na UFPA – Campus Altamira: lugares, trajetórias e percalços de uma presença**. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Cametá, 2021.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da Cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens, 2016.

COSTA, Fillipe Ferreira da. **Pretos, pardos e indígenas nos cursos de graduação da UFAC: o acesso a partir da vigência da comissão de heteroidentificação**. 2024. 181f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio Branco, 2024.

COSTA, Maria Ivone Maia da. **Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação de Estudantes Quilombolas da Universidade Federal do Pará**. 2021. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Belém, 2021.

DEUS, Zélia Amador de. **Os Herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade**. 2008. 295 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 23 jun. 2025.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação Afirmativa: conceito, história e debates [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

FERNANDES (Kaingang), Edimar Antonio. **Políticas Afirmativas para Povos Indígenas: Sob o olhar dos protagonistas**. 2018. 216f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar E Educacional**, 21(2), p. 183–193, 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>.

JESUS, Marcineuza Santos de. **Política de Cotas e Democratização do Ensino Superior:**

desdobramentos na Universidade Federal do Amazonas. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

LEMOS, Isabele Batista de. **Cotas Raciais na UFPA: as percepções de estudantes cotistas sobre suas trajetórias acadêmicas.** 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito (PPPGD), Belém, 2015.

LIMA, Maria Edinalva Sousa de. **Formação básica indígena: o impacto no desempenho acadêmico de estudantes ingressantes pelo processo seletivo especial indígena da Ufopa de 2014 a 2018.** 2022. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação tecnológica, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Pós Graduação em Ciências da Sociedade, Santarém, 2022.

LISBÔA, Flávia Marinho. **Língua como linha de força do dispositivo colonial: os Gavião entre a aldeia e a universidade.** 2019. 277 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

LUCENA PONÇADILHA, Yuri. **Políticas de Ações Afirmativas nos Discursos de Docentes do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal.** 2023. 84 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Programa de Mestrado Interdisciplinar em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), Bragança, 2023.

LUCIANO (Baniwa), Gersém José dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Secad-MEC; Rio de Janeiro: Laced Museu Nacional, 2006. (Vias dos Saberes, 1; Educação para Todos, 12). Disponível em: http://laced.etc.br/site/Trilhas/livros/arquivos/CoIET12_Vias01WEB.pdf. Acesso em: 14 Nov. 2022.

MACHADO, Tadeu Lopes. “NÃO SOMOS OBJETOS DE PESQUISA”: Em Busca de Uma Antropologia em Colaboração. **Revista FAEBA**, v. 28, n.56, p. 44-55, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/7849>. Acesso em: 26 out. 2024.

MELO, Nairo Bentes de. **Reserva de Vagas no Ensino Superior: o processo de implementação das cotas raciais nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará.** 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MELO, Rita Floramar dos Santos. **A universidade federal do Amazonas e o acesso dos povos indígenas ao ensino superior: desafios da construção de uma política institucional.** 2008. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

MENDES, Otávio Roberto Ferreira. **Indicadores de permanência e desempenho dos alunos da Universidade Federal do Pará, Campus de Belém: um estudo comparativo entre cotistas e não cotistas ingressantes no período de 2009 a 2011.** 2016. 90 f. Dissertação

(Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MILLER, Daniel; HORST, Heather A. O Digital e O Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Parágrafo**, v. 3, n. 2, p. 91-111, 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/334>. Acesso em: 07 fev. 2026.

MORAWSKA VIANNA, Catarina; RIBEIRO, Magda dos Santos. Sobre pessoas e coisas: Entrevista com Daniel Miller. **Revista de Antropologia**, v. 52, p. 415-439, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41616468>. Acesso em: 07 fev. 2026.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do Movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. SÃO Paulo: Paulinas, 2012. Coleção Educação em foco.

NETTO, Paulo Roberto. STF considera inconstitucional trecho de lei que institui marco temporal para terras indígenas. **Supremo Tribunal Federal**, 22 dez. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-considera-inconstitucional-trecho-de-lei-que-institui-marco-temporal-para-terras-indigenas/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

NUNES, Antônio de Assis Cruz; SANTOS, Caroliny Lima; FERREIRA, João Otávio Silva; BARBOSA, Rosinéia Machado; COSTA, Rosângela Coelho; DE LIRA, Ana Paula Bacelar; FERREIRA, Lucileide Martins Borges; ROCHA, Luís Félix de Barros Vieira. Políticas de ação afirmativa no Brasil: reflexões históricas. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 33824–33841, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n4-031. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/27521>. Acesso em: 26 jan. 2026.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Um conceito antropológico de identidade. In: **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciência Sociais, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 39, n. 1, p. 13–37, 1996. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1996.111579. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 14 out. 2025.

ORTNER, Sherry Beth. Teoria na antropologia desde os anos 60. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 419–466, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/vW6R7nhts99kDJrSR79Qcp/?lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2026.

PAULINO, Marcos Moreira. **Povos Indígenas e Ações Afirmativas: O caso do Paraná**. Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher. 2008. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2008.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PEREIRA, Cícero Valdiêr. **Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2011.

PEREIRA, Terezinha do Socorro Lira. **Os indígenas e o ensino superior na Amazônia: realidade e perspectivas da política de ação afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010 – 2015)**. 2017. 249 f. Dissertação (Dissertação em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

PIMENTEL, Ana Carla Vieira. **Ações Afirmativas e Os Desafios de Estudantes Quilombolas para sua Permanência na Universidade Federal do Pará: o que dizem os protagonistas**. 2019. 188f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI), Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.

RAMOS, Alcida Rita. El indio contra el Estado. In: LAGOS, María L.; CALLA, Pamela (compiladoras) *Antropología del Estado: Dominación y prácticas contestatarias en América Latina*. **Cuaderno de Futuro**, Nº 23. Bolívia: Pnud, 2007.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo de Resultados. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 100, p. 133-149, jan./mar., 1990.

REIS, Cíntia Valéria Lima dos. **Trajetórias de Estudantes Cotistas Negros/as e Estudantes Quilombolas na Universidade Federal do Pará**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2023.

ROSALDO, Renato. “Da porta de sua tenda: o etnógrafo e o inquisidor”. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. **A escrita da Cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens, 2016. Pp. 125-150.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 120 p.

SILVA, Carlos Fernando Cruz da. **Políticas Afirmativas, Educação e Escolas Públicas: uma análise sobre o sistema de cotas – Caso UFPA**. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, Derick Luan Ferro da. **Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará (Belém-PA): uma interface entre territórios**. 2023. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Belém, 2023.

SILVA E NETO, Jhemerson da. **Fratutando fissuras: entre as ações afirmativas e a presença de estudantes indígenas no curso de Licenciatura em Matemática da UNIFESSPA/Marabá**. 2022. 191 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e

Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Marabá, 2022.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

TRINDADE, Josiney da Silva. **Entre A “Harmonia”, O Racismo Velado e O Silêncio: as relações raciais entre negros/as e brancos/as no curso de Medicina da Universidade Federal do Pará**. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Cametá, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 3.361, de 5 de agosto de 2005**. Estabelece normas para o acesso de estudantes egressos da escola pública, contemplando cota para negros, aos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 3.869, de 22 de junho de 2009**. Aprova a reserva de vagas a indígenas nos cursos de graduação da UFPA. Belém, 2009a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 3.883, de 21 de julho de 2009**. Aprova a reserva de vagas nos cursos de graduação da UFPA aos portadores de deficiência. UFPA. Belém, 2009b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 4.309, de 27 de agosto de 2012**. Aprova a reserva de vagas nos cursos de graduação da UFPA aos quilombolas. Belém, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 4.961, de 28 de setembro de 2017**. Estabelece diretrizes e dispõe sobre os sistemas de mobilidades acadêmicas para a troca de curso e o preenchimento de vagas ociosas em cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 5.230, de 23 de outubro de 2019**. Aprova a realização do Processo Seletivo Especial 2019 (PSE MIGRE – 2019), destinado à seleção de candidatos/as imigrantes, refugiados/as, asilados/as, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ofertado pela UFPA. Belém, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 5.425, de 23 de setembro de 2021**. Estabelece critérios para a elaboração dos editais de seleção dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Federal do Pará. Belém, 2021.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 14, página 110 - 117, 2020.